Dexxos Par

Formulário de Referência 2023

Versão 4

7 de maio de 2024

Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 14
1.5 Principais clientes 19
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 20
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 23
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 24
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 25
1.10 Informações de sociedade de economia mista 27
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 28
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 29
1.13 Acordos de acionistas 30
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 31
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 32
1.16 Outras informações relevantes 33
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 34
2.2 Resultados operacional e financeiro 41
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 52
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 54
2.5 Medições não contábeis 56
2.6 Eventos subsequentes as DFs 60
2.7 Destinação de resultados 61
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 66
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 67
2.10 Planos de negócios 68
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 71
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 73
3.2 Acompanhamento das projeções 74

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 75
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 97
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 98
4.4 Processos não sigilosos relevantes 102
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 111
4.6 Processos sigilosos relevantes 112
4.7 Outras contingências relevantes 113
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 114
5.2 Descrição dos controles internos 115
5.3 Programa de integridade 116
5.4 Alterações significativas 119
5.5 Outras informações relevantes 120
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 121
6.3 Distribuição de capital 130
6.4 Participação em sociedades 131
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 132
6.6 Outras informações relevantes 133
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 135
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 137
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 138
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 140
7.4 Composição dos comitês 146
7.5 Relações familiares 148
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 149
7.7 Acordos/seguros de administradores 150
7.8 Outras informações relevantes 151
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 152

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 157
8.3 Remuneração variável 161
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 162
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 164
8.6 Outorga de opções de compra de ações 165
8.7 Opções em aberto 167
8.8 Opções exercidas e ações entregues 168
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 170
8.10 Outorga de ações 172
8.11 Ações entregues 174
8.12 Precificação das ações/opções 175
8.13 Participações detidas por órgão 177
8.14 Planos de previdência 178
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 179
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 180
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 181
8.18 Remuneração - Outras funções 182
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 183
8.20 Outras informações relevantes 185
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 186
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 188
9.4 Outras informações relevantes 189
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 190
10.1 Descrição dos recursos humanos 192
10.2 Alterações relevantes 193
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 194
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 195
10.5 Outras informações relevantes 196
11. Transações com partes relacionadas
11.1 Regras, políticas e práticas 197

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas 198

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 199

11.3 Outras informações relevantes 200

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 201

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 202

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 203

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 204

12.5 Mercados de negociação no Brasil 205

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 206

12.7 Títulos emitidos no exterior 207

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 208

12.9 Outras informações relevantes 209

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 210

13.1 Declaração do diretor presidente 211

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 212

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

1.1 Histórico do emissor

- A Dexxos Participações S.A. passou a ser listada na bolsa de valores, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão em 1997, sob a denominação GPC Participações S.A., como uma companhia de capital aberto, para receber todos os ativos não ligados às atividades de refino da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, sendo esses Prosint, Synteko, Metanor e Copenor. Na época, as atividades do segmento químico eram desenvolvidas através da empresa Synteko Produtos Químicos S.A., em operação desde 1954.

- Com a intenção de consolidar os negócios industriais, em 1999 a companhia incorpora parte da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., com operação na fabricação de tubos ERW na unidade Pavuna desde 1938, passando a atuar também no segmento de tubos de aço.

- Atendendo, principalmente, ao mercado madeireiro do Paraná, em 1999 a Prosint Química S.A. (posteriormente incorporada pela GPC Química S.A.) inaugura unidade de fabricação de resinas termofixas em Araucária/PR.

- Visando atender à demanda madeireira, em 2001 a Prosint Química S.A. expande sua atuação na região sudeste com a inauguração de uma unidade de fabricação de resinas termofixas em Uberaba/MG.

- Em associação com a empresa norte-americana *Lone Star Steel* (posteriormente adquirida pela empresa norte-americana *US Steel*), em 2006 a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. inicia uma *joint venture* na Apolo Tubulars S.A.

- Em 2007, a Synteko Produtos Químicos S.A. altera sua denominação social para GPC Química S.A. e incorpora a Prosint Química S.A.

- Em 2013, a GPC Química S.A. encerra a operação das plantas de metanol e DME, ambas localizadas no bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

- Em 2015, a GPC Química S.A. transfere suas unidades de formol de Gravataí/RS para Araucária/PR, bem como inicia um novo programa de investimentos, resultando no aumento da capacidade de produção de formol e de reatores de resinas.

- Em 2017, a Apolo Tubulars S.A. procede com a recompra de suas ações pertencentes à *US Steel*, passando a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. a deter 100% do capital social da empresa.

- Em 2021, foi deliberada e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social da Companhia de GPC Participações S.A. para Dexxos Participações S.A. Adicionalmente, no mesmo ano, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deferiu pedido de migração da companhia ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Nível 1 de Governança.

- Em 2022 e início de 2023, a Companhia celebrou dois acordos comerciais para alienar as últimas áreas de sua propriedade localizada no bairro de Benfica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelos valores aproximados de R$ 60,0 milhões e R$ 11,5 milhões, como parte do seu plano de monetização de ativos não operacionais.

- Em março de 2023, foi aprovada a Política de Destinação de Resultados como parte da contínua atualização da governança corporativa da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

VISÃO GERAL

A Dexxos Participações S.A. é uma *holding* que tem por objetivo participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas controladas, responsáveis pelas respectivas operações, integram os principais *players* nacionais em negócios complementares e expostos a setores resilientes, com perspectivas de crescimento positivas, através da produção, venda e entrega de produtos químicos, principalmente resinas termofixas, e tubos de aço, majoritariamente para os segmentos de petróleo e gás, construção civil e energia.

Através de plantas fabris localizadas em polos industriais estratégicos do Brasil e com presença comercial em todo território nacional e em países em todo o continente americano, a companhia, através de suas controladas, proporciona rapidez no atendimento, fornecendo os produtos mais adequados para as necessidades dos clientes.

Adicionalmente, a Companhia entende que os frutos decorrentes de investimentos superiores a R$177 milhões que foram realizados ao longo dos últimos cinco anos, somados às tendências positivas em seus segmentos de atuação, à disciplina na alocação de recursos e à gestão de custos vêm impulsionando de forma positiva e consistente as principais métricas da Companhia, incluindo, mas não se limitando a volume de produtos vendidos, faturamento, EBITDA, dentre outros.

Como resultado dessas marcas alcançadas, a companhia apresenta seus resultados obtidos durante o ano de 2022, em comparação aos anos de 2021 e 2020, conforme expostos no quadro abaixo

Dexxos Par

(R$ mm, exceto quando indicado)	2022	2021	2020	2022 x 2021	2022 x 2020
Receita Bruta	2.610,4	2.262,5	1.264,5	15,4%	106,4%
Químico	1.623,4	1.422,6	823,4	14,1%	97,2%
Aço	987,0	839,8	441,1	17,5%	123,8%
Receita Líquida	2.098,1	1.774,4	994,7	18,2%	110,9%
Lucro Bruto	384,5	369,4	215,9	4,1%	78,1%
Margem Bruta	18,3%	20,8%	21,7%	(2,5 p.p.)	(3,4 p.p.)
EBITDA	305,2	278,9	200,5	9,5%	52,2%
Margem EBITDA	14,5%	15,7%	20,2%	(1,2 p.p.)	(5,6 p.p.)
Lucro Líquido	179,9	229,7	143,9	(21,7%)	25,0%
Margem Líquida	8,6%	12,9%	14,5%	(4,4 p.p.)	(5,9 p.p.)
EBITDA Ajustado	305,9	315,5	151,4	(3,0%)	102,1%
Margem EBITDA Ajustado	14,6%	17,8%	15,2%	(3,2 p.p.)	(0,6 p.p.)

No segmento químico, em 2022, o volume de vendas da GPC Química recuou 2,6% em comparação ao ano de 2021, alcançando a marca de 432,0 mil toneladas. Quando comparado ao ano de 2020, registrou aumento acumulado foi de 9,8%, demonstrando a consistência dos resultados entregues nos últimos anos, conforme exposto abaixo:

GPC QUÍMICA

(R$ mm, exceto quando indicado)	2022	2021	2020	2022 x 2021	2022 x 2020
Volume de Vendas (kton)	432,0	443,3	393,6	(2,6%)	9,8%
Receita Bruta	1.623,4	1.422,6	823,4	14,1%	97,2%
Receita Líquida	1.294,0	1.126,7	646,5	14,9%	100,2%
Lucro Bruto	199,9	213,5	137,5	(6,4%)	45,4%
Margem Bruta	15,5%	19,0%	21,3%	(3,5 p.p.)	(5,8 p.p.)
EBITDA	197,0	156,9	136,6	25,5%	44,2%
Margem EBITDA	15,2%	13,9%	21,1%	1,3 p.p.	(5,9 p.p.)
EBITDA Ajustado	171,1	185,6	108,9	(7,8%)	57,1%
Margem EBITDA Ajustado	13,2%	16,5%	16,8%	(3,3 p.p.)	(3,6 p.p.)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Complementarmente, no segmento aço, foi registrou o aumento de vendas em 3,7% apresentado pela Apolo Tubos em 2022 quando comparado a 2021, alcançando a marca de 77,4 mil toneladas, e de 16,0% no período acumulado desde 2020 refletem a expressiva evolução e consistência dos resultados entregues pela empresa, conforme expostos abaixo:

APOLO
TUBOS E EQUIPAMENTOS

(R$ mm, exceto quando indicado)	2022	2021	2020	2022 x 2021	2022 x 2020
Volume de Vendas (kton)	77,4	74,6	66,7	3,7%	16,0%
Receita Bruta	987,0	839,8	441,1	17,5%	123,8%
Receita Líquida	804,1	647,7	348,2	24,1%	130,9%
Lucro Bruto	184,6	155,9	78,4	18,4%	135,4%
Margem Bruta	23,0%	24,1%	22,5%	(1,1 p.p.)	0,4 p.p.
EBITDA	140,5	155,9	62,1	(9,9%)	126,2%
Margem EBITDA	17,5%	24,1%	17,8%	(6,6 p.p.)	(0,4 p.p.)
EBITDA Ajustado	142,5	137,2	45,7	3,8%	211,8%
Margem EBITDA Ajustado	17,7%	21,2%	13,1%	(3,5 p.p.)	4,6 p.p.

MERCADOS DE ATUAÇÃO

Segmento Aço – Construção Civil

Pioneira no mercado brasileiro de tubos de aço, com 85 anos de história, a Apolo Tubos possui como objetivo principal a exploração da indústria de tubos de aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação e comercialização de tubos para o mercado de construção civil. Com sede operacional e administrativa localizadas na cidade do Rio de Janeiro/RJ, são produzidos e comercializados tubos de aço de carbono para todo o Brasil e para exportação.

Consequentemente, o desempenho do setor de construção civil está ligado à demanda por tubos de aço produzidos pela Companhia. O setor de construção civil é estimulado pelos seguintes fatores, elencados abaixo:

- Expansão do financiamento imobiliário;
- Continua demanda habitacional, por conta do déficit existente;

A oferta de recursos para financiamento disponível vem passando por uma transformação significativa, com o aumento da disponibilidade de financiamento exigindo que, pelo menos, 65% dos depósitos em conta poupança sejam utilizados para financiamento imobiliário e, no mínimo, 80% do total financiado seja destinado a empréstimos para aquisição de imóveis pelo SFH.

O saldo de recursos investidos no FGTS, uma das principais fontes para aquisição de imóvel, também cresceu de forma sustentável no período recente com um aumento da parcela dos recursos destinados para crédito imobiliário.

Por sua vez, o atual e histórico déficit habitacional brasileiro faz com que ainda haja uma grande e crescente demanda por imóveis habitacionais, o que traz um grande potencial de crescimento do mercado imobiliário para os próximos anos, dado que serão necessários mais empreendimentos para suprir esta demanda.

Como consequência dos fatores citados, o PIB da Construção Civil apresentou crescimento real de 6,9% em 2022 segundo a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), enquanto que, no mesmo ano, o PIB nacional registrou um aumento de 2,9%.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ainda segundo a CBIC, a construção civil registrou uma redução de 21,6% em geração de novas vagas, com carteira assinada, em 2022 comparado a 2021, atingindo 192.175 novos postos de trabalho criados pelo setor, o que representa um aumento de 97,6% em comparação ao ano de 2020.

Paralelamente, as vendas de novos imóveis cresceram 9,2% em 2022, para 156.730 unidades, segundo dados da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) e da Fundação Instituto de Pesquisas (FIPE).

Em 2022 o mercado de construção civil apresentou ligeiro aumento de suas atividades produtivas, de acordo com a o Relatório de Sondagem da Indústria da Construção publicado pela CNI, ao longo do ano de 2022 a média do indicador de utilização da capacidade de operação atingiu 66,8%. O resultado representa um aumento de 3,0 p.p. contra o índice registrado no ano de 2021 em que havia registrado 63,8%.

No que tange à indústria de materiais de construção, a pesquisa Índice divulgada pela ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção) em no ano de 2022 apontou que as vendas do respectivo setor reduziram em 7% comparado a 2021.

Segmento Aço – Petróleo e Gás e Energia

Empresa especializada na produção de tubos de aço de alta qualidade, soldados por resistência elétrica com indução de alta frequência, principalmente para a indústria de petróleo e gás e outros segmentos do setor de energia, e com sede operacional na cidade de Lorena/SP e administrativa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a Apolo Tubulars produz e comercializa tubos de aço carbono nas normas API e NBR para todo o Brasil e para exportação.

Tendo como principal destinação de seus produtos a indústria de petróleo e gás em terra e em águas rasas, que no Brasil passa por um momento de transição em relação aos principais *players*, com a gradativa substituição da Petrobrás, dona da maior fatia desse mercado atualmente, por novos entrantes nacionais e internacionais. A Apolo Tubulars se apresenta para essas empresas como um dos principais fornecedores de tubos de aço do segmento para o mercado *onshore*, possuindo vasto conhecimento tecnológico, inclusive através de parcerias internacionais, bem como investimentos realizados em infraestrutura e inovação para fornecimento dos produtos exigidos pelo mercado.

Além do posicionamento estratégico da Companhia nesse segmento, outro ponto relevante foram os lançamentos por parte do Governo Federal e Ministério de Minas e Energia, das duas versões do Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres – REATE 2017 e REATE 2020. Trata-se de uma Política Nacional de fomento à atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, de modo a propiciar o desenvolvimento regional e estimular a competitividade nacional. Essa iniciativa busca avançar ainda mais na implantação de uma política nacional que fortaleça a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, criando sinergias entre os produtores, fornecedores e financiadores dessa atividade para aumentar a exploração e produção competitiva de petróleo, e, principalmente, gás natural em terra, visando uma indústria de exploração e produção terrestre forte e competitiva, com produção crescente e com pluralidade de operadores e fornecedores de bens e serviços.

Contudo, os números ainda se demonstram incipientes dado que a Petrobras ainda concentra a maior parte da produção de petróleo e gás em campos *onshore* no Brasil. Do percentual em questão deriva uma enorme oportunidade de reativação e revitalização desses campos terrestres maduros por parte da iniciativa privada. Isto, principalmente quando se observa o fator de recuperação das bacias brasileiras *onshore*.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

De forma geral, o REATE vem registrando avanços em decorrência das ações constantes ao Planejamento Estratégico do MME, quais sejam:

- Implementação do sistema de oferta permanente de blocos exploratórios e campos marginais pela ANP;
- Criação de coordenação de E&P terrestre na ANP para facilitar a comunicação e solução de problemas relativos à regulação;
- Adequação dos percentuais de royalties de novos contratos aos ambientes de elevado risco exploratório e baixo potencial petrolífero, relativos às bacias maduras e de novas fronteiras.

Nesse contexto, o MME lançou a segunda versão do programa REATE em 2020, com a meta de duplicar a produção de petróleo e gás em áreas terrestres no prazo de 10 anos, com o gás crescendo mais do que o petróleo. Até 2030, estima-se que a produção sairá do patamar de 270 mil barris diários de óleo equivalente para, no mínimo, 500 mil barris diários de óleo equivalente. No segmento de gás natural em terra, a estimativa é de que a produção saltará de 25 milhões de metros cúbicos por dia para mais de 50 milhões de metros cúbicos diários.

Dessa forma, sendo um dos principais fornecedores para esse segmento, a Apolo Tubulars encontra-se bem posicionada, alinhada com o momento atual do mercado, atuando de forma a capturar esse crescimento de demanda esperado.

Na outra mão, no segmento de energia fotovoltaica, de acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), o índice de produção de energia solar cresceu 59,4% na comparação anual em 2022, atingindo a marca de 24GW de potência operacional. Dessa forma, o setor atraiu mais de R$ 54,6 bilhões em investimentos segundo a Absolar.

Neste sentido, a Apolo Tubulars vem se posicionando como uma opção ao fornecimento de tubos estruturais para empreendimentos fotovoltaicos, visando a captação do crescimento esperado para o setor em questão.

Segmento Químico

Um dos principais fabricantes de resinas termofixas e produtos auxiliares para a indústria de painéis de madeira reconstituída, MDF, MDP, OSB e Compensados do Brasil, além de resinas e aditivos especiais para aplicações específicas, a GPC Química atua há mais de 60 anos como um dos líderes do mercado nacional e com presença comercial no exterior, principalmente, nos países da América do Sul.

Tendo como objetivo principal a produção e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, através das nossas sedes operacionais nas cidades de Araucária/PR e Uberaba/MG e sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a empresa destaca-se pelos seguintes diferenciais expostos abaixo:

- Conhecimento no desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades específicas de nossos clientes, atendendo aos requisitos de qualidade e eficiência exigidos;

- Unidades produtivas estrategicamente localizadas, de modo a atender todo o território nacional e demais países da América do Sul.

- Parcerias firmadas com empresas globais de tecnologia para indústria de resinas e painéis de madeira reconstituída, além da infraestrutura e conhecimentos necessários para atender os desafios tecnológicos e as tendências do mercado;

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Além da tecnologia aplicada no desenvolvimento de nossos produtos, buscamos agregar valor através do atendimento diferenciado das equipes de assistência técnica, contando com suporte internacional, visando soluções que atendam as demandas do mercado e melhorem o desempenho de nossos clientes.

Grande porte, permitindo a obtenção a obtenção de economias de escala e aumentando a competitividade da companhia.

As resinas termofixas são adicionadas ao cavaco, em conjunto com um catalisador e aditivos, na fase de "colagem" do MDF e do MDP. Com a inclusão da resina é formado um colchão a seco que é encaminhado para a fase de pré-prensagem e prensagem a quente.

O MDF, MDP e os painéis compensados, produtos finais do processo em que há a inclusão das resinas termofixas da GPC Química são produzidos a partir do *Pinus taeda* ("Pinheiro") e do Eucalipto ("Eucalipto").

O Brasil possui uma das maiores áreas florestais de Pinheiro no mundo, com 1,9 milhão de hectares, além de possuir 10 milhões de hectares disponíveis para plantio de madeira de reflorestamento. A eficiência na produção de compensados no Brasil se destaca em relação a outros países do mundo. A alta competitiva da indústria madeireira nacional ocorre por conta da produtividade florestal, do emprego de propriedades mecânicas e por conta do baixo custo de custo da mão-de-obra.

Os Estados do Paraná e de Santa Catarina, em conjunto, concentram a maior área plantada com Pinheiros no Brasil, representando 74% de áreas destinadas ao plantio dessa espécie. São nestes Estados em que estão localizados os principais atores da cadeia indústria da madeira no país principais indústrias que utilizam a madeira como matéria prima estão localizadas.

A unidade de formol e resinas da GPC Química está localizada nesta região, no Estado do Paraná no coração do polo da indústria madeireira o que a posiciona de forma competitiva para atender a demanda dos diversos agentes presentes. Adicionalmente, a localização proporciona uma diversificação do risco de concentração de clientes, uma vez que permita o acesso aos principais players da cadeia.

A produção nacional de móveis, um dos principais utilizadores do MDF, registrou queda de 16,2% ao longo do ano de 2022 comparado ao ano anterior, segundo o MOVERGS (Associação das indústrias de móveis do Estado do Rio Grande do Sul). A desaceleração também impactou o comércio exterior do setor moveleiro em 2022, que registrou queda de 11,9% nas exportações em relação a 2021.

Adicionalmente, de acordo com relatório divulgado pela Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), as vendas de painéis de madeira, principal nicho de atuação do segmento químico, apresentaram queda de 14,8% no mercado doméstico em 2022. Em paralelo, o mercado global também recuou, as vendas reduziram 11,8% comparadas a 2021.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Segmento Químico

Acesso as mais modernas tecnologias a nível mundial para produção de resinas

Através de parcerias internacionais e de estrutura local com laboratórios de P&D, além de assistência técnica altamente especializada, as seguintes fortalezas se destacam:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Resinas homologadas em padrões internacionais, em conformidade com requisitos de qualidade e regulamentações mundiais;

- Desenvolvimento de inovações para aplicações na indústria de painéis de madeira, inclusive na proposição de parcerias para aplicação de produtos químicos renováveis e biodegradáveis;

- Diferenciais customizados de produtividade e competitividade, com *know-how* orientado para processos e produtos de alto desempenho;

Atendimento e Assistência Técnica

Além da tecnologia aplicada no desenvolvimento de seus produtos, a GPC Química busca agregar valor através do atendimento diferenciado e de suas equipes de assistência técnica, contanto com suporte internacional, visando soluções que atendam as demandas do mercado e melhorem o desempenho de seus clientes.

Posição Geográfica

As unidades produtivas da GPC Química estão estrategicamente localizadas para atender de forma eficaz à sua cadeia de clientes, majoritariamente integrantes da indústria de painéis de madeira.

Reconhecimento de Mercado

A GPC Química é reconhecida por sua tradição e *know-how* no desenvolvimento de produtos que atendam às necessidades específicas de seus clientes e aos requisitos de qualidade e eficiência.

Segmento Aço

Parcerias e Investimentos Tecnológicos

Somos fabricante de tubos OCTG *tubing* e *casing* no Brasil homologado para aplicação de soluções premium e semi premium de fabricantes mundiais e para produtos certificados e inspecionados com tecnologia referência no mercado de inspeções não destrutivas.

Adicionalmente, os investimentos realizados em tecnologia de ponta e infraestrutura fabril nos permite oferecer ao mercado uma vasta gama de soluções tubulares de alta qualidade como:

- Tubos acabados (OCTG) para exploração e produção (E&P) com conexões API 5CT, Premium (JFEBEAR e FOX) e Semipremium (GEOCONN);

- Tubos de condução de petróleo e gás (*Line Pipe*), nos níveis de produto API 5L / PSL 1 e PSL 2, revestidos interna e externamente para ambientes corrosivos;

- Tubos para diversas aplicações como condução de fluidos, estruturais, redes de incêndio, caldeiras e estacas de linha de transmissão, entre outros, atendendo às normas nacionais e internacionais pertinentes.

Pioneirismo e Reconhecimento de Mercado

A Apolo começou a operar em 1938, como pioneira no Brasil na fabricação de tubos de aço ERW. Adicionalmente, visando o mercado de óleo e gás, a empresa realizou diversos investimentos em aporte tecnológico e ampliação fabril, culminando no recebimento de premiações como o Prêmio Petrobras – “Melhores Fornecedores de Bens e Serviços” de 2013.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Passados mais de 80 anos, a marca APOLO é uma das principais referenciais da indústria de tubos e acessórios de metais.

Posição Geográfica

As unidades produtivas da Apolo Tubos e Apolo Tubulars estão estrategicamente posicionadas às proximidades da Rodovia BR-116 (“Via Dutra”), que liga a cidade de São Paulo à cidade do Rio de Janeiro, conectadas

ESTRATÉGIA

Nossa visão estratégica geral no Segmento Químico é ser a principal escolha de fornecimento de resinas termofixas no Brasil para o mercado de painéis de madeira, pelo reconhecimento de sua tecnologia e confiabilidade no fornecimento de qualidade e eficiência, com crescimento contínuo neste segmento e atingindo diversificação relevante em novos produtos e mercados derivados da nossa cadeia de valor.

Com essa estratégia, visamos fortalecer nossa posição no Segmento Químico, sustentando nosso crescimento com base nos nossos diferenciais tecnológicos e nosso *know-how* orientado para processos e produtos de alto desempenho, conferindo diferenciais customizados de produtividade e competitividade aos clientes, de forma a fortalecer nossos relacionamentos e aumentar nossa participação no mercado, para ser cada reconhecida, cada vez mais, como referência em resinas termofixas no Brasil.

No Segmento Aço, nossa visão estratégica geral é ser reconhecido pela qualidade do produto e eficiência no atendimento, com desenvolvimento sustentável de novos negócios direcionados para consumidores de tubos.

Com essa estratégia, buscamos gerar cada vez mais sinergias nas nossas operações de Apolo Tubos e Apolo Tubulars, de forma a aumentar ainda mais nossa produtividade, competitividade e rentabilidade, bem como agregar cada vez mais valor aos nossos produtos, para nos posicionarmos de forma diferenciada para atender tanto aos mercados nacionais quanto internacionais.

Adicionalmente, buscamos continuamente investir com disciplina financeira, para gerar não apenas crescimento, mas também aprimorar a qualidade dos nossos produtos e com mais eficiência produtiva em nossos processos industriais de forma a expandir nossas margens operacionais e possibilitar maior geração de valor aos *stakeholders*.

Dessa forma, nossa estratégia pode ser dividida e mais aprofundada no que tange aos dois principais segmentos de atuação da companhia:

Segmento Químico

Expandir a atuação no segmento de painéis de madeira

Pretendemos seguir crescendo nossa atuação no segmento de painéis de madeira. Nossas resinas termofixas possuem tecnologia de ponta, o que nos deixa em uma posição competitiva favorável para seguir crescendo nossa atuação neste segmento que tem apresentado crescimento consistente nos últimos anos. Alavancado pelo diferencial do Brasil que mantém alta eficiência produtiva em sua produção florestal.

Ampliar nossa atuação dentro da nossa cadeia de valor

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Avaliar e desenvolver alternativas de diversificação de mercado e potencialização dos ativos industriais, a partir dos principais insumos já consumidos e produzidos pela companhia, de modo a agregar valor à atividade produtiva da GPC Química S.A. fortalecendo a posição sustentável no longo prazo nos mercados onde já atuamos e valer-se da vocação de químicos existente para inovar e diversificar nossos negócios, obtendo novas fontes de receitas e reduzindo a concentração.

Expansão das operações em busca de fortalecimento da posição estratégica da Companhia

Planejamos seguir expandindo nossa capacidade produtiva no segmento químico de forma a capturar tais oportunidades estrategicamente e, ao mesmo tempo, gerando maior eficiência nos nossos processos industriais. Seguiremos avaliando de forma disciplinada as oportunidades de expansão não apenas no segmento de resinas para painéis de madeira, mas também em outros elos da nossa cadeia de valor. Tais expansões podem ser alcançadas via investimentos em capacidade produtiva em nossas plantas atuais ou, conforme viabilidade e demanda, investindo em novas plantas ou até mesmo através de aquisição de ativos ou negócios que contribuam para execução da nossa estratégia.

Agregação de valor aos clientes

Seguiremos investindo na capacitação contínua dos nossos produtos buscando gerar cada vez mais valor aos nossos clientes. Somos reconhecidos pelos nossos diferenciais tecnológicos e capacidade de customização de nossos produtos para cada cliente com indicadores relevantes de produtividade, desempenho e competitividade, o que tem se provado fundamental para a manutenção dos relacionamentos que possuímos por longos anos, bem como para a captação de novas oportunidades que surgem no mercado.

Segmento Aço

Aumento de sinergias entre as operações de Aço

Com a recompra das ações da Apolo Tubulars em dezembro de 2017, a Companhia iniciou um processo de integração das operações da Apolo Tubos e Apolo Tubulars visando reforçar seu posicionamento com um portfólio mais abrangente e versátil, e capturar sinergias que proporcionassem melhores resultados. Além das sinergias existentes na gestão administrativa e operação, há também um potencial de sinergia que poderá ser explorado com a integração das unidades industriais em seus processos.

Expandir as operações no segmento de Óleo & Gás *onshore* no Brasil

Pretendemos seguir crescendo nossa atuação no fornecimento de tubos de aço para o mercado de exploração de petróleo e gás *onshore* no Brasil. Pretendemos capturar o aumento da demanda que deverá vir com o programa do Ministério de Minas e Energia REATE 2020 (Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres), que visa fomentar a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil, de modo a propiciar o desenvolvimento regional e estimular a competitividade nacional. Ademais, com elevada capacidade de produção e produtos que atendem às normas globais de fabricação, temos explorado oportunidades de exportação para mercados internacionais.

Expandir a atuação no segmento de energia

Acompanhando a evolução do setor elétrico nacional, realizamos investimentos em 2021 visando atender o mercado de energia fotovoltaica. Através do desenvolvimento de novos produtos,

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

estamos capacitados para atendimento do setor. Ao final de 2022, os produtos comercializados para esse setor representou 15% das vendas.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a) Produtos e serviços comercializados

Segmento de Tubos de Aço

Tubos de Condução NBR 5580 / 5590

Tubos API 5CT OCTG

Os principais produtos comercializados referentes ao mercado de tubos de aço são:

Tubos de Condução: utilizados na condução de materiais sólidos, líquidos, pastosos ou gasosos, são comumente utilizados nas instalações hidráulicas prediais e industriais, de água, gás e ar comprimido, dentre outros setores. Fornecidos sem revestimento ou galvanizados por imersão a quente.

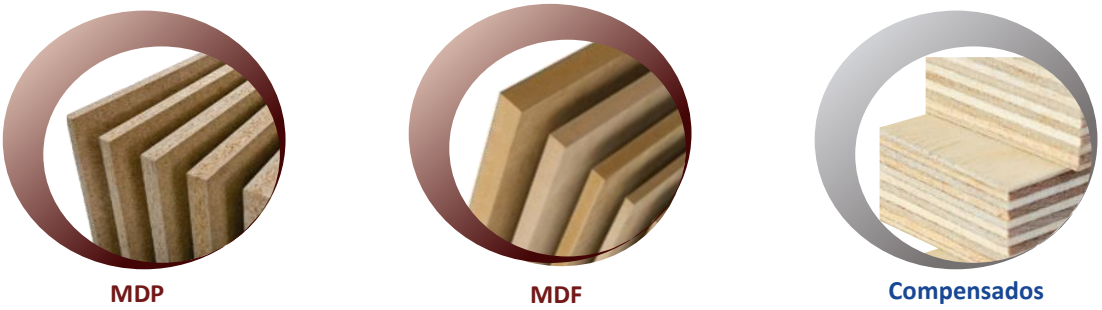
Tubos Eletrodutos: utilizados em instalações industriais, residenciais e comerciais, como protetores de cabos, fios elétricos e de telefonia. São galvanizados por imersão a quente, em peças de 3 metros de comprimento, rosqueadas e com uma luva em uma das extremidades.

Tubos API / OCTG: utilizados na exploração e produção (E&P) de petróleo e gás, os tubos de revestimento (*casing*), de produção (*tubing*) e curtos (*pup joint*) são fornecidos com extremidades forjadas (EU) ou não (NU) e rosqueadas com conexões API, Premium ou Semipremium. Os tubos API também são utilizados para condução de óleo e gás (*linepipes*) em gasodutos, oleodutos e refinarias.

Tubos Estruturais: utilizados em geral para uso em pontes, torres, coberturas, estruturas metálicas, indústria naval e automobilística, além do setor de energia solar para a montagem de estruturas de suporte tipo *tracker* e em redes de transmissão de energia solar para os postes metálicos em aço (estacas helicoidais).

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Segmento Químico



Os principais produtos comercializados referentes ao mercado de resinas termofixas são:

Resinas para painéis de madeira: utilizadas na indústria de painéis de madeira reconstituída, MDF, MDP, Compensados e OSB, são produzidas com a mais moderna tecnologia disponível mundialmente, estando a GPC Química S.A. apta a produzir resinas para painéis de madeira particulada com baixa emissão de formol e boa reatividade. Atualmente, o Brasil lidera o ranking de produtividade florestal, com uma produtividade por hectare de quase duas vezes os países do hemisfério norte.

Resinas para impregnação: utilizadas para impregnação de papéis, são compatíveis com todos os antiespumantes comercialmente disponíveis, agentes umectantes e catalisadores que podem ser adicionados ao banho de impregnação, são fornecidas nas formas ureica e melamínica.

Resinas para aplicações especiais: resinas utilizadas para impregnação de não tecidos (mercado da construção e têxtil), impregnação e dublagem de fitas de borda e para impregnação de madeira e cutelaria.

Adicionalmente às resinas, o Segmento Químico também oferece aditivos para o segmento de painéis de madeira e revestimentos e para redução das emissões de gases em plantas industriais, sequestrantes de formol para promover a redução das emissões dos painéis, catalisadores especiais para colagens ou recobrimento de painéis de madeira, dentre outros produtos químicos especiais para aplicação em diversos segmentos.

b) Receita proveniente dos segmentos e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita por segmento (R$ mil)	Segmento Químico			Segmento Aço			Consolidado		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
(+) Receita Bruta	1.623.420	1.422.619	823.381	987.015	839.899	441.114	2.610.435	2.262.518	1.264.495
(-) Deduções / Devoluções	329.416	295.965	176.881	182.911	192.159	92.913	512.327	488.124	269.794
Receita Líquida	1.294.004	1.126.654	646.500	804.104	647.740	348.201	2.098.108	1.774.394	994.701
Participação da receita líquida por segmento em relação à receita líquida da Companhia	61,7%	63,5%	65,0%	38,3%	36,5%	35,0%			

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Receita por segmento (R$ mil)	Segmento Químico			Segmento Aço			Consolidado		
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022	2021	2020
Receita Líquida	1.623.420	1.422.619	823.381	987.015	839.899	441.114	2.610.435	2.262.518	1.264.495
Lucro Bruto	199.932	213.502	137.528	184.587	155.927	78.377	384.519	369.428	215.904
Lucro Líquido	128.369	155.024	115.913	89.027	115.277	31.791	179.915	229.684	143.900
Participação do lucro líquido por segmento em relação ao lucro líquido da Companhia	71,3%	67,5%	80,6%	49,5%	50,2%	22,1%			

Nota: o lucro líquido consolidado considera a equivalência patrimonial de todas as suas controladas e coligadas nos os períodos apresentados.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Segmento de Tubos de Aço

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A., localizada na Pavuna, município do Rio de Janeiro (RJ), possui capacidade instalada de produção de 80.000 toneladas por ano. A fabricação atende às normas ABNT NBR 5580, ABNT NBR 5590, ABNT NBR 5597, ABNT NBR 5598, ABNT NBR 8261, ABNT NBR 6591 (normas reguladas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ASTM A178, que tratam especificamente do produto final comercializado.

Os tubos fabricados conforme as normas NBR 5580 e NBR 5590 são certificados e autorizados a utilizarem o selo do INMETRO.

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. também possui certificação ISO 9001, que atesta a eficácia do seu Sistema de Gestão da Qualidade e que seus processos são executados e controlados de forma que todos os seus produtos sejam fabricados dentro dos padrões de qualidade requeridos.

As dimensões de tubos estão compreendidas na faixa de ½" (DN15) a 8" (DN200) de diâmetro, com acabamento preto, galvanizado ou pintado, e como matéria-prima utiliza aço de baixo teor de carbono laminado a quente. Na fabricação dos tubos utiliza solda pelo processo HFIW (*High Frequency Induction Welding*) longitudinal com remoção interna e externa de rebarbas.

Há quatro etapas a se destacar em todo o processo: (i) corte das bobinas em fitas com larguras para atender a cada diâmetro; (ii) processo de conformação a frio em máquinas denominadas Formadoras, etapa onde finaliza-se a fabricação dos tubos denominados pretos; (iii) processo de galvanização, onde os tubos são mergulhados num banho de zinco a 450º C, resultando em tubos protegidos contra a corrosão; e (iv) pintura eletrostática, um processo no qual o tubo recebe uma carga elétrica oposta, atraindo a tinta em pó e, na sequência, a cura da camada de tinta depositada é obtida em estufa com temperatura variando entre 120º e 260º C.

A Apolo Tubulars S.A. tem capacidade para produzir tubos para óleo e gás, tubos de condução, eletrodutos, perfis estruturais, tubos mecânicos e industriais e tubos para troca térmica. Os tubos são produzidos pelo processo HFIW (*High Frequency Induction Welding*) de diâmetros de 2 3/8" até 9 5/8" e com espessuras de 3,00 a 12,7mm, nos mais diversos graus de aço.

O Processo de produção em linha contínua, com elevado grau de automação, inclui as operações de alimentação e corte de bobinas, conformação, soldagem (HFIW), remoção interna e externa de rebarbas, forno de tratamento térmico na região da solda, ensaio não destrutivo (Ultra-Som), calibração, corte, ensaios destrutivos, inspeções dimensionais, biselamento das extremidades, desempenadeira a frio, *drift* teste e teste hidrostático.

A depender da família de produtos, os tubos são submetidos aos seguintes acabamentos: forjamento das extremidades, tratamento térmico (têmpera e revenimento), desempenadeira a quente, teste hidrostático de alta pressão, ensaios não destrutivos (*EMI-Eletromagnetic Inspection*, UTWL-Ultra-Som na linha de solda, SEA-Partícula Magnética), rosqueamento, torque de luvas, marcação, pesagem, envernizamento e embalagem.

A planta industrial localizada em Lorena (SP) possui capacidade para produção de 120 mil toneladas por ano. A Apolo Tubulars S.A. possui uma série de certificações tais como ISO 9001, ISSO 14001, NBR 5580, NBR 5590 Grau A, NBR 5590 Grau B, entre outras. Adicionalmente, a Apolo Tubulars S.A. possui parcerias tecnológicas de forma que seus produtos são homologados e certificados por empresas de renome mundial tais como as empresas japonesas JFE e Metal One e a norte-americana Tuboscope, braço de tubos para o segmento de O&G do grupo National Oilwell Varco.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Segmento Químico

A GPC Química S.A. atua na produção de formol e resinas, conforme descrito abaixo:

Processo de produção de Formol / Concentrado Ureia-Formol (CUF):

Os processos para produção do formaldeído são realizados a partir do metanol e através das seguintes reações químicas:

Reações: $CH_3OH + ½\ O_2 \rightarrow HCHO + H_2O$ $\Delta H = -157\ KJ\ mol^{-1}$ **(a)**

$CH_3OH \rightarrow HCHO + H_2$ $\Delta H = +85\ KJ\ mol^{-1}$ **(b)**

Uma mistura de metanol e ar passa sobre um leito fixo de catalisador aquecido e na pressão atmosférica. Os gases originados são lavados com água para obter formaldeído aquoso.

As reações de oxidação suprem de calor o sistema, fazendo o processo de auto sustentação e também guardam a atividade catalítica deslocando o equilíbrio para a direita.

Essa etapa do processo pode produzir o Formol ou o CUF (concentrado uréia-formol), que serão utilizados na fabricação de resinas.

Processo de produção de Resinas Ureicas:

As resinas ureia-formol são produzidas em reatores tipo batelada da seguinte forma:

(i) primeiramente, é carregado através de tubulação formol ou CUF no reator, conforme formulação. Em seguida, é carregado ureia sólida medindo o pH da carga. Estando dentro da faixa especificada, é dado início ao aquecimento do produto através de uma rampa de aquecimento, com tempo pré-estabelecido de acordo com os planos de controle de processo. Quando o produto atinge 95ºC, mantém-se nessa temperatura por aproximadamente 30 minutos. Esta etapa é a condensação alcalina. Feito isso, é dado início ao processo de condensação ácida, através da adição de ácido fórmico ao reator, com objetivo de baixar o pH. A formação do polímero é acompanhada pelo aumento de viscosidade. Atingida a faixa estabelecida, a polimerização é interrompida pela adição de soda e resfriamento do reator; e

(ii) a próxima etapa consiste na adição da ureia final e análise do produto para descarga em tanque ou caminhão-tanque quando a temperatura de descarga for atingida.

Processo de produção de Resinas Fenólicas:

Para a produção de resinas fenólicas são adicionados no reator, em quantidades perfeitamente definidas, os seguintes monômeros: formol e fenol.

A reação formol-fenol só ocorre em condições adequadas, pois existe a necessidade de obter-se um produto dentro de uma especificação rígida.

Em um reator batelada exclusivo, são adicionados formol, fenol, água e soda 50% (que atua como catalisador do processo). A soda é adicionada até obter-se um pH alcalino. A partir dessa etapa, inicia-se o aquecimento até 50ºC. Ao atingir essa temperatura, o vapor é desligado e a reação se mantém somente pela sua exotermia, atingindo uma considerável elevação de temperatura. O produto é mantido na temperatura de 70ºC por um determinado tempo para que ocorra a reação de polimerização. O produto é analisado e é realizada a destilação para o ajuste do teor de sólidos. A água destilada é recuperada em um tanque de apara para reutilização no próprio processo. O produto especificado é resfriado e descarregado para tanque ou container para ser comercializado.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 27 de dezembro de 2021, a controlada GPC Química S.A. finalizou a segunda fase do seu plano de expansão da capacidade de produção de resinas na unidade localizada na cidade de Araucária/PR, concluindo o projeto de ampliação da sua capacidade em 160 mil toneladas/ano de produção de resinas.

Dessa forma, a GPC Química S.A. passa a atuar com as seguintes capacidades produtivas através de três plantas industriais:

Araucária (PR)	Uberaba (MG)	Camaçari (BA)[1]
▪ Formol: 293k toneladas / ano	▪ Formol: 58k toneladas / ano	▪ Formol: 95k toneladas / ano
▪ Resinas: 515k toneladas / ano	▪ Resinas: 105k toneladas / ano	▪ Hexametilenotetramina: 5k toneladas / ano

As resinas produzidas pela GPC Química S.A. são certificadas em padrões internacionais com tecnologia de produção reconhecida internacionalmente, atendendo os mais altos requisitos de qualidade e regulamentações mundiais. Para se manter na ponta, a GPC Química S.A. possui um time de P&D de alta capacitação, além de manter parcerias nacionais e internacionais de inovação e transferência tecnológica, inclusive na aplicação de produtos químicos renováveis e biodegradáveis.

b) Características do processo de distribuição

Segmento de Tubos de Aço

O processo de distribuição da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. se dá majoritariamente por via rodoviária. As vendas são diluídas entre um elevado número de clientes de distribuição, revenda e demais empresas atuantes no setor de construção civil e infraestrutura. Apesar de estar presente em todo o território nacional, as vendas da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. tem maior concentração na região sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo.

O processo de distribuição da Apolo Tubulars S.A. é majoritariamente rodoviário, com algumas operações marítimas para Manaus. As vendas de tubos OCTG, que atendem ao mercado de óleo e gás, são concentradas entre as principais empresas atuantes do segmento em questão, com maior incidência na região nordeste, além de exportação via marítima.

Segmento Químico

O processo de distribuição da GPC Química S.A. se dá de forma essencialmente rodoviária. As vendas são realizadas em sua maioria para o setor industrial (B2B), onde as resinas são utilizadas como insumo no processo fabril das indústrias. Geograficamente, as vendas apresentam maior concentração na região sul, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina, seguida pela região sudeste, com destaque para o estado de São Paulo.

[1] Planta industrial da sua investida Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c) Características dos mercados de atuação

Segmento de Tubos de Aço

A Apolo Tubos e Equipamentos S.A. está inserida no mercado de tubos de aço de condução de fluidos e eletrodutos, utilizados majoritariamente em projetos de construção civil, redes de incêndio e projetos de infraestrutura. Estima-se que a controlada detenha cerca de 15% de *Market Share* de tubos de aço, com base em informações divulgas pela ABITAM – Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal.

A Apolo Tubulars S.A. está inserida no mercado de tubos de aço para extração e produção (OCTG) e condução (*Line Pipe*) de óleo e gás. Adicionalmente, também atua no fornecimento de tubos para os setores de energia e indústria em geral. Acredita-se que a controlada detenha cerca de 70% de *Market Share* no mercado de tubos OCTG – *Tubing* e 10% de *Market Share* nos demais mercados de atuação.

Segmento Químico

A GPC Química S.A. está inserida no mercado de resinas termofixas para a indústria produtora de painéis de madeira particuladas, composta por um número reduzido de produtores de demanda elevada, intensivas em capital e tecnologia, com parque industrial e escala de produção competitivos em níveis internacionais. Adicionalmente, também atua no fornecimento para a indústria de madeiras compensadas, segmento tradicional que vem apresentando crescimento nos últimos anos, principalmente no mercado externo.

d) Eventual sazonalidade

Segmento de Tubos de Aço

O mercado de tubos de aço de condução de fluidos e eletrodutos para o setor de construção civil apresenta menor demanda para os meses de dezembro e janeiro, habitual período de férias coletivas.

O mercado de tubos de aço para óleo e gás não apresentam eventual sazonalidade. Contudo, depende da demanda das principais empresas atuantes no setor, que está correlacionada à demanda global por petróleo e gás.

Segmento Químico

O mercado de painéis de madeira em geral apresenta menor demanda para os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, habitual período de férias coletivas e de paradas programadas para manutenção nas linhas de produção.

e) Principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia, através de suas empresas controladas, encontra-se em constante exercício de otimização de sua estrutura de custos operacionais. Dessa forma, mantemos contato com renomados fornecedores dos principais insumos e matérias primas utilizados pela Companhia em seus processos produtivos. Adicionalmente, norteamos a escolha de nossos fornecedores com base em critérios como preço, qualidade, prazo de entrega, reputação e situação financeira dos fornecedores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(ii) principais fornecedores de insumos e matérias primas por segmento de atuação:

Segmento Químico: Methanex, Yara, Rhodia, OCI Nitrogen, Borealis, Chimar Hellas, Petrobras, Braskem, Unipar e Ecosynthetix

Segmento Aço: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Arcelor Mittal, Gerdau, Usiminas, Votorantim, JFE, Metal One, Zikeli e Fives

(iii) eventual dependência de poucos fornecedores

À data presente, as empresas controladas operacionais da Companhia não apresentam dependência relevante de poucos fornecedores. Adicionalmente, a Companhia atua, sempre que necessário, de forma a evitar a concentração em poucos fornecedores.

(iv) eventual volatilidade em seus preços

As empresas controladas operacionais da Companhia atuam no setor da indústria de materiais básicos. Portanto, os principais insumos e matérias-primas utilizados nos processos fabris são referentes a *commodities*, cujos preços são estabelecidos, em sua essência, através de cotações internacionais, seguindo a relação entre oferta e demanda global pelos insumos e matérias primas em questão.

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes de clientes relevantes

O montante total de receitas da Companhia provenientes de clientes relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 477,7 milhões.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de clientes relevantes

A Companhia e suas controladas atuam no segmento químico e no segmento aço, estando a distribuição das receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 configuradas da seguinte forma:

Receita por Cliente (R$ mil)	Segmento Químico	Segmento Aço	Consolidado
Receita Líquida	1.294.004	804.104	2.098.108
Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	477.666	392.360	870.026
Participação dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	36,9%	48,8%	41,5%

No segmento Químico, a GPC Química S.A. atende a diversos clientes de porte significativo. No segmento Aço, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. atendem a diversos clientes em diferentes segmentos, contando com uma carteira pulverizada, com, aproximadamente, 2 mil clientes, contudo se destacam os clientes de energia fotovoltaica e de petróleo e gás.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a) Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nem a Companhia, nem suas controladas, atuam em segmentos que necessitem de autorizações governamentais ou de agências reguladoras.

b) Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Política Socioambiental da Companhia foi aprovada em reunião de Conselho de Administração realizada em de 27 de julho de 2022, entrando em vigor a partir desta data. Os termos da referida política estão descritos abaixo.

1. Introdução

Baseada nos princípios fundamentais da sustentabilidade que contribuem para a preservação do meio ambiente e o estímulo ao desenvolvimento social e econômico na Dexxos Participações S/A ("Companhia"), bem como nas sociedades em que a Companhia detém o controle acionário, direto ou indireto (GPC Química S/A, Apolo Tubos e Equipamentos S/A, Apolo Tubulars S/A, Apolo Comércio, Importação e Exportação S/A, denominadas em conjunto "Controladas"), a Companhia tem o compromisso de promover a sustentabilidade em seus negócios e de suas Controladas.

2. Objetivo

A política tem como objetivo reafirmar o compromisso da Companhia e suas Controladas quanto às boas práticas de sustentabilidade em seus projetos e operações, reforçar a proteção à vida, reduzir impactos ambientais e estabelecer diretrizes capazes de proporcionar crescimento sustentável, de modo a mitigar riscos ao meio ambiente.

3. Abrangência

A política se aplica se aplica a todos os membros da administração, empregados, fornecedores, representantes e/ou parceiros comerciais da Companhia e de suas Controladas.

4. Princípios

4.1. Promover práticas de responsabilidade social da Companhia e/ou Controladas, bem como disseminar e implementar ações de desenvolvimento sustentável, buscando melhorias contínuas dos temas socioambientais;
4.2. Valorizar a vida, priorizando saúde e segurança de todos os envolvidos nas dependências da Companhia e das suas Controladas, além de contribuir para o bem-estar das comunidades onde estão presentes, de forma que não sejam afetados por eventuais impactos decorrentes de suas operações, podendo realizar parcerias para o desenvolvimento social das comunidades onde estão presentes;
4.3. Tomar decisões estratégicas de acordo com os 10 Princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas[1];

[1] As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente; 2) Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos; 3) As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; 4) A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório; 5) A abolição efetiva do trabalho infantil; 6) Eliminar a discriminação no emprego; 7) As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; 8) Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental; 9) Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientais amigáveis; 10) As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

4.4. Enfatizar as diretrizes do Código de Ética e Conduta da Companhia e de suas Controladas, da Política Anticorrupção, quando aplicável, bem como da legislação anticorrupção vigente;
4.5. Conscientizar empregados e/ou terceiros sobre a relevância dos temas socioambientais;
4.6. Respeitar a diversidade, a pluralidade de ideias e opiniões, assim como repudiar todo e qualquer tipo de assédio, preconceito, discriminação, corrupção, fraude, suborno, bem como outras atitudes que degradem a dignidade humana;
4.7. Proibir práticas de trabalho escravo, exploração sexual, discriminação em todas as suas formas;
4.8. Valorizar pessoas e proporcionar igualdade de oportunidades;
4.9. Utilizar água e energia de forma consciente e sustentável;
4.10. Identificar e gerenciar potenciais impactos socioambientais inerentes às atividades da Companhia e suas Controladas, minimizando os seus efeitos com o aprimoramento dos seus processos, visando o uso seguro, racional e sustentável dos recursos naturais e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos;
4.11. Promover a satisfação dos clientes por meio de soluções de boa qualidade em seus processos, produtos e serviços, proporcionando uso seguro, consciente e eficiente de recursos naturais; e
4.12. Fomentar parcerias de longo prazo, permitindo o engajamento dos fornecedores aos valores da empresa, especialmente os relacionados à segurança, pessoas, sustentabilidade e integridade.

5. Responsabilidade

A administração da Companhia e das suas Controladas, com apoio do comitê ESG, são responsáveis por promover as diretrizes da Política Socioambiental, adotando as providências necessárias, reportando-se sempre ao Conselho de Administração.

Compete ao Comitê ESG orientar estrategicamente ações relacionadas à Política Socioambiental, auxiliando o planejamento de iniciativas, reportando-se ao Conselho de Administração.

Cabe ao grupo de trabalho formado pelo Comitê ESG: (i) propor e/ou conduzir a agenda de sustentabilidade; (ii) disseminar a cultura de sustentabilidade nas áreas envolvidas e em áreas de relacionamento, de forma a contribuir para o engajamento dos empregados e o posicionamento da Companhia e suas Controladas quanto ao tema; e (iii) reportar ao Comitê ESG as providências adotadas.

Os empregados, estagiários e prestadores de serviço da Companhia e das suas Controladas devem conhecer a Política Socioambiental da Companhia, bem como devem inserir tais diretrizes em suas rotinas, quando aplicável, além de contribuir para a divulgação da Política Socioambiental ao seu público de relacionamento.

6. Divulgação e revisão

Esta Política deverá ser disponibilizada no website da Companhia e de suas Controladas, e poderá ser atualizada sempre que algum fator relevante demandar mudanças na estratégia ou diretrizes da Companhia e/ou de suas Controladas.

Os empregados devem ter ciência da Política Socioambiental por meio da liderança e dos canais internos de comunicação. A comunicação para o público externo deve se dar por meio de canais apropriados, previamente autorizados pela Diretoria da Companhia e de suas Controladas, conforme o caso.

7. A referida Política Socioambiental tem como Referências:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Pacto Global das Nações Unidas;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Diretrizes *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Carta Internacional de Direitos Humanos;
- Missão, Visão e Valores da Companhia e das suas Controladas;
- Código de Ética e Conduta;
- Política Anticorrupção;
- Política de Privacidade;
- Manual Socioambiental;
- Manual de Trabalho, Saúde e Segurança; e
- Manual Social

8. Disposições Finais

A política poderá ensejar a criação de outros documentos de gestão, planos de ação, entre outros relacionados ao desenvolvimento sustentável da Companhia e/ou das Controladas.

Normas, manuais e procedimentos poderão complementar esta política, com o intuito de aprimorar os processos sustentáveis.

c) Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia não possui dependência relevante acerca de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias ou contratos de *royalties* para o desenvolvimento de suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros.

Em atenção ao disposto em seu Código de Ética e Conduta, a Companhia informa que é apartidária, pelo que é vedada qualquer atividade de apoio e/ou doações a partidos políticos, candidatos, bem como contribuição política ou eleitoral em seu nome, independentemente da natureza do bem ou recurso.

Nos últimos 3 anos não houve contribuição financeira a quaisquer partidos políticos, ocupantes ou candidatos a cargos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, direta ou indiretamente.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

No exercício do ano de 2022, a companhia não apresentou receitas relevantes provenientes de clientes do exterior no segmento químico. No segmento químico, a participação da receita líquida proveniente de clientes do exterior foi de 4,8%, enquanto que no segmento aço foi de 1,9%. Dessa forma, segue abaixo composição da receita líquida da companhia proveniente de clientes de seu país sede e de clientes do exterior no ano de 2022.

Receita por destinação (R$ mil)	Segmento Químico	Segmento Aço	Consolidado
Receita Líquida	1.294.004	804.104	2.098.108
Receita proveniente do exterior	62.184	15.178	77.363
Participação da receita líquida proveniente do exterior	4,8%	1,9%	3,7%

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

A indústria de aço foi impactada pela aplicação das tarifas e cotas de importação existentes na Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, ao atribuir limites ao volume de importação de aço proveniente do Brasil, ocasionando reflexo no plano de exportações do segmento aço da Companhia.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a) Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade

A companhia divulga informações ASG trimestralmente em seu informe de resultados, comunicando seus indicadores socioambientais de maior relevância de acordo com matriz de materialidade definida em conjunto com consultoria especializada no tema.

b) A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

As informações ASG divulgadas pela companhia em seu informe de resultados trimestral segue padronização da *Global Reporting Initiative* (“GRI”).

c) Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações ASG divulgadas pela companhia não são auditadas por entidade independente.

d) A página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações ASG divulgadas pela companhia podem ser encontradas através do website da Dexxos, no endereço: www.dexxos.com.br

e) Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia, em conjunto com uma consultoria especializada conduziu um estudo de matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG. Trimestralmente a Companhia divulga os indicadores e seus resultados em seus relatórios financeiros.

f) Se o relatório ou documento produzido considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Companhia considera os ODS na condução de seus negócios e em sua estratégia ASG, observada a totalidade da companhia e suas controladas. Abaixo elencamos cada ODS observadas pela Companhia:

- ODS 16: Paz, Justiça e Instituições eficazes.
- ODS 3: Saúde e Bem Estar.
- ODS 4: Educação e Qualidade
- ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura.
- ODS 13: Ação Climática.
- ODS 6: Água Potável e Saneamento.
- ODS 7: Energia acessível e limpa
- ODS 12: Consumo e produção responsáveis.

g) Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente, os informes de resultados da Companhia não consideram as recomendações da Força Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h) Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa.

i) Explicação do emissor sobre as seguintes condutas:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui indicadores-chave de desempenho.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia tem ampliado o escopo do monitoramento das métricas relacionadas ao tema ASG e está em processo de avanço e amadurecimento do reporte das informações relacionadas aos temas ASG, mas no momento não realiza auditoria sobre as informações ASG divulgadas.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia considera os objetivos ODS na condução de seus negócios e em sua estratégia ASG. Contudo a Companhia não segue as orientações da TCFD pois está em processo de avanço e amadurecimento do reporte das informações relacionadas aos temas ASG.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia tem ampliado o escopo do monitoramento das métricas relacionadas ao tema ASG e está em processo de avanço e amadurecimento do reporte das informações relacionadas aos temas ASG, mas momento não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, tendo em vista que a companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

a) Em 14 de junho de 2019, a GPC Química S.A. vendeu imóvel de sua propriedade, objeto da matrícula 68.396 do 3º Registro de Imóveis do Rio de Janeiro, com uma área de 30.000 m^2, localizado na Avenida Brasil, s/n, Rio de Janeiro/RJ, pelo valor de R$ 21.000.000,00.

A alienação se deu no âmbito do Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas Controladas, Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A., aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016, que foi devidamente informado acerca dos termos da alienação. Parte do preço de venda, correspondente a R$ 13.433.038,55, foi destinado ao pagamento do Credor Garantidor.

b) Em 27 de novembro de 2020, a GPC Química S.A. celebrou Escritura de Venda e Compra para alienar uma área de aproximadamente 35.000 m^2 de sua propriedade, localizada na Av. Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, em cumprimento ao Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016.

Os valores decorrentes da alienação foram destinados ao pagamento do credor garantidor (*International Finance Corporation* – IFC).

c) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para alienar determinados imóveis de sua propriedade não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com a concretização da operação, a GPC Química recebeu novos recursos no valor total de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da operação.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, conclui a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

d) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com a concretização da operação, a GPC Química receberá novos recursos no valor total de R$ 11.450.000,00, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da operação.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

a.	**Evento:**	Capitalização dos créditos detidos pela GPC Química S.A ("GPC Química") e pela Dexxos Participações S.A. ("Companhia") em face de Apolo Tubos e Equipamentos S.A ("Apolo Tubos").
b.	**Principais Condições do Negócio:**	Em 31 de dezembro de 2020, os créditos detidos pela GPC Química e pela Companhia em face de Apolo Tubos, provenientes de contratos de mútuo nos valores de R$ 76.270.820,70 (setenta e seis milhões, duzentos e setenta mil, oitocentos e vinte reais e setenta centavos) e R$ 55.843.546,05 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais e cinco centavos), respectivamente, foram integralmente capitalizados com aumento de capital social da Apolo Tubos e a emissão de novas ações subscritas e integralizadas pela GPC Química e pela Companhia na Apolo Tubos.
c.	**Sociedades envolvidas:**	GPC Química S.A., Dexxos Participações S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A.
d.	**Efeitos resultantes da operação no quadro acionário da Companhia:**	Por força da operação, a GPC Química S.A. passou a deter 30,9%, a Dexxos Participações S.A. 48,7% e os demais acionistas 20,4% do capital social da Apolo Tubos e Equipamentos S.A.
e.	**Quadro societário antes e depois:**	Antes da operação, a Dexxos Participações S.A. detinha 56,2% e os demais acionistas 43,8% do capital social da Apolo Tubos e Equipamentos S.A.
f.	**Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:**	Não aplicável

1.13 Acordos de acionistas

Após o decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de outubro de 1997 e aditado em 11 de abril de 2002 ("Acordo de Acionistas Original"), sem a sua renovação, em 27 de outubro de 2022 foi celebrado novo acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas Vigente”), conforme devidamente divulgado pela Companhia.

O Acordo de Acionistas Vigente pode ser encontrado por meio do website da CVM e no website da Dexxos, no endereço: www.dexxos.com.br.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia ou de suas controladas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

a) Em 31 de janeiro de 2022, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para alienar determinados imóveis não operacionais de sua propriedade, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

b) Em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar área de sua propriedade, situada no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

1.16 Outras informações relevantes

a) Em 22 de março de 2021, a Companhia comunicou ao mercado e aos seus acionistas, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, a celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Formador de Mercado ("Contrato") com o BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar – parte, inscrita no CNPJ 43.815.158/0001-22 ("Formador de Mercado"), para exercer a função formador de mercado exclusivamente das ações ordinárias de emissão da Companhia, negociadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código de negociação "DEXP3", conforme a ICVM 384, o Regulamento de Formador de Mercado da B3, Regulamento de Operações da B3 e demais regulamentos e normativos que tratam dos mercados administrados pela B3, bem como as demais regras e procedimentos aplicáveis ao exercício da atividade de formador de mercado divulgadas pela B3, com o objetivo de fomentar a liquidez das referidas ações.

O Contrato tem vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 9 de março de 2021, prorrogável automaticamente por iguais períodos caso não haja manifestação contrária das partes, podendo ser resilido e/ou rescindido a qualquer tempo sem qualquer ônus por qualquer das partes, mediante comunicação escrita enviada à outra parte com, no mínimo 30 (trinta) dias à B3, respeitado o período mínimo de atuação estabelecido no Ofício Circular 109/2015-DP, ou outro que venha a substituí-lo.

A contratação do Formador de Mercado reforça o compromisso da Companhia com os investidores e com as melhores práticas de negociação no mercado.

b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de junho de 2021, a Companhia deliberou favoravelmente sobre a proposta de: (i) migração da Companhia para o segmento de Nível 1 de Governança da B3 ("Nível 1"), (ii) aprimoração dos níveis de governança corporativa com base nos requisitos do segmento de Nível 2 de Governança na B3, para além dos requisitos do Nível 1, (iii) alteração da denominação social para Dexxos Participações S.A., e (iv) a negociação das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia na B3 sob novos códigos de negociação – "DEXP3" e "DEXP4", respectivamente – em substituição aos tickers "GPCP3" e "GPCP4", e sob novo nome de pregão "DEXXOS PAR", em substituição a "GPC PART".

Em 2 de setembro de 2021, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão deferiu o pedido de migração da Companhia ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Nível 1 de Governança Corporativa.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os comentários a seguir referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, dos exercícios findos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020. Valores expressos em milhares de reais, salvo se indicado de outra forma.

A Companhia mantém seus livros e registros contábeis em Reais, a moeda funcional de suas operações no Brasil e de apresentação de suas demonstrações financeiras.

A discussão e análise sobre a situação financeira da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021, 2020 e respectivas notas explicativas, que foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluindo as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, ou "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*, ou "IASB". Essas demonstrações financeiras foram auditadas por PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2021, foi disponibilizado nos autos do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. despacho homologando a desistência do único recurso de apelação interposto contra a sentença de encerramento da Recuperação Judicial (proferida anteriormente pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Justiça Estadual do Rio de Janeiro e já objeto de comunicação ao mercado em 12 de novembro de 2020). O despacho determinou, ainda, que o cartório certifique o trânsito em julgado da referida sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

A conclusão da Recuperação Judicial proporciona a Companhia diversas medidas positivas, incluindo, mas não se limitando a: (i) uma melhor estrutura de financiamento junto a fornecedores e bancos; (ii) melhor acesso a linhas de crédito, ampliando as possibilidades e alternativas junto a instituições financeiras; e (iii) viabilidade de captação de dívidas de longo prazo para realização de novos investimentos.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Para amenizar os efeitos da pandemia sobre o sistema de saúde nacional, os governos estaduais e municipais adotaram medidas de isolamento social, para restringir a movimentação de pessoas e a operação de certos negócios ("*lockdown*"), impactando de forma significativa a atividade econômica no Brasil.

As diversas medidas de eficiência implementadas em nossas operações, ao longo dos últimos anos, e as medidas adotadas de enfrentamento da pandemia nos últimos meses, contribuíram para que a Companhia pudesse enfrentar esse período de grandes adversidades e encerrasse o exercício de forma bastante positiva.

Em meados de março de 2020, foi estabelecido um Comitê de Crise nas empresas do Grupo para assegurar (i) proteção aos colaboradores e parceiros, (ii) segurança e continuidade das operações junto a clientes e fornecedores e (iii) liquidez da Companhia diante do cenário de incertezas trazido pela pandemia, o que contribuiu para a continuidade do processo de desalavancagem financeira da operação.

Dentro das medidas relevantes tomadas, destacaram-se:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) as controladas se utilizaram da Lei 14.020/2020, que permitia a redução de jornada e salários, para ajustar suas operações, custos e despesas fixas, minimizando os impactos na demanda decorrentes da crise provocada pela Pandemia;

b) paralisação temporária da produção industrial da unidade de Uberaba-MG, tendo em vista a baixa demanda momentânea de clientes;

c) postergação parcial da remuneração dos membros da Administração;

d) manutenção do regime de *home office*, nas atividades possíveis, de forma a evitar maior circulação de pessoas nos transportes públicos e em nossas unidades;

e) adesão aos programas do Governo Federal para diferir e parcelar impostos; e

f) renegociação com fornecedores para alongar, de forma temporária, prazos de pagamento

A Companhia ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pelo Covid-19 nas operações cujos efeitos incidiram principalmente nos meses de abril e maio deste ano. Apesar das adaptações feitas nas atividades em função da deflagração da pandemia do Covid-19, as operações da Companhia mantiveram suas atividades.

Adicionalmente, referente aos exercícios findos em 31/12/2022, 31/12/2021 e 31/12/2020, a Companhia vem apresentando consistência de resultados positivos, proporcionando sólida recuperação de suas condições financeiras, conforme pode ser observado através dos indicadores abaixo.

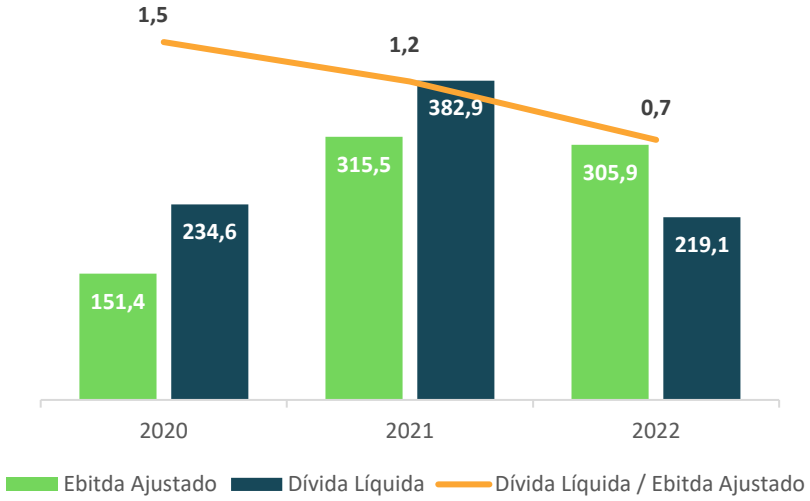
Indicadores (R$ milhões)	**2020**	**2021**	**2022**
EBITDA Ajustado[1]	151,4	315,5	305,9
Patrimônio Líquido	341,0	529,7	688,0
Dívida Líquida[2]	234,6	382,9	219,1
Dívida Líquida[2] / EBITDA Ajustado[1]	1,5	1,2	0,7
Dívida Líquida[2] / Patrimônio Líquido	0,7	0,7	0,3

[1] EBITDA Ajustado para valores não recorrentes vide item 2.5
[2] Endividamento bancário e de impostos parcelados, excluídos passivos de arrendamento, líquido de caixa

Conforme demonstrado em tabela acima e gráficos abaixo, a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado da Companhia foi de 1,5x em 2020 para 1,2x em 2021 e para 0,7x em 2022, configurando trajetória de melhora em seus resultados e na condição financeira da Companhia.

O Ebitda Ajustado da Companhia atingiu R$ 305,9 milhões em 2022, registrando um crescimento de 102,0% em relação ao ano de 2020 e uma redução de 3,0% em comparação com o exercício anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

A Companhia atua em constante exercício de otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de minimizar seus custos financeiros e maximizar o retorno aos acionistas.

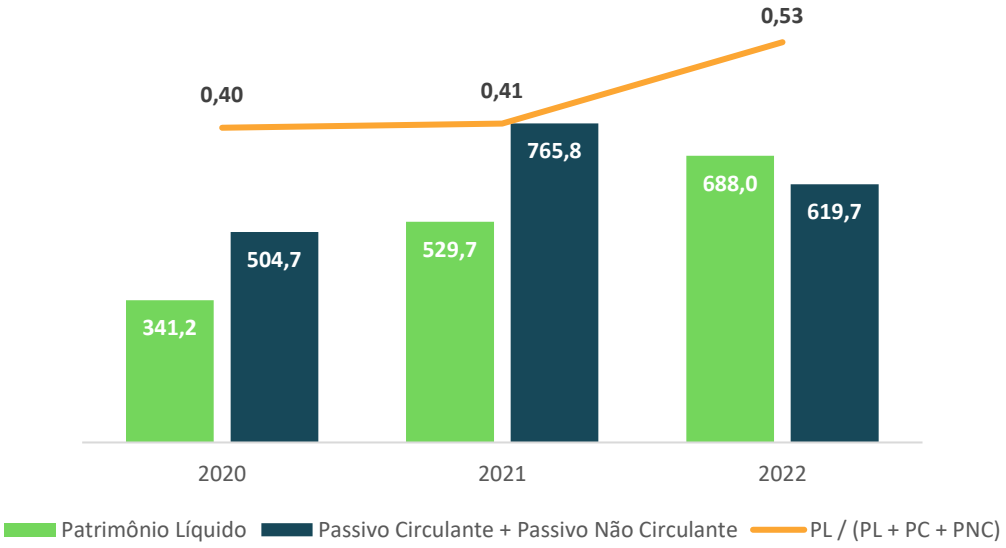
Dessa forma, em razão da destinação do resultado da Companhia no exercício de 2020, foi deliberado e aprovado em AGOE ocorrida no dia 28 de abril de 2021 a capitalização do excesso alocado à Reserva de Investimentos, bem como parte do saldo da mesma, no montante total de R$ 57.950.337,62 (cinquenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), sem emissão de novas ações.

Por fim, mediante a reestruturação operacional e financeira da Companhia, os resultados demonstram melhoria da sua estrutura de capital e alavancagem nos últimos três anos, conforme exposto abaixo.

Indicadores (R$ milhões)	**2020**	**2021**	**2022**
Patrimônio Líquido	341,2	529,7	688,0
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	504,7	765,8	619,7
PL / (PL + Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	0,40	0,41	0,53

Em 2022 a Companhia apresentou aumento da posição de Patrimônio Líquido, saindo de R$ 341,2 milhões em 31/12/2020 para R$ 529,7 milhões em 31/12/2021 e R$ 668,0 milhões em 31/12/2022, em decorrência do incremento no resultado apurado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia vem implementando diversas medidas para assegurar uma estrutura econômico-financeira equilibrada e sustentável a longo prazo, além da conclusão de sua reestruturação operacional e financeira, conforme destacadas abaixo:

(i) melhoria nos indicadores de desempenho financeiro como receita, geração de caixa, lucro líquido e redução do grau de alavancagem financeira;
(ii) unificação das estruturas administrativas das controladas para promover a redução de custos e aumento da sinergia entre as empresas da Companhia;
(iii) adesão a parcelamentos especiais de impostos do Governo Federal (Refis da Crise, Refis da Copa, PRT, PERT), alongando o pagamento de débitos tributários em até 180 (cento e oitenta) meses, com substanciais reduções de multas, juros e encargos legais, inclusive com a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação, o que gerou expressiva economia fiscal;
(iv) monetização de ativos não operacionais, com venda de partes do terreno de Benfica;

Tais iniciativas, visando enxugar a estrutura da Companhia e aperfeiçoar os processos produtivos, possibilitaram melhoria nos indicadores de liquidez da Companhia (i.e.: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral), proporcionando evolução da higidez financeira em relação aos anos anteriores, conforme expostos abaixo.

Indicadores	2020	2021	2022
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,65	1,98	2,73
(Ativo Circulante - Estoques) / Passivo Circulante	1,14	1,39	1,99
Caixa e Equivalentes / Passivo Circulante	0,19	0,23	0,69
(Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)	1,68	1,69	2,11

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As investidas da Companhia utilizam operações de empréstimos bancários, bem como efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão dos produtos vendidos como fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulars S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de até R$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais). Os recursos em questão foram disponibilizados em 15 de março de 2022 e serão utilizados em: (i) aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, componentes e bens de informática e automação; (ii) capital de giro; e/ou (iii) aquisição de outros bens industrializados de fabricação nacional. A referida operação permite a Companhia suportar os planos de desenvolvimento de negócios das investidas e equilíbrio financeiro de sua estrutura de capital.

A composição de empréstimos da Companhia nos últimos anos está exposta no quadro abaixo.

Empréstimos (R$ milhões)	**2020**	**2021**	**2022**
Em moeda nacional (concursais)	35	34	33
Em moeda nacional (extraconcursais)	48	198	246
Em moeda nacional (antecipação de recebíveis)	18	53	0
Em moeda estrangeira (concursais - indexados pela variação cambial	4	50	18
Circulante	49	187	108
Não Circulante	56	149	189

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como resultado da melhoria de seus indicadores operacionais e com a conclusão da reestruturação financeira, a Companhia se encontra em uma situação de crédito mais favorável com maior credibilidade perante instituições financeiras, fornecedores e parceiros. Para realizar investimentos em ativos circulantes, a Companhia usufrui da geração de recursos próprios e empréstimos de longo prazo suportar a ampliação de suas atividades e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de melhorias de processos e novas linhas de produtos.

Dessa forma, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 17 de dezembro de 2021, as investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos firmaram abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES no valor total de até R$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais).

Os Diretores entendem que as fontes de financiamento para os investimentos aplicados pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento e alavancagem, preservando o perfil de vencimento da dívida financeira e a capacidade de pagamento.

Adicionalmente, outras fontes de recursos como a venda de ativos não operacionais são consideradas pela Companhia.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Conforme destacado na tabela do item 2.1.(d) deste formulário, os principais empréstimos da Companhia foram segregados em 4 categorias. Segue abaixo lista apontando as características de tais dívidas.

(i) Empréstimos em moeda nacional – concursais

Foram dadas em garantia em determinados empréstimos concursais em moeda nacional a Cessão Fiduciária de recebíveis e a hipoteca de 2ª grau do terreno de Araucária. As taxas de juros variam conforme opção selecionada no âmbito do plano (INPC, TR + 1% a.a. e TR + 1,5% a.a.).

(ii) Empréstimo em moeda nacional - extraconcursais

As garantias para determinados empréstimos são a cessão de recebíveis e aval da controladora. As taxas de juros variam entre CDI + 3,83% a.a. até CDI + 8,34% a.a. e taxa pré de 11,89% a.a.

(iii) Antecipação de Recebíveis

A Companhia não detinha nenhum registro dessa categoria de empréstimo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(iv) Empréstimos em moeda estrangeira

A investida Apolo Tubulars mantém registrado os contratos de ACC corrigidos pela variação cambial + juros de 0,45% a.m.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Conforme mencionado anteriormente, foi celebrada abertura de linha de crédito pelas investidas Apolo Tubulars e Apolo Tubos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. Para o efetivo desembolso da linha de crédito contratada depende a satisfação de determinadas condições precedentes estabelecidas na Cédula de Crédito Bancário (“CCB”).

Adicionalmente, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 15 de março de 2022, as investidas da Companhia obtiveram a confirmação de que satisfazem todas as condições precedentes na CCB, obtendo nesta data a liberação dos recursos objeto da linha de crédito, no valor total de R$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Comparação das principais contas das demonstrações financeiras

Principais Variações nas Demonstrações de Resultado:

1. Vendas Líquidas e Lucro Bruto

A Companhia apresentou aumento nas contas de Vendas Líquidas e Lucro Bruto na análise comparativa dos últimos três anos, saindo de R$ 994,7 milhões e R$ 215,9 milhões, respectivamente, em 2020 para R$ 1.774,4 milhões e R$ 369,4 milhões em 2021 e R$ 2.098,1 milhões e R$ 384,5 milhões em 2022. Os principais fatores para a evolução da posição de Vendas Líquidas e Lucro Bruto na comparação dos últimos três anos foram a ampliação das atividades operacionais das investidas da Companhia, no segmento aço e segmento químico que aumentaram as vendas e aperfeiçoaram os processos produtivos com melhoria da eficiência operacional.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A Companhia apresentou redução na conta de Outras Receitas (Despesas) Operacionais na comparação entre os anos de 2020 e 2022, reduzindo de R$ 91,3 milhões em 2020 para R$ 28,6 milhões em 2021 e para R$ 70,5 milhões em 2022. Neste período a referida métrica é impactada por provisão e reversão de contingências, despesas com Pis e Cofins e incentivos fiscais. No exercício anterior, a reversão de Provisão para Contingências decorrente da obtenção de autorização judicial para recuperar o valor integral e atualizado dos depósitos judiciais, no montante de R$ 78,7 milhões, realizados pela Companhia no âmbito do processo em que se discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS contribuiu para a melhora no resultado na comparação entre 2019 e 2020, ao passo que o ajuste de R$ 52,8 milhões da conta de Propriedades para Investimento contribuiu para a diminuição da conta Outras Receitas (Despesas) Operacionais na comparação entre 2020 e 2021. Adicionalmente, após a identificação de precedentes desfavoráveis em processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a Companhia constituiu a provisão de R$ 27,4 milhões referentes a créditos de precatórios na conta de Outras Receitas (Despesas) Operacionais, contribuindo também para a diminuição de referida conta na comparação entre 2020 e 2021.

3. Despesas Financeiras Líquidas

A Companhia apresentou aumento na conta de Despesas Financeiras Líquidas na comparação entre os anos de 2020 a 2022, o montante foi de R$ 5,0 milhões em 2020 para R$ 18,9 milhões em 2021, no exercício de 2022 a métrica de Despesas Financeiras Líquidas atingiu R$ 56,1 milhões. Esse incremento no período decorre do aumento das despesas financeiras que foram superiores às receitas financeiras, que se mantiveram estáveis nesse período. As despesas financeiras são compostas por juros sobre financiamentos e variações cambiais sobre instrumentos que são diretamente impactados pela flutuação da taxa de juros e da cotação da taxa de câmbio, estes dois fatores aumentaram desde 2020 por conta do cenário macroeconômico do país.

Principais Variações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa:

1. Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 201,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R$ 48,5 milhões negativos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à redução de estoques, reclassificação de ativos e ao crescimento das atividades operacionais da Companhia.

2. Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R$ 18,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R$ 48,8 milhões negativos em 2021. Essa variação é oriunda dos investimentos realizados em linha com a estratégia de expansão da Companhia e recebimento de R$ 57,5 milhões referentes à alienação parcial de imóveis no bairro de Benfica na Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

3. Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R$ 118,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R$ 154,6 milhões negativos em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, à amortização de empréstimos devidos que foi menor que o exercício anterior e, inclusive, o menor volume de captações.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os comentários a seguir refletem a visão da administração da Companhia quanto aos resultados operacional e financeiro, conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia. Os valores estão expressos em milhões de reais, salvo se indicado de outra forma. Vale ressaltar que as operações da Companhia estão concentradas em suas Controladas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O cenário econômico e político externo de 2022 foi de instabilidade com atenção especial para: (1) o conflito geopolítico da Ucrânia e Rússia, que são grandes players de commodities energéticas; (2) os EUA também sofrendo pressão inflacionária com tendência de alta da taxa de juros; e (3) a China com desaceleração da sua economia como efeito da pandemia da COVID. Já no cenário interno, o Brasil avançou no combate da inflação e a taxa de juros atingiu a sua máxima neste ciclo de alta.

Dentre os principais destaques do ano de 2022 em comparação com o exercício de 2021 estão:

a) Consistência de resultados positivos refletida nos indicadores de desempenho:

   i) Receita Bruta atingiu **R$ 2,6 bilhões (+15,4%)** em 2022
   ii) Lucro Bruto atingiu **R$ 384,5 milhões (+4,1%)** em 2022
   iii) EBITDA ajustado atingiu **R$ 305,9 milhões (-3,0%)** em 2022 com margem de **14,6%**
   iv) Dívida Líquida de **R$ 219,1 milhões (-42,8%)** com índice de alavancagem de **0,7x** sobre EBITDA ajustado LTM

b) Captação de R$ 96 milhões da linha de crédito do Finame / BNDES pelas empresas do segmento aço, Apolo Tubos e Apolo Tubulars;

c) Conclusão da alienação de dois imóveis não operacionais que totalizam uma área de 192,5 mil m^2 situados no bairro de Benfica, na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelo valor de R$ 60 milhões;

d) Aprovação da Política Socioambiental e criação do Comitê “ESG” marcando o compromisso da Companhia com relação aos temas sociais, governança e sustentabilidade; e

e) Ampliação da estrutura de acabamento de peças para o mercado fotovoltaico, duplicando a sua capacidade.

Considerações sobre as informações financeiras

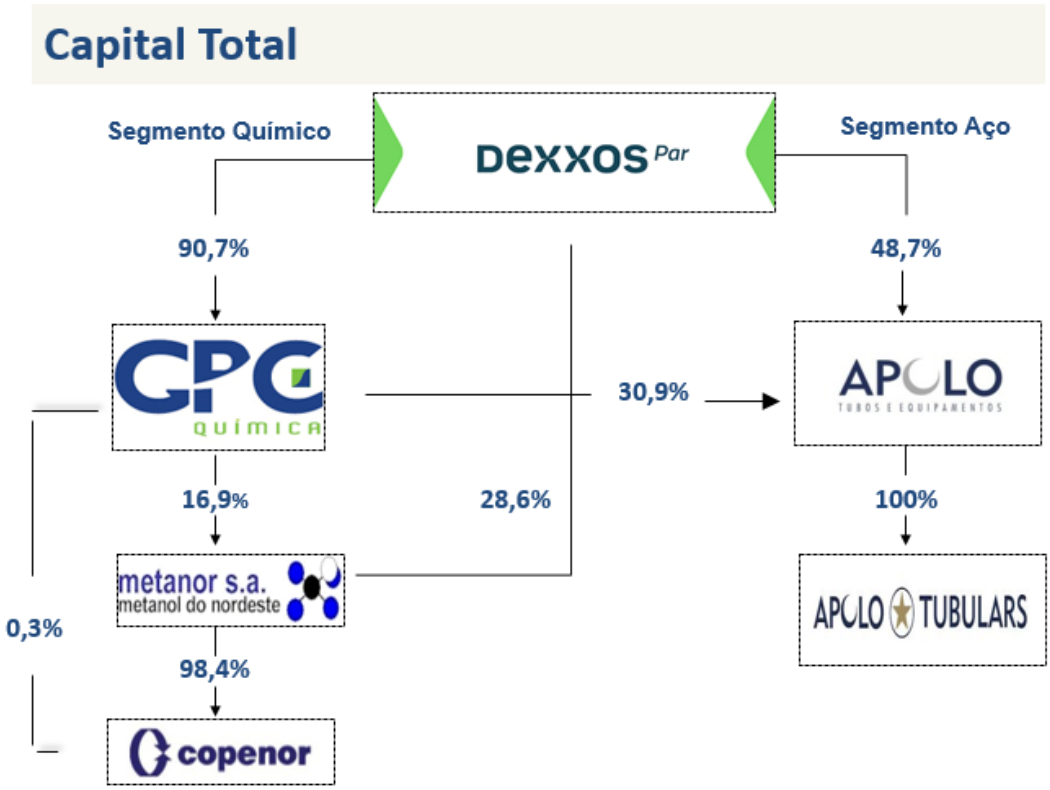
As informações financeiras apresentadas neste documento foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As informações aqui apresentadas correspondem às informações consolidadas da Companhia, exceto se explicitamente indicado. Os resultados dos segmentos Químico e Aço representam, respectivamente, os números da controlada GPC Química S.A. e os números consolidados da Apolo Tubos e Equipamentos S.A., empresas controladas pela Companhia por meio de participação direta, sem a eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os resultados da Metanor S.A. são reconhecidos por equivalência patrimonial.

Abaixo o quadro societário resumido:

2.2 Resultados operacional e financeiro

Organograma da Companhia
% Capital Total



2.2 Resultados operacional e financeiro

Dexxos Participações

	2022			2021		Variação		
(R$mm, exceto quando indicado)	**3T**	**4T**	**12M**	**4T**	**12M**	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Receita bruta	**561,1**	**595,2**	**2.610,4**	**704,1**	**2.262,5**	**6,1%**	**(15,5%)**	**15,4%**
Químico	357,5	343,3	1.623,4	483,2	1.422,6	(4,0%)	(29,0%)	14,1%
Aço	203,6	252,0	987,0	220,9	839,8	23,8%	14,1%	17,5%
Receita líquida	450,1	477,7	2.098,1	558,0	1.774,4	6,1%	(14,4%)	18,2%
Lucro bruto	**71,1**	**95,6**	**384,5**	**96,8**	**369,4**	**34,5%**	**(1,2%)**	**4,1%**
Margem bruta (%)	15,8%	20,0%	18,3%	17,3%	20,8%	4,2p.p.	2,7p.p.	(2,5p.p)
EBITDA	**55,4**	**65,8**	**305,2**	**7,6**	**278,9**	**18,8%**	**769,8%**	**9,5%**
Margem EBITDA (%)	12,3%	13,8%	14,5%	1,4%	15,7%	1,5p.p.	12,4p.p.	(1,2p.p)
Lucro líquido	**34,8**	**41,5**	**179,9**	**21,7**	**229,7**	**19,3%**	**91,0%**	**(21,7%)**
Margem líquida (%)	7,7%	8,7%	8,6%	3,9%	12,9%	1,0p.p.	4,8p.p.	(4,4p.p)
EBITDA ajustado(1)	**52,5**	**72,6**	**305,9**	**83,7**	**315,5**	**38,2%**	**(13,3%)**	**(3,0%)**
Margem EBITDA ajustada (%)	11,7%	15,2%	14,6%	15,0%	17,8%	3,5p.p.	0,2p.p.	(3,2p.p)
Lucro líquido ajustado(2)	**28,1**	**40,1**	**157,9**	**55,4**	**185,3**	**42,3%**	**(27,7%)**	**(14,8%)**
Margem líquida ajustada (%)	6,3%	8,4%	7,5%	9,9%	10,4%	2,1p.p.	(1,5p.p)	(2,9p.p)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)(3,4)	**271,4**	**219,1**	**219,1**	**382,9**	**382,9**	**(19,3%)**	**(42,8%)**	
Dív. Líq. (ex. IFRS-16) / EBITDA LTM(5)	0,9x	0,7x	0,7x	1,2x	1,2x	(0,2x)	(0,5x)	

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B.1 deste documento.
Nota (2): Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores, ajustado para resultados não recorrentes, porém considerando seus respectivos impactos fiscais), vide Anexo B.4.
Nota (3): Considera a exclusão dos passivos de arrendamento.
Nota (4): Considera ajuste a valor presente dos empréstimos e passivo com fornecedores (RJ). Ver nota explicativa 2.2 (e) das DFs.
Nota (5): EBITDA ajustado considerando os últimos 12 meses (“EBITDA LTM”).

2.2 Resultados operacional e financeiro

Destaques operacionais | Segmento Químico

GPC Química S.A. (100%)

	2022			2021		Variação		
(R$mm, exceto quando indicado)	**3T**	**4T**	**12M**	**4T**	**12M**	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Volume (kton)	**107,5**	**105,7**	**432,0**	**117,2**	**443,3**	**(1,7%)**	**(9,8%)**	**(2,6%)**
Receita bruta	**357,5**	**343,3**	**1.623,4**	**483,2**	**1.422,6**	**(4,0%)**	**(29,0%)**	**14,1%**
Receita líquida	286,9	275,9	1.294,0	381,2	1.126,7	(3,8%)	(27,6%)	14,9%
Lucro bruto	**40,2**	**35,9**	**199,9**	**58,4**	**213,5**	**(10,7%)**	**(38,4%)**	**(6,4%)**
Margem bruta (%)	14,0%	13,0%	15,5%	15,3%	19,0%	(1,0p.p)	(2,3p.p)	(3,5p.p)
EBITDA	**36,9**	**32,9**	**197,0**	**(17,0)**	**156,9**	**(10,7%)**	**293,9%**	**25,5%**
Margem EBITDA (%)	12,9%	11,9%	15,2%	(4,5%)	13,9%	(0,9p.p)	16,4p.p.	1,3p.p.
EBITDA ajustado(1)	**31,0**	**27,7**	**171,1**	**56,5**	**185,6**	**(10,6%)**	**(51,0%)**	**(7,8%)**
Margem EBITDA ajustada (%)	10,8%	10,0%	13,2%	14,8%	16,5%	(0,8p.p)	(4,8p.p)	(3,3p.p)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Químico

O segmento químico da Companhia teve um desempenho superior ao mercado global de painéis, seu principal nicho de atuação que segundo o IBÁ[1], recuou 11,8% de 2021 para 2022, com o mercado doméstico caindo 14,8% nesse período. Na comparação entre o 4º trimestre de 2022 com o 4º trimestre de 2021, o mercado total de painéis de madeira reduziu 18,5%, com redução da demanda doméstica de 15,3% enquanto as exportações brasileiras recuaram 42,8%. Mais recentemente, no 4º trimestre de 2022 o mercado total registrou queda 6,3% contra o trimestre anterior, enquanto o mercado doméstico recuou 5,2%.

O **Volume de Vendas** da GPC Química em 2022 apresentou redução de 2,6%, pois apesar do maior recuo observado no mercado de painéis de madeira, a Companhia apresentou melhor desempenho a partir da diversificação de receitas com a contribuição da participação de produtos intermediários[2]. Na comparação do 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, houve redução de 9,8% das vendas (ou 11,5 kton). Já com relação ao 3º trimestre do mesmo ano houve redução de 1,7%, (ou 1,8 kton), impactado pela retração do mercado no último trimestre do ano.

A **Receita Líquida** de 2022 atingiu R$ 1.294,0 mi, representando um acréscimo de 14,9% (ou R$ 167,4 mi) em relação aos R$ 1.126,7 mi de 2021. O preço líquido médio subiu 17,9% no período, acompanhando o aumento do preço das matérias primas, principalmente da ureia. Em relação ao 4º trimestre de 2021 a **Receita Líquida** caiu 27,6% (ou R$ 105,2 mi) no 4T22 e na comparação com o 3T22 a **Receita Líquida** caiu 3,8% (ou R$ 10,9 mi), sendo que, em ambos os casos, os resultados refletem a redução do volume e preço líquido médio, impactado também pelo mix de vendas.

O **Lucro Bruto** de 2022 caiu 6,4% (ou R$ 13,6 mi) em comparação com o ano anterior, saindo de R$ 213,5 mi para R$ 199,9 mi. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **Lucro Bruto** caiu 38,4% (ou R$ 22,4 mi). Na comparação com o trimestre anterior, o **Lucro Bruto** reduziu 10,7% (ou R$ 4,3 mi), refletindo o arrefecimento do mercado de painéis de madeira durante o ano de 2022 após o crescimento de 13,2% deste setor em 2021.

O **EBITDA ajustado** de 2022 alcançou R$ 171,1 mi, contra R$ 185,6 mi do ano anterior, redução de 7,8% (ou R$ 14,5 mi), em linha com o comportamento do **Lucro Bruto**. Cabe registrar que, mesmo com a desaceleração do mercado neste ano, a taxa de crescimento anual composta do Ebitda ajustado foi de 38,7% nos últimos 5 anos. Adicionalmente, não obstante ao comportamento do mercado de painéis que recuou 11,8% em 2022, o segmento químico manteve a consistência de resultados. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **EBITDA ajustado** caiu 51,0% (ou R$ 28,8 mi) e, ainda assim, o desempenho do ano permaneceu nos mesmos patamares de 2021, demonstrando a resiliência das operações

[1] IBÁ – Indústria Brasileira de Árvores – www.iba.org

[2] Derivados de Metanol.

2.2 Resultados operacional e financeiro

no segmento químico no longo prazo. Em comparação com o trimestre anterior, o resultado apresentou redução de 10,6% (ou R$ 3,3 mi) acompanhando o recuo do lucro bruto no trimestre.

Destaques operacionais | Segmento Aço

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. - Consolidado (100%)

	2022			2021		Variação		
(R$mm, exceto quando indicado)	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Volume (kton)	**16,9**	**18,0**	**77,4**	**17,6**	**74,6**	**6,8%**	**2,2%**	**3,7%**
Receita bruta	**203,6**	**252,0**	**987,0**	**220,9**	**839,8**	**23,8%**	**14,1%**	**17,5%**
Receita líquida	163,2	201,8	804,1	176,8	647,7	23,6%	14,1%	24,1%
Lucro bruto	**30,9**	**59,7**	**184,6**	**38,4**	**155,9**	**93,3%**	**55,5%**	**18,4%**
Margem bruta (%)	18,9%	29,6%	23,0%	21,7%	24,1%	10,7p.p.	7,9p.p.	(1,1p.p)
EBITDA	**26,0**	**45,1**	**140,5**	**28,1**	**155,9**	**73,4%**	**60,5%**	**(9,9%)**
Margem EBITDA (%)	15,9%	22,4%	17,5%	15,9%	24,1%	6,4p.p.	6,5p.p.	(6,6p.p)
EBITDA ajustado(1)	**24,1**	**45,9**	**142,5**	**29,8**	**137,2**	**90,6%**	**54,3%**	**3,8%**
Margem EBITDA ajustada (%)	14,8%	22,7%	17,7%	16,8%	21,2%	8,0p.p.	5,9p.p.	(3,5p.p)

Nota (1): EBITDA ajustado para resultados não recorrentes. Detalhamento dos ajustes feitos no EBITDA consta no Anexo B deste documento.

Desempenho Operacional do Segmento Aço

Mercado de Construção Civil: o setor iniciou um ciclo de crescimento no segundo semestre de 2021 e cresceu cerca de 7% em 2022. Dentre os principais fatores que podem impactar a dinâmica do mercado estão a evolução da inflação e da taxa de juros[3].
Mercado de Energia Fotovoltaica: a Companhia, em sua busca por diversificação, identificou o potencial de fornecimento e, nos últimos anos, se estruturou para atender este mercado, que hoje representa quase 20% do portfólio do segmento aço. Segundo a ABSOLAR, a capacidade de usinas e sistema de geração própria de energia fotovoltaica apresentou crescimento de 59,4% em 2022[4].
Mercado O&G: as atividades *onshore* na indústria de óleo e gás, principal nicho de atuação da Companhia, têm sido beneficiadas por diversas iniciativas que, juntamente com o programa REATE[5] (Programa de Revitalização da Atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres), têm o potencial de promover o setor. Na exportação, os principais mercados de atuação da Companhia estão na América do Sul, Canadá e EUA, sendo que este último é regulado pelo governo americano por meio do sistema de cotas de importação.
O **Volume de Vendas** de 2022 cresceu 3,7% (ou 2,8 kton), em comparação com o ano anterior. Observa-se que a redução das vendas para o mercado de construção civil e indústria foi compensada pelo aumento de vendas para o segmento fotovoltaico e exportações para o segmento de óleo e gás. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período de 2021 houve incremento de 2,2% (ou 0,4 kton), com crescimento de vendas em quase todos os segmentos, exceto nas exportações, cujas vendas de 2022 apresentaram maior concentração no 1º semestre, enquanto as exportações de 2021 tiveram maior concentração na segunda metade do ano. Na comparação com o trimestre anterior o aumento foi de 6,8% (ou 1,2 kton).

A **Receita Líquida** de 2022 atingiu R$ 804,1 mi, representando um acréscimo de 24,1% (ou R$ 156,4 mi) com relação aos R$ 647,7 mi de 2021. Adicionalmente ao aumento de volumes, o preço líquido médio subiu 19,7% no período, em consonância com a variação de mix de vendas. Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, a **Receita Líquida** subiu 14,1% (ou R$ 25,0 mi). Em relação ao trimestre anterior, a **Receita Líquida** subiu 23,6% (ou R$ 38,6 mi), sendo que em ambos os casos o crescimento foi impulsionado pelo volume de vendas e pelo aumento do preço líquido médio, refletindo as condições de mercado.

O **Lucro Bruto** no ano de 2022 subiu 18,4% (ou R$ 28,7 mi), de R$ 155,9 mi para R$ 184,6 mi. Comparando o 4º trimestre de 2022 contra o 4T21 e o 3T22, o **Lucro Bruto** cresceu 55,5% (ou

3 Agência CBIC – 10/02/23. Construção civil cresce mas taxa de juros preocupa

4 https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/top-sun/top-sun-energia-solar/noticia/2023/01/20/marca-historica-brasil-ultrapassa-22-gw-de-energia-solar-em-2022.ghtml

5 https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/reate-2020

2.2 Resultados operacional e financeiro

R$ 21,3 mi) e 93,3% (ou R$ 28,8 mi), respectivamente, como resultado do aumento de volume, recomposição de margem e mix de vendas.

O **EBITDA ajustado** de 2022 alcançou R$ 142,5 mi, contra R$ 137,2 mi do exercício anterior, aumento de 3,8% (ou R$ 5,3 mi). Comparando o 4º trimestre de 2022 com o mesmo período do ano anterior, o **EBITDA ajustado** subiu 54,3% (ou R$ 16,2 mi), e na comparação com o trimestre anterior, subiu 90,6% (ou R$ 21,8 mi)**.** O **EBITDA ajustado** nos períodos destacados teve movimento positivo influenciado pelo crescimento do **Lucro Bruto**.

Holding e Coligadas

Em adição aos resultados dos dois principais negócios, a controladora Dexxos, holding não operacional, apresentou despesas de R$ 6,6 mi, em 2022, superiores em R$ 0,5 mi às despesas de 2021, que totalizaram R$ 6,1 mi. O resultado da equivalência patrimonial das coligadas foi de R$ 9,7 mi, majoritariamente em razão do lucro líquido de R$ 21,9 mi apurado pela Metanor.

Diante do contexto previamente explicitado, a Dexxos apurou **Lucro Líquido ajustado** de R$ 157,9 mi em 2022, frente à R$ 185,3 mi registrados no mesmo período de 2021, resultando em redução de 14,8% (ou R$ 27,4 mi), com impacto da alta de juros no resultado financeiro. Com relação ao **EBITDA ajustado**, a Companhia atingiu R$ 305,9 mi, apresentando uma redução de 3,0% sobre 2021, que foi de R$ 315,5 mi.

Endividamento

No 4º trimestre de 2022, a Companhia reduziu a sua dívida líquida em R$ 52,3 mi com relação ao trimestre anterior e R$ 163,8 mi com relação ao fechamento de 2021. O indicador de alavancagem, Dívida Líquida sobre EBITDA LTM, atingiu 0,7x, em comparação com 1,2x registrado em 2021 e 0,9x no terceiro trimestre de 2022.

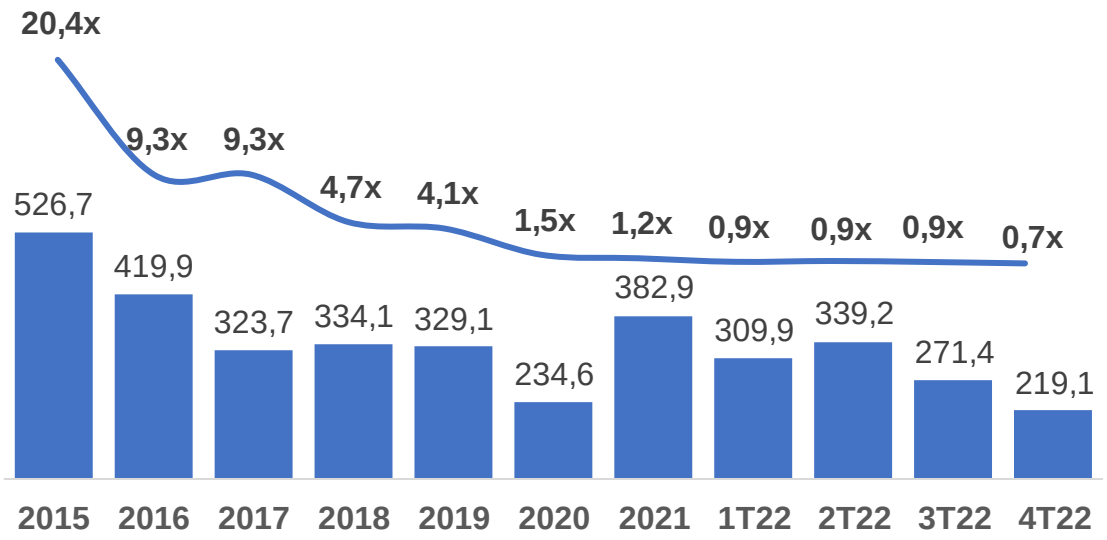
A dívida bruta é composta por 65,1% de dívidas de longo prazo, com as dívidas fiscais representando cerca de 25,8% da dívida bruta total.

Endividamento (R$ mm)	4T22	3T22	2T22	1T22	4T21	4T20	4T19	4T18	4T17	4T16	4T15
Dívida bruta	**428,9**	**446,9**	**471,0**	**539,1**	**494,6**	**280,0**	**346,9**	**355,5**	**342,8**	**421,5**	**528,4**
Curto prazo	**149,5**	**151,8**	**147,8**	**200,2**	**232,3**	**95,1**	**153,3**	**127,3**	**116,7**	**150,3**	**325,5**
Bancos	107,6	107,8	103,6	118,6	133,7	30,6	68,1	60,3	38,6	66,5	211,9
Antecipação de Recebíveis [1]	–	–	–	37,0	53,1	18,1	50,7	33,7	27,3	17,4	26,7
Impostos	38,5	40,7	40,7	41,3	42,2	42,5	29,9	31,9	49,8	37,3	33,1
Fornecedores (RJ)	0,8	0,7	1,0	0,7	0,7	0,7	2,0	1,5	0,9	29,2	53,8
Passivos de arrendamento [2]	2,6	2,5	2,5	2,5	2,7	3,2	2,5	–	–	–	–
Longo prazo	**279,4**	**295,1**	**323,2**	**339,0**	**262,2**	**185,0**	**193,7**	**228,2**	**226,1**	**271,2**	**202,8**
Bancos [3]	188,9	198,4	219,1	228,4	148,7	56,4	42,3	67,5	67,6	84,0	21,8
Impostos	72,3	77,8	84,3	90,5	93,5	119,3	142,2	154,2	151,5	184,2	181,1
Fornecedores (RJ) [3]	9,8	9,8	9,9	9,4	9,0	7,6	5,9	6,5	7,1	3,0	–
Passivos de arrendamento [2]	8,5	9,2	9,9	10,7	11,0	1,7	3,3	–	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	**198,8**	**163,8**	**119,4**	**216,2**	**97,9**	**40,6**	**12,0**	**21,4**	**19,1**	**1,6**	**1,7**
Dívida líquida	**230,2**	**283,1**	**351,6**	**323,0**	**396,6**	**239,4**	**335,0**	**334,1**	**323,7**	**419,9**	**526,7**
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(11,7)	(12,4)	(13,1)	(13,7)	(4,8)	(5,8)	–	–	–	–
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	**219,1**	**271,4**	**339,2**	**309,9**	**382,9**	**234,6**	**329,1**	**334,1**	**323,7**	**419,9**	**526,7**
EBITDA LTM	**305,9**	**317,0**	**357,3**	**355,9**	**315,5**	**151,4**	**80,7**	**70,8**	**34,9**	**45,4**	**25,9**
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	**0,7x**	**0,9x**	**0,9x**	**0,9x**	**1,2x**	**1,5x**	**4,1x**	**4,7x**	**9,3x**	**9,3x**	**20,4x**

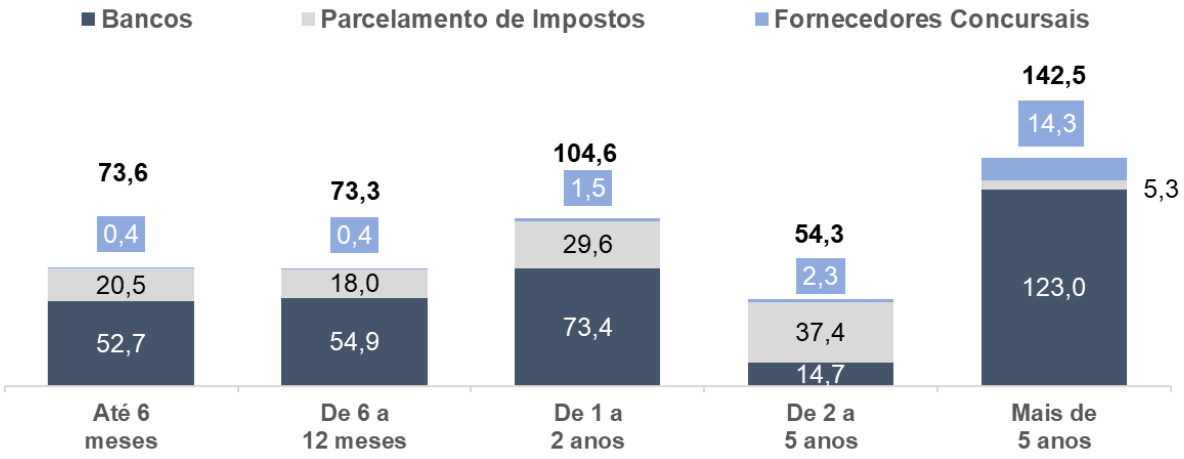
Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas no contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.
Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.
Nota (3): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DFs.
Nota (4): Abertura da dívida líquida por empresa no 4T22 no ANEXO C deste documento.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Evolução da dívida líquida (ex. IFRS-16) e da relação dívida liquida (ex. IFRS-16) por EBITDA LTM
(Em R$ milhões)



Cronograma de amortização(1) e perfil da dívida (ex. IFRS-16)
(Em R$ milhões)

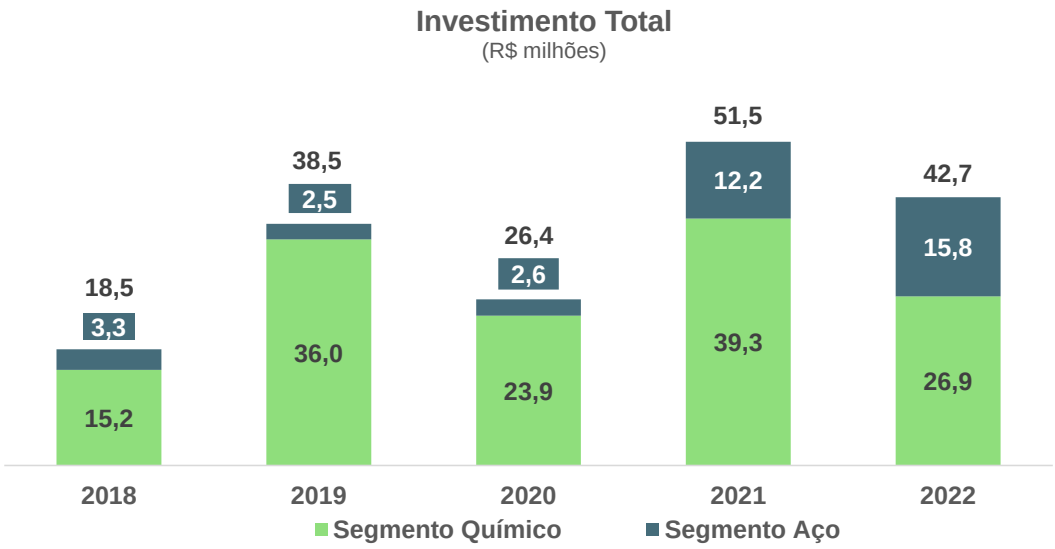


Nota (1): A diferença entre o valor da dívida no cronograma de amortização e no balanço patrimonial é o ajuste a valor presente: (i) Bancos = R$ 22,2 mi; (ii) Fornecedores (RJ) = R$ 8,4 mi.

A Companhia reduziu a sua dívida líquida em 19,3%, na comparação com o trimestre anterior e 42,8% na comparação com 2021, atingindo 0,7x em relação ao EBITDA LTM. O custo médio atual da Dívida Bruta foi de 13,9%, 0,5 p.p. abaixo do custo do trimestre anterior, influenciado pela redução dos índices de inflação.

Investimentos
Com a evolução do processo de reestruturação operacional e financeira da Companhia, o programa de investimentos foi intensificado visando o crescimento de receitas nos segmentos químico e aço. Nos últimos 5 anos os investimentos totalizaram R$ 177,7 mi, sendo R$ 42,7 mi somente no último ano.

2.2 Resultados operacional e financeiro



No segmento aço, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio, impulsionado principalmente pelo fornecimento de estruturas com valor agregado para o mercado de energia fotovoltaica e iniciativas de ganho de produtividade. Como resultado, em 2022, este segmento representou 37,0% dos investimentos totais da Companhia, incremento significativo em relação a 2021 em que representou 23,7%.

Em paralelo, os investimentos no segmento químico registraram R$ 26,9 mi em 2022 consolidando o processo de expansão realizado nos últimos anos duplicando a capacidade instalada de produção de formol e resinas. Esses investimentos fortalecem o posicionamento estratégico da Companhia, permitindo a expansão de suas atividades e melhoria da eficiência operacional.

A Companhia segue atenta às oportunidades de geração de valor e diversificação de portfólio, em ambos os segmentos, mantendo a disciplina na alocação de capital e sustentabilidade a longo prazo de suas operações.

Outros Ativos Não Operacionais

A GPC Química detém um imóvel localizado na Avenida Brasil, Rio de Janeiro - RJ, onde operava uma indústria de metanol. Nos últimos anos, a Companhia monetizou partes do terreno por um valor de aproximadamente R$ 60 mi. Adicionalmente, a Companhia celebrou acordo comercial para alienação de áreas adicionais, pelo valor de R$ 60 mi, já tendo recebido R$ 57,5 mi em 2022. A Companhia segue avaliando a realização de área remanescente, de aproximadamente 20.000 m^2.

Desempenho ESG

Em linha com a visão de desenvolver negócios sustentáveis a longo prazo, a Dexxos divulga a seguir informações relativas ao tema ESG (sigla em inglês para os aspectos ambientais, sociais e de governança), destacando os itens de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento dos indicadores, visando a evolução constante acerca do assunto.

TAXA DE FREQUÊNCIA DE ACIDENTES
GRI403-9

A Companhia apresentou um total de 16 acidentes com afastamento em suas operações em, aproximadamente, 1,9 milhão hora-homem-trabalhadas no ano de 2022, resultando na taxa de 1,66 acidentes com afastamento para cada 200 mil horas trabalhadas. A Companhia segue

2.2 Resultados operacional e financeiro

realizando e intensificando treinamentos e reuniões focados na segurança do trabalho, como forma de reforçar o comprometimento interno com a temática em questão.

Taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFA)	2022	2021	2022 x 2021
Segmento Químico	1,30	1,61	-19,2%
Segmento Aço	1,83	1,43	28,3%
Total	**1,66**	**1,49**	**11,7%**

Adicionalmente, ao final de 2022 a Companhia, em conjunto com suas empresas controladas, mantinha todos os funcionários cobertos por sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional auditado internamente, totalizando aproximadamente 870 funcionários resguardados.

CONSUMO DE ÁGUA
GRI 303-5

O consumo de água decorrente das operações da Companhia é majoritariamente proveniente de águas superficiais fornecida por concessionárias, seguido por águas subterrâneas (poços artesianos). Durante o ano de 2022, o consumo total de água foi de 512.201 m^3, o que representou uma redução de 14,0% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de água (m^3)	2022	2021	2022 x 2021
Água de superfície	301.683	379.940	-20,6%
Água subterrânea	210.518	215.976	-2,5%
Total	**512.201**	**595.916**	**-14,0%**
Água de reuso (m^3)	142.938	225.896	-36,7%
Água de reuso (%)	**27,9%**	**37,9%**	**-10,0 p.p.**

Adicionalmente, a Companhia manteve o emprego de água de reuso em patamares significativos ao longo do ano de 2022 (27,9%), o que permite o uso sustentável de recursos hídricos, a redução de esgoto lançado e o aumento de disponibilidade de água potável por meio da reciclagem de efluentes.

CONSUMO DE ENERGIA
GRI 302-1

O consumo de energia oriunda das operações da Companhia é proveniente do fornecimento recebido através das concessionárias distribuidoras de energia elétrica. Em 2022 o consumo total de energia da Companhia e suas controladas foi de 236.626 gigajoules (GJ), o que representa uma redução de 7,7% em relação ao exercício anterior, conforme quadro abaixo.

Consumo de energia (GJ)	2022	2021	2022 x 2021
Segmento Químico	134.438	150.037	-10,4%
Segmento Aço	102.188	106.293	-3,9%
Total	**236.626**	**256.331**	**-7,7%**

Vale ressaltar que o consumo de energia proveniente das operações da Companhia guarda elevada correlação com o *mix* de produtos e o volume de produção.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Adicionalmente, Companhia vem desenvolvendo iniciativas em seus sites fabris visando à eficiência energética para contenção do consumo de energia como a troca de equipamentos e a readequação de instalações, dentre outras.

GOVERNANÇA CORPORATIVA
GRI102-5

A Dexxos tem o compromisso de manter elevado padrão de integridade e transparência, visando assegurar que seus negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e das melhores práticas de governança corporativa.

Com efeito, adotou as medidas abaixo para consolidar essa agenda:

- Migrou para o Nível 1 de Governança Corporativa da B3
- Criou *Tag-along* para 100% das ações de sua emissão
- Possui 40% de membros independentes no seu Conselho de Administração
- Instituiu seu programa de *Compliance* com a criação do seu Código de Ética e Conduta
- Criou um canal de denúncias independente, que garante o anonimato dos seus usuários
- Instituiu suas Políticas de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia e de Divulgação de Ato e Fato Relevante

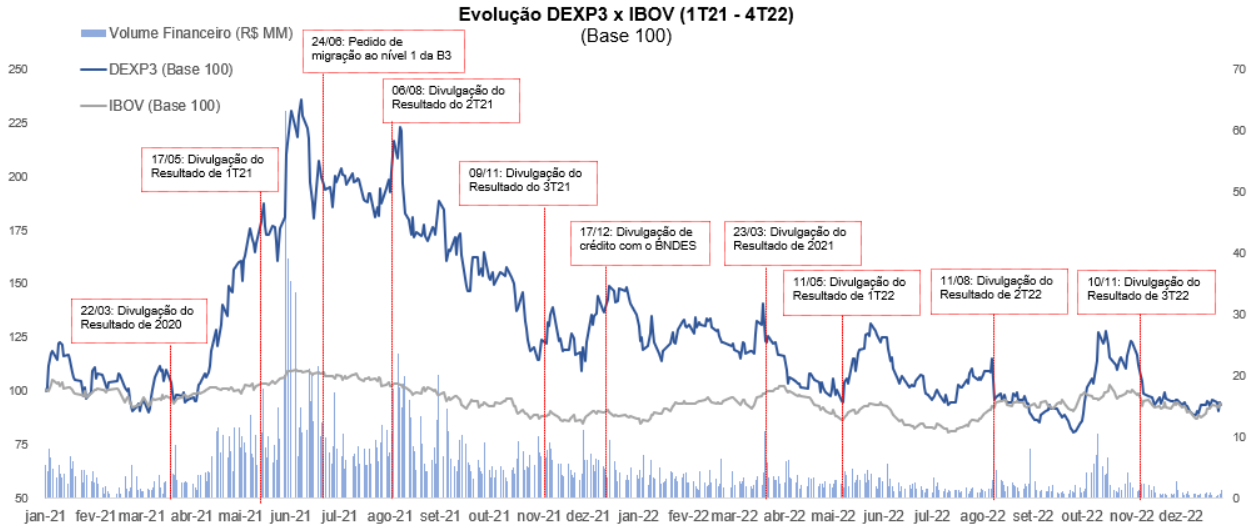
No decorrer de 2022, a Dexxos reafirmou seu compromisso com as boas práticas de sustentabilidade em seus negócios e com o bem-estar social instituindo a sua Política Socioambiental e criando o Comitê “ESG” (*Environmental Social and Governance*), para assessorar o seu Conselho de Administração na gestão de questões socioambientais e de governança.

Mercado de Capitais
As ações ordinárias da Dexxos Participações encerraram o pregão de 29 de dezembro de 2022 com uma cotação de R$ 6,89 por ação, apresentando uma valorização de 14,8% com relação à cotação de 30 de setembro de 2022, que foi de R$ 6,00. Neste mesmo horizonte de análise, o índice Ibovespa apresentou valorização de 1,0%. O volume financeiro médio negociado por dia das ações ordinárias da Companhia durante o 4º trimestre de 2022 foi de R$ 1,9 mi se mantendo estável em relação ao trimestre imediatamente anterior que registrou R$ 1,9 mi de volume financeiro médio. No encerramento do trimestre, o valor de mercado da Companhia era de R$ 643,9 mi, considerando as ações ordinárias e preferenciais. Do último dia do 4T22 até o dia 28 de fevereiro de 2023, as ações ordinárias da Dexxos tiveram valorização de 10,7%, enquanto o Ibovespa recuou 4,4%. O valor de mercado da Dexxos, em 28 de fevereiro de 2023, estava em R$ 712,0 mi.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Mercado de Capitais	4T22
Valor de mercado (R$ mi) - 28/02/23	712,01
Valor de mercado (R$ mi) - 29/12/22	643,89
Cotação média diária (R$/ação)	7,51
Volume médio/dia (R$ mi)	
4º trimestre de 2022	1,9
3º trimestre de 2022	1,9
2º trimestre de 2022	2,8
1º trimestre de 2022	3,4

Fonte: Investing.com.
Nota 3: O valor de mercado considera o total de ações, ordinárias e preferenciais.



Fonte: Investing.com

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos contábeis CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Dessa forma, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas no ano de 2022 em comparação às adotadas no exercício de 2021.

Adicionalmente, em 2021 foram identificados ajustes de exercícios anteriores relacionados com determinados passivos (substancialmente fornecedores, empréstimos e partes relacionadas) que, após a homologação do plano de recuperação judicial ocorrido em setembro de 2016, tiveram seus prazos de pagamento e suas taxas de juros substancialmente aumentados e diminuídos, respectivamente, em relação àqueles originalmente contratados, porém, não foram contabilizados à época por um valor que reflita o valor presente de um fluxo de pagamentos quando comparados com prazos e condições equivalentes às praticadas no mercado. A Companhia concluiu que os saldos mencionados acima não demonstravam o valor presente do fluxo de pagamentos desses passivos, conforme entendimento anteriormente adotado.

Como consequência, para esses passivos relacionados à recuperação judicial, foram efetuados ajustes nos balanços patrimoniais, individual e consolidado em 31 de dezembro de 2020 e em 1º de janeiro de 2020, nas rubricas de fornecedores, empréstimos e partes relacionadas, assim como os correspondentes impactos tributários diferidos.

Além dos ajustes mencionados e, para refletir de forma mais adequada os prazos de liquidação dos saldos, foram reclassificados parte do saldo de empréstimos e fornecedores do passivo circulante para o passivo não circulante.

Adicionalmente, as alterações introduzidas pela adoção de novas práticas contábeis foram evidenciadas na Nota Explicativa 1.1(d) das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da Companhia.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas e/ou parágrafo de ênfase no parecer do auditor.

Segue transcrito abaixo as responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

"Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- *Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.*

- *Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o*

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- *Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.*

- *Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.*

- *Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.*

- *Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção supervisão e desempenho da auditoria do grupo e consequentemente, pela opinião de auditoria.”*

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participações societárias

Não ocorreu nos últimos três anos e não existe previsão de ocorrer constituição, aquisição ou alienação de participações societárias.

c) eventos e operações não usuais

Conforme quadro abaixo, em 2022, destacamos o ajuste de propriedade para investimento reconhecido para adequar o valor justo do ativo, a referida propriedade é um imóvel situada no bairro de Benfica, Cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Conforme quadro acima, em 2021, destacamos (i) o reconhecimento dos créditos referente ao processo que trata a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; (ii) a reavaliação de propriedade para investimento decorrente de alienação de terreno da GPC Química não explorado no desenvolvimento de suas atividades produtivas; e (iii) a provisão para perda de crédito de precatório (Guaxupé) decorrente da identificação de precedentes desfavoráveis em processos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça como eventos e operações não usuais aos negócios da Companhia.

Em 2020, destacamos (i) a reversão de Provisão para Contingências proveniente de decisão judicial favorável que autorizou o levantamento dos depósitos judiciais na ação de discussão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS efetuados no período de 2006 a 2017, tornando líquido e certo seu direito sobre o ganho, transitado em julgado da referida ação; e (ii) respectivos honorários de êxito.

Dexxos Participações (consolidado)

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(Em milhões de reais)

	Dexxos Participações		
	2020	**2021**	**2022**
Lucro do período antes das participações minoritárias	**143,9**	**229,7**	**179,9**
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	27,2	5,5	43,5
(+) Despesas Financeiras Líquidas	5,0	18,9	56,1
(+) Depreciações e Amortizações	24,4	24,8	25,7
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	**200,4**	**278,9**	**305,2**
(-) Equivalência Patrimonial	-8,1	-15,8	-9,7
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	-	-	-
Crédito de PIS e COFINS s/ ICMS	-	-35,8	-
Reversão Provisão para Contingências	-65,0	-	-
Ajuste Propriedade para Investimentos	5,2	52,8	3,7
Ajuste REFIS IV	-	-	-
Honorários de Êxito	18,0	4,6	2,9
Honorários Adm Judicial	-	4,2	1,4
Provisão Crédito Guaxupé	-	27,4	-
Honorários Sucumbência	-	-	3,2
Comissão venda terreno	-	-	1,1
Creditos de Pis e Cofins	-	-	-1,9
Outros Ajustes	0,8	-0,7	-
LAJIDA / EBITDA Ajustado	**151,4**	**315,5**	**305,9**

2.5 Medições não contábeis

a) valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) Ajustado e o Lucro líquido Ajustado como formas de medição de resultado não contábeis em suas informações financeiras, bem como a Dívida líquida (ex-IFRS16) e a Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM como formas de medição de endividamento e alavancagem não contábeis em suas informações financeiras.

(i) LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) Ajustado e Lucro líquido Ajustado

O LAJIDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) ou EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com as suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro líquido antes de (i) do resultado financeiro líquido; (ii) do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro; e (iii) das despesas de depreciação e amortização.

Em adição ao LAJIDA (EBITDA) divulgado em consonância à Resolução CVM 156, a Companhia divulga medição de LAJIDA (EBITDA) Ajustado, tendo por objetivo representar o quanto a Companhia gera de recursos através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

O Lucro líquido é o rendimento real da Companhia. Ele é determinado através do cálculo da diferença entre o valor total de suas receitas e o valor total de seus custos e despesas.

Em adição ao Lucro líquido divulgado, a Companhia divulga medição de Lucro líquido Ajustado, tendo por objetivo representar o rendimento real da Companhia gerado através de suas operações recorrentes, excetuando a ocorrência de eventos pontuais.

Dexxos Participações

	2022			2021		Variação		
(R$mm, exceto quando indicado)	3T	4T	12M	4T	12M	4T22 x 3T22	4T ('22 x '21)	12M ('22 x '21)
Receita bruta	**561,1**	**595,2**	**2.610,4**	**704,1**	**2.262,5**	**6,1%**	**(15,5%)**	**15,4%**
Químico	357,5	343,3	1.623,4	483,2	1.422,6	(4,0%)	(29,0%)	14,1%
Aço	203,6	252,0	987,0	220,9	839,8	23,8%	14,1%	17,5%
Receita líquida	450,1	477,7	2.098,1	558,0	1.774,4	6,1%	(14,4%)	18,2%
Lucro bruto	**71,1**	**95,6**	**384,5**	**96,8**	**369,4**	**34,5%**	**(1,2%)**	**4,1%**
Margem bruta (%)	15,8%	20,0%	18,3%	17,3%	20,8%	4,2p.p.	2,7p.p.	(2,5p.p)
EBITDA	**55,4**	**65,8**	**305,2**	**7,6**	**278,9**	**18,8%**	**769,8%**	**9,5%**
Margem EBITDA (%)	12,3%	13,8%	14,5%	1,4%	15,7%	1,5p.p.	12,4p.p.	(1,2p.p)
Lucro líquido	**34,8**	**41,5**	**179,9**	**21,7**	**229,7**	**19,3%**	**91,0%**	**(21,7%)**
Margem líquida (%)	7,7%	8,7%	8,6%	3,9%	12,9%	1,0p.p.	4,8p.p.	(4,4p.p)
EBITDA ajustado(1)	**52,5**	**72,6**	**305,9**	**83,7**	**315,5**	**38,2%**	**(13,3%)**	**(3,0%)**
Margem EBITDA ajustada (%)	11,7%	15,2%	14,6%	15,0%	17,8%	3,5p.p.	0,2p.p.	(3,2p.p)
Lucro líquido ajustado(2)	**28,1**	**40,1**	**157,9**	**55,4**	**185,3**	**42,3%**	**(27,7%)**	**(14,8%)**
Margem líquida ajustada (%)	6,3%	8,4%	7,5%	9,9%	10,4%	2,1p.p.	(1,5p.p)	(2,9p.p)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)(3,4)	**271,4**	**219,1**	**219,1**	**382,9**	**382,9**	**(19,3%)**	**(42,8%)**	
Dív. Líq. (ex. IFRS-16) / EBITDA LTM(5)	0,9x	0,7x	0,7x	1,2x	1,2x	(0,2x)	(0,5x)	

(ii) Dívida líquida (ex-IFRS16) e Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM

A Dívida líquida (ex-IRFS16) é calculada pelo somatório de todas as dívidas contratadas pela Companhia, líquidas da posição de caixa e equivalentes de caixa, excetuados os passivos de arrendamento conforme metodologia do IFRS-16 e tem por objetivo representar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros em sua composição de capital.

O LAJIDA (EBITDA) LTM é calculado pelo somatório do LAJIDA (EBITDA) Ajustado dos últimos doze meses.

2.5 Medições não contábeis

A Dívida líquida (ex-IFRS16) / LAJIDA (EBITDA) LTM é calculada pela divisão da Dívida líquida (ex-IFRS16) pelo LAJIDA (EBITDA) LTM e tem por objetivo representar a capacidade da Companhia em custear seu endividamento através da geração de recursos proveniente de suas operações recorrentes.

Endividamento (R$ mm)	2022	2021	2020
Dívida bruta	**428,9**	**494,6**	**280,0**
Caixa e equivalentes de caixa	**198,8**	**97,9**	**40,6**
Dívida líquida	**230,2**	**396,6**	**239,4**
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(13,7)	(4,8)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	**219,1**	**382,9**	**234,6**
EBITDA LTM	**305,9**	**315,5**	**151,4**
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	**0,7x**	**1,2x**	**1,5x**

b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas

Seguem abaixo conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras combinadas-consolidadas auditadas da Companhia.

(i) Ajustes de LAJIDA (EBITDA) (Em milhares de reais)

	Dexxos Participações		Dexxos Participações	
	12M22	12M21	**4TRI 22**	4TRI 21
Lucro do período antes das participações minoritárias	**179.915**	229.685	**41.483**	21.716
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	**43.473**	5.456	**9.008**	(42.556)
(+) Despesas Financeiras	**114.759**	76.854	**16.659**	28.528
(-) Receitas Financeiras	**(58.645)**	(57.922)	**(7.785)**	(6.092)
(+) Depreciações e amortizações	**25.713**	24.784	**6.400**	5.967
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	**305.215**	278.857	**65.765**	7.563
(-) Equivalência Patrimonial	**(9.705)**	(15.790)	**(1.361)**	(9.655)
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	**-**	**-**	**-**	**-**
(-) Ganho líquido alienção bens	**-**	772	**-**	-
(+) Honorários de exito Processos	**2.876**	4.648	**2.876**	1.248
(-) Creditos de Pis e Cofins s/Icms	**-**	(35.750)	**-**	(37)
(+) Honorários Sucumbência	**3.200**	-	**-**	-
(-) Propriedade para investimento	**3.727**	52.751	**3.727**	53.619
(+) Provisão crédito Guaxupé	**-**	27.446	**-**	27.446
(+) Comissão venda terreno	**1.123**	-	**147**	-
(-) Creditos de Pis e Cofins	**(1.944)**	-	**-**	-
(+) Honorários Adm Judicial	**1.436**	4.182	**1.436**	4.182
Outros ajustes	**-**	(1.583)	**-**	(683)
LAJIDA (EBITDA) ajustado	**305.928**	315.533	**72.590**	83.683

2.5 Medições não contábeis

(ii) Ajustes de Lucro líquido

	Dexxos Participações		Dexxos Participações	
	12M22	12M21	**4TRI 22**	4TRI 21
Lucro do período antes das participações minoritárias	**179.915**	229.685	**41.483**	21.716
(+/-) Outras Receitas / (Despesas) não recorrentes	**-**	**-**	**-**	**-**
Perda / Ganho Líquido na alienação de bens	**-**	772	**-**	-
Honorários de êxito de processos	**2.876**	4.648	**2.876**	1.248
Creditos de Pis e Cofins s/icms	**-**	(35.750)	**-**	-
Resultado financeiro relacionado ao credito de Pis e Cofins	**-**	(32.849)	**-**	(317)
Outros ajustes	**-**	(1.583)	**-**	(2.445)
Honorários de Sucumbência	**3.200**	-	**-**	-
Comissão terreno	**1.123**	-	**147**	-
Propriedade para investimento	**3.727**	52.751	**3.727**	53.620
Honorários Adm Judicial	**1.436**	4.182	**1.436**	4.182
Provisão crédito Guaxupé		27.446	**-**	27.446
Creditos de Pis e Cofins	**(1.944)**	-	**-**	-
IR/CS	**(615)**	(30.963)	**144**	**(41.706)**
Lucro liquido Ajustado	**189.718**	218.339	**49.813**	63.744
Acionistas controladores	**157.902**	185.269	**40.052**	55.420
Acionistas não controladores	**31.815**	33.070	**9.761**	8.324

(iii) Ajustes de Dívida líquida (ex-IFRS16)

Endividamento (R$ mm)	**2022**	**2021**	**2020**
Dívida bruta	**428,9**	**494,6**	**280,0**
Curto prazo	**149,5**	**232,3**	**95,1**
Bancos	107,6	133,7	30,6
Antecipação de Recebíveis (1)	–	53,1	18,1
Impostos	38,5	42,2	42,5
Fornecedores (RJ)	0,8	0,7	0,7
Passivos de arrendamento (2)	2,6	2,7	3,2
Longo prazo	**279,4**	**262,2**	**185,0**
Bancos (3)	188,9	148,7	56,4
Impostos	72,3	93,5	119,3
Fornecedores (RJ) (3)	9,8	9,0	7,6
Passivos de arrendamento (2)	8,5	11,0	1,7
Caixa e equivalentes de caixa	**198,8**	**97,9**	**40,6**
Dívida líquida	**230,2**	**396,6**	**239,4**
(-) Passivos de arrendamento	(11,1)	(13,7)	(4,8)
Dívida líquida (ex. IFRS-16)	**219,1**	**382,9**	**234,6**
EBITDA LTM	**305,9**	**315,5**	**151,4**
Dív. Líq.(ex. IFRS-16) / EBITDA LTM	**0,7x**	**1,2x**	**1,5x**

Nota (1): Até 2018 as antecipações de recebíveis eram contabilizadas no contas a receber e não no passivo de curto prazo. Na tabela acima foi feito um ajuste pro-forma para refletir as antecipações de recebíveis no passivo circulante desde 2015.

Nota (2): A partir de 2019, a Companhia adotou a metodologia do IFRS-16 e passou a contabilizar o arrendamento como um passivo.

Nota (3): Ajuste a valor presente em empréstimos e fornecedores (RJ) considerado retroativamente desde dezembro de 2016. Vide nota explicativa 2.2 (e) das DF's.

c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

2.5 Medições não contábeis

A Companhia acredita que as medidas não contábeis apresentadas nesta seção e nas seções 1 e 2 deste Formulário de Referência representam informações úteis adicionais sobre o desempenho e tendências relacionadas aos resultados operacionais da Companhia e que, quando analisadas em conjunto com as medidas contábeis da Companhia apresentadas neste Formulário de Referência, auxiliam um entendimento mais significativo sobre a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 8 de fevereiro de 2023 foi tomada a decisão pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”), por unanimidade de votos, a qual considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso o STF se pronuncie ainda que posteriormente em sentido contrário, após consulta aos advogados que patrocinam causas tributárias para a Companhia e suas controladas, não foram identificados qualquer processo que seja afetado pela referida decisão.

2.7 Destinação de resultados

	Exercício Social encerrado em 31/12/2022	Exercício Social encerrado em 31/12/2021	Exercício Social encerrado em 31/12/2020
a) Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,	De acordo com o Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,	De acordo com o Artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202,

2.7 Destinação de resultados

	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.	parágrafo 6º da Lei n.º 6.404/76.
a.i) Valores das Retenções de Lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R$159,2 milhões, sendo que R$134,1 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R$8,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R$47,5 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R$78,6 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R$220,3 milhões, sendo que R$ 185,9 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R$ 11,0 milhões foram destinados à Reserva Legal, R$ 103,2 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R$ 71,7 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou lucro líquido no valor de R$122,5 milhões, sendo que R$ 100,4 milhões do seu lucro total declarado foram retidos, dos quais R$ 6,1 milhões foram destinados à Reserva Legal, R$ 1,7 milhão à Reserva de Lucros a Realizar, R$ 71,4 milhões à Reserva para Investimentos nas suas investidas e R$ 21,2 milhões à Reserva Reflexa de Incentivos Fiscais.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 29,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 49,4% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 46,8% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 32,5% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.	O montante total da reserva legal corresponde a 5,0%, o montante total da reserva de lucros a realizar corresponde a 1,4%, o montante total da reserva para investimentos nas suas investidas corresponde a 58,3% e o montante total da reserva reflexa de incentivos fiscais corresponde a 17,3% do lucro líquido total da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da	Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras para apresentação à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do lucro do exercício. Os acionistas farão jus a dividendo obrigatório mínimo no montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) quota destinada à constituição da

2.7 Destinação de resultados

	reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá o capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá,	reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.	reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. O montante dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio que vier a ser pago pela Companhia, na forma do artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26.12.95, será imputado ao valor do dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá atribuir à Diretoria participação nos lucros, observadas as disposições legais. A participação dos administradores somente poderá ser atribuída no exercício social em relação ao qual for pago aos acionistas o dividendo obrigatório. À Reserva de Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do capital social subscrito, será destinada importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com a finalidade de aporte de recursos a empresas de cujo capital a Companhia participe ou venha a participar direta ou indiretamente, facultada sua capitalização mediante deliberação da Assembleia Geral.

2.7 Destinação de resultados

	por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.	A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.	A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas. Os lucros não destinados na forma da lei e do estatuto social da Companhia serão distribuídos como dividendos, nos termos do artigo 202, parágrafo 6º da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se a correção monetária e/ou juros somente quando a assembleia geral de acionistas o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 anos contados de sua disponibilização aos acionistas prescreverão em favor da Companhia.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da assembleia geral ordinária de acionistas, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O estatuto social da Companhia prevê, ainda, o

2.7 Destinação de resultados

	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.	levantamento de balanço semestral em 30 de junho de cada ano, e, por determinação do Conselho de Administração, o levantamento de balanços em períodos menores. O Conselho de Administração poderá declarar e distribuir dividendos intermediários à conta dos lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, se houver, bem assim de lucros acumulados ou de reservas de lucros já constituídas.
d) Restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	N/A.	N/A.	N/A.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía política de destinação de resultados. Entretanto, foi aprovado em Assembleia Geral o Plano de Incentivo a Longo Prazo no dia 04 de janeiro de 2021, a ata sobre a referida Assembleia está disponível para consulta nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da Companhia (www.dexxos.com.br)	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política de destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de construção não terminada evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Diretoria da Companhia esclarece que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia de 31 de dezembro de 2022.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31/12/2022, a controlada Apolo Tubos e Equipamentos S.A. possuía R$ 7,7 milhões de saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre lucro líquido diferidos não evidenciados em seu ativo nas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

O saldo a constituir de imposto de renda e contribuição sobre o lucro líquido diferidos não evidenciados nas demonstrações financeiras e contemplados no item 2.8 poderá ser utilizado futuramente para redução de valores de IRPJ e CSLL a pagar.

(b) Natureza e o propósito da operação

Natureza e propósito já contemplados no item 2.8

(c) Natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Natureza e montante já contemplados no item 2.8

2.10 Planos de negócios

a) investimentos

O Plano de Negócios da Companhia é lastreado em determinadas premissas e expectativas de mercado e crescimento, utilizando-se de determinadas tendências futuras que afetam ou podem vir a afetar a Companhia.

Embora a Companhia acredite que essas premissas sejam razoáveis e baseadas em expectativas da operação, as mesmas estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, e que podem ser afetadas por diversos fatores como, por exemplo: (i) conjuntura econômica; (ii) intervenções governamentais; (iii) alterações na legislação vigente; (iv) alterações no mercado financeiro; e (v) eventos de força maior.

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia (e suas Controladas) tem realizado investimentos estratégicos o que vem impulsionando o seu crescimento e competitividade no mercado.

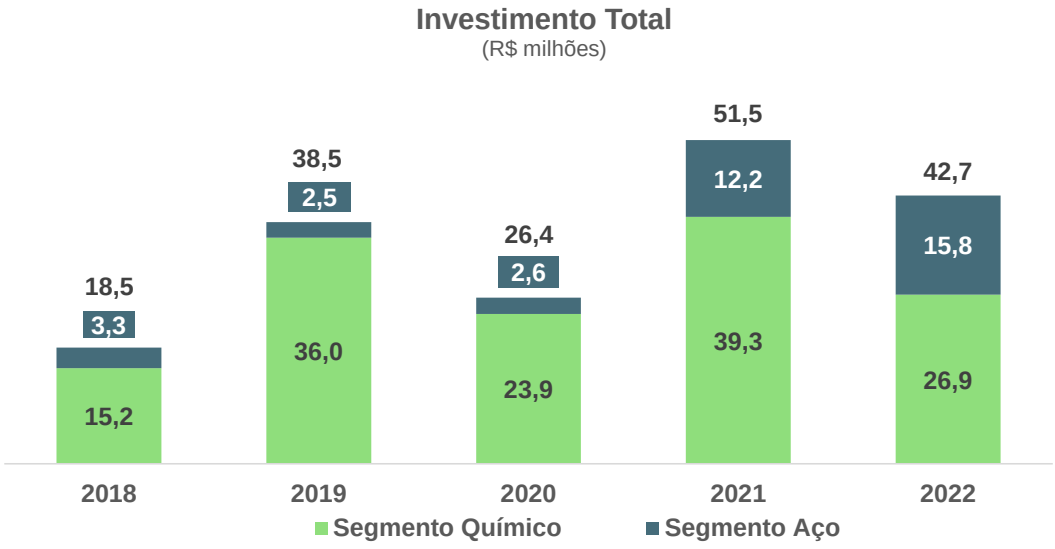
Nesse sentido, o Plano de Negócios objetiva reforçar as unidades produtivas da Companhia nas seguintes frentes:

a) Melhorias em processos produtivos e sistemas visando maior eficiência tecnológica e aprimoramento da qualidade dos produtos oferecidos com confiabilidade para atender às exigências técnicas, industriais e mercadológicas.

b) Expansão da capacidade produtiva devido ao aumento na demanda pelos seus produtos, gerando uma oportunidade de ampliação das operações da Companhia, tanto no segmento de aço quanto segmento químico.

c) Ampliação de portfólio de produtos com o objetivo de diversificar as receitas das unidades do segmento aço e químico, utilizando-se dos *sites*, infraestrutura e *know-how* de cada operação.

Nos últimos 5 anos, os investimentos realizados pela Companhia, através de suas controladas, totalizaram R$ 177,7 milhões, sendo R$ 42,7 milhões somente no último ano, conforme gráfico abaixo.



Em linha com seu Plano de Negócios, a Companhia pretende seguir com a execução de seus investimentos, buscando desenvolver suas operações e continuar oferecendo produtos de alta

2.10 Planos de negócios

qualidade com eficiência em seus processos industriais. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia objetiva, sujeito às condições de mercado, investir aproximadamente R$ 54,3 milhões, sendo: (i) R$ 10,0 milhões destinados ao segmento aço; e (ii) R$ 44,3 milhões destinados ao segmento químico.

Investimento	**Exercício de 2023** (em R$ mil)
Segmento Químico	R$ 44.300
Segmento Aço	R$ 10.000
Investimento Total	**R$ 54.300**

ii. fontes de investimentos

A Companhia e suas Controladas vêm utilizando recursos próprios e financiamentos bancários para realização de seus investimentos.

A estrutura de capital consolidada da Companhia pode ser verificada através da alínea b "Estrutura de capital" constante ao item 2.1 deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia conduziu o processo de desinvestimento de ativos não operacionais através de: (i) venda dos ativos da unidade descontinuada de metanol em Benfica (RJ); e (ii) nos termos do plano de recuperação judicial, de alienações de partes do terreno de Benfica (RJ), através das quais a Companhia alienou pelo montante aproximado de R$60 milhões entre 2019 e 2020. Adicionalmente, em 2021, a Companhia celebrou acordo comercial para alienação de partes do terreno de Benfica (RJ) pelo valor de aproximadamente R$60 milhões, já tendo recebido R$57,5 milhões em 2022.

Em 3 de abril de 2023, a Companhia divulgou ao mercado a assinatura do acordo comercial para alienar a última parte da área do referido terreno, pelo valor de aproximadamente R$11,5 milhões, como continuidade ao seu plano de monetização de ativos não operacionais.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos

A administração da Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado.

Durante o exercício social de 2022, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado, inclusive para o setor de energia fotovoltaica.

c) novos produtos e serviços

A administração a Companhia avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes em diversos setores, visando adequar e atualizar a oferta de produtos e serviços de acordo com as necessidades e oportunidades de mercado, em consonância com sua estratégia de buscar crescimento e diversificação.

2.10 Planos de negócios

Durante o exercício social de 2022, a Companhia continuou investindo em infraestrutura e equipamentos para ampliar o mix de produtos em seu portfólio do segmento aço, com a aquisição de equipamentos e soluções para o fornecimento de estruturas com valor agregado, inclusive para o setor de energia fotovoltaica.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2022, o segmento aço se destacou com o avanço no desenvolvimento de produtos destinados a atender às necessidades do segmento de energia fotovoltaica, como resultado do investimento realizado no ano anterior. Neste ano, os produtos destinados ao setor de energia fotovoltaica representaram aproximadamente 20% do portfólio do segmento aço.

Em paralelo, a Companhia segue administrando os temas relacionados a questões ASG de maior materialidade para os setores de sua atuação, com o compromisso de seguir aprimorando o monitoramento de seus indicadores, visando a evolução constante de sua agenda.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A Companhia entende que as seguintes informações merecem destaque:

a) Em 24 julho de 2013, a Companhia e suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as "Recuperandas") apresentaram Plano de Recuperação Judicial ("PRJ"), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de novembro de 2013 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 2013. O PRJ foi aditado, conforme deliberação dos credores em Assembleia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2016 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro em 16 de novembro de 2016, o que foi informado ao mercado em geral e aos acionistas da Companhia através de Fato Relevante divulgado em 18 de novembro de 2016. Em 20 de dezembro de 2019, o Administrador Judicial reconheceu o cumprimento substancial e regular das obrigações estabelecidas no aditivo ao Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas. Em 04 de fevereiro de 2020 o Ministério Público apresentou parecer favorável ao encerramento do processo de recuperação judicial. Em 12 de novembro de 2020, foi disponibilizada nos autos do processo de Recuperação Judicial sentença declarando o cumprimento das obrigações previstas no PRJ e seu respectivo aditivo durante o período de inspeção judicial, de 2 (dois) anos, e declarando o encerramento do processo de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas. Em 31 de agosto de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, foi disponibilizada nos autos do referido processo certidão de trânsito em julgado da sentença de encerramento da Recuperação Judicial.

A Companhia entende que a saída da Recuperação Judicial pode ser benéfica para suas operações e seus acionistas, tendo em vista que poderá proporcionar diversas medidas positivas, incluindo, mas não se limitando a: (i) uma melhor estrutura de financiamento junto a fornecedores e bancos; (ii) melhor acesso à linhas de crédito, ampliando as possibilidades e alternativas junto a instituições financeiras; e (iii) viabilidade de captação de dívidas de longo prazo para realização de novos investimentos.

b) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 5 de agosto de 2021, em decorrência da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) publicada em 14 de maio de 2021, na qual restou definido, em repercussão geral, que o valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o destacado na nota fiscal, as sociedades controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. (“Controladas”) tiveram seu resultado positivamente impactado (apesar de não serem parte diretamente do referido julgado), com o reconhecimento de, aproximadamente, R$ 68,6 milhões de créditos tributários sendo, aproximadamente, R$ 35,8 milhões de principal e R$ 32,8 milhões de atualização monetária.

Destaca-se que o montante *supra* indicado foi contabilizado e refletido nas demonstrações financeiras das Controladas e da Companhia dos dois primeiros trimestres de 2021 e que tais créditos são principalmente compensados com débitos tributários federais, esperando-se que sejam consumidos dentro do período de um ano.

c) Em 16 de dezembro de 2021, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia no dia seguinte, as investidas da Companhia Apolo Tubulars S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A. (em conjunto, as “Investidas”) firmaram abertura de crédito, com emissão de Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), junto à Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, no valor total de R$ 96 milhões. A Companhia figura como avalista e devedora solidária desta linha de crédito.

Em 15 de março de 2022, conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia, as Investidas obtiveram confirmação de que satisfazem todas as condições precedentes estabelecidas na CCB obtendo, nesta data a liberação dos recursos objeto da respectiva linha de crédito.

A contratação da linha de crédito em questão trata-se de importante operação para dar suporte aos planos de desenvolvimento de negócio das Investidas.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

d) Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química S.A. ("GPC Química") celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar determinados imóveis de sua propriedade, não explorados no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ ("Operação").

Com a concretização da Operação o montante total é de R$ 60 milhões, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da Operação, no qual já foram recebidos R$ 57,5 milhões.

Adicionalmente, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 4 de maio de 2022, em referência ao Fato Relevante divulgado em 31 de janeiro de 2022, a controlada GPC Química, após satisfazer a condição precedente estabelecida em acordo comercial celebrado, concluiu a alienação de determinados imóveis de sua propriedade para a DF3 Empreendimentos S.A., sociedade integralmente controlada por ICSTI RIO TERMINAL 1 S.A. Com isso, a Companhia conclui mais uma etapa de seu plano de monetização de ativos não operacionais.

e) Conforme Fato Relevante publicado pela Companhia em 3 de abril de 2023, a GPC Química S.A. celebrou acordo comercial para, após a satisfação de condição precedente, alienar a área de sua propriedade não explorada no desenvolvimento de suas atividades produtivas, situados no bairro de Benfica, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Com a concretização da operação, a GPC Química receberá novos recursos no valor total de R$ 11.450.000,00, de acordo com o cronograma de pagamento estabelecido no acordo comercial da operação.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução da CVM n.º 480, de 1º de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os fatores de risco mencionados abaixo, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários podem ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia pode diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores podem perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os fatores de risco descritos abaixo são aqueles que a Companhia tem conhecimento e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia desconhece ou que atualmente considera irrelevantes também podem afetá-la de forma adversa.

Para os fins deste item, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter, causará ou terá um "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia significa que tal risco, incerteza ou problema pode afetar adversa e materialmente as atividades da Companhia, sua situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, negócios, setor de atuação e/ou valor de mercado de seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas neste item devem ser compreendidas nesse contexto.

Os termos "nós", "nosso", "Companhia" ou "Dexxos Participações", quando utilizados nesta seção do Formulário de Referência, referem-se ou significam, conforme o caso, à Dexxos Participações S.A. e suas controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A., em conjunto, exceto se expressamente indicado de forma diferente.

a) Com relação à Companhia

Acontecimentos decorrentes da pandemia do COVID-19 podem afetar adversamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou estado de pandemia como consequência da disseminação global do SARS-CoV-2 (coronavírus causador do COVID-19). A pandemia do COVID-19 tem sido responsável por uma série de fatalidades ao redor do mundo, incluindo o Brasil, além de ter compelido governos de diversas jurisdições, incluindo, de forma geral, estados e municípios brasileiros, a adotar políticas e medidas sanitárias para controlar a propagação da doença, como quarentenas, *lockdowns*, restrições a viagens e transportes públicos e fechamento prolongado de pontos comerciais e de trabalho. Essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral e impactaram a atividade econômica mundial, incluindo a brasileira, com a redução ou suspensão das operações de empresas de diversos setores, redução expressiva do consumo e aumento do desemprego em uma série de jurisdições.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar adversamente sua capacidade de financiar suas atividades, refinanciar seu endividamento existente ou reagir a mudanças macroeconômicas ou setoriais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta da Companhia – correspondente ao resultado da soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos, antecipação de recebíveis, parcelamento de imposto, fornecedores concursais e passivos de arrendamento – era de R$ 428,9milhões. O nível de endividamento da Companhia pode resultar em consequências negativas e relevantes, incluindo (i) necessidade de alocação, pela Companhia, de recursos significativos de seu caixa operacional para honrar suas obrigações financeiras, o que pode reduzir o caixa disponível para financiar suas atividades e futuros investimentos, incluindo aquisições estratégicas e/ou exploração de novas oportunidades de negócios; (ii) aumento da vulnerabilidade da Companhia a desacelerações ou outras mudanças adversas nas condições econômicas ou setoriais; (iii) limitação da capacidade de planejamento da Companhia e/ou redução de sua capacidade de reação a mudanças no ambiente econômico, de negócios, setoriais, competitivas e/ou regulatórias; (iv) limitação da capacidade da Companhia de captar recursos adicionais no futuro e/ou aumento de seu custo de capital; e (v) desvantagem competitiva da Companhia em relação a seus concorrentes que tenham um menor nível de endividamento.

A Companhia pode contrair financiamentos adicionais no futuro, onerando em garantia uma parcela substancial de seus ativos, o que pode potencializar os correspondentes riscos a que está atualmente exposta. Além disso, caso uma parcela substancial dos ativos da Companhia esteja onerada em favor de determinados credores, a Companhia pode não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente os créditos de eventuais credores quirografários em caso de sua insolvência, falência ou liquidação.

Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de risco da Companhia (*rating*) pode afetar adversamente sua capacidade de contrair financiamentos no futuro ou o custo para sua contratação, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, consequentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Além disso, a classificação de risco da Companhia é sensível à classificação de risco do Brasil. Para mais informações sobre o risco de rebaixamento da classificação de risco do Brasil, veja neste item 4.1, alínea (j) — "Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (*rating*) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia." Para mais informações, ver Seção 10.1, alínea (f.), item (iv) deste Formulário de Referência.

A perda de membros da alta administração da Companhia ou seu insucesso em atrair e reter pessoal qualificado pode ter um efeito adverso para a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende, em larga escala, do desempenho de sua alta administração. O sucesso e crescimento futuros da Companhia estão diretamente associados à sua capacidade de manter os atuais membros de sua alta administração, assim como atrair e reter novos profissionais qualificados. O setor de atuação da Companhia é altamente competitivo e a Companhia não pode garantir que terá sucesso em manter os membros de sua alta administração ou atrair e reter pessoal qualificado. A perda de qualquer membro da alta administração da Companhia ou seu insucesso em atrair e reter outros profissionais qualificados pode ter um efeito adverso à Companhia.

Incêndios, desastres naturais e outros acidentes, incluindo os além do controle da Companhia, podem afetar adversamente seus negócios e resultar em perda de receita ou despesas mais elevadas.

Qualquer interferência grave em qualquer dos imóveis utilizados ou investidos pela Companhia, incluindo nas instalações industriais neles localizadas, decorrente de incêndio, desastres naturais ou outros acidentes graves, incluindo em razão de fatores fora do controle da Companhia, pode prejudicar sua capacidade de, entre outros efeitos adversos, utilizar tais imóveis e instalações e, consequentemente, ter um efeito material adverso em suas operações e receitas e aumentar seus custos e despesas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Acidentes de grande magnitude, desastres naturais ou outras interferências graves em qualquer dos imóveis e/ou instalações industriais utilizados pela Companhia podem prejudicar sua capacidade de produção, resultar em interferências significativas em suas operações, importar em custos significativos à Companhia para realocar ou restabelecer as correspondentes operações, resultar em disputas legais, reclamações e custos associados e, consequentemente, impactar negativamente sua condição financeira e seus resultados operacionais. Além disso, incidentes como esses normalmente recebem ampla cobertura da mídia, o que pode impactar de forma negativa e significativa a reputação e imagem da Companhia. É possível que os seguros contratados pela Companhia não sejam suficientes para compensar adequadamente por todos os danos diretos e indiretos que a Companhia venha a incorrer como resultado de desastres naturais e outros acidentes.

O imóvel onde está localizada a unidade industrial do Rio de Janeiro da Apolo Tubos é alugado. Caso a Apolo Tubos não seja capaz de manter ou renovar o contrato de locação ou de celebrar novo contrato ou renová-lo em condições que sejam comercialmente adequadas, a Companhia pode ser adversamente afetada.

A unidade industrial da Apolo Tubos no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro está instalada em um imóvel alugado. Caso não seja capaz de (i) manter o contrato de locação; (ii) celebrar novo contrato; ou (iii) renová-lo em condições que entenda serem adequadas, a Apolo Tubos pode ter suas atividades adversamente impactada, em razão de (a) custos decorrentes da realocação de operações; e (b) perda e/ou diminuição de receita, incluindo se não for capaz de localizar imóvel substituto adequado para sua unidade industrial e/ou se demorar para localizá-lo ou se localizá-lo a preços elevados. Nesses casos, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A materialização de riscos não cobertos pelas apólices de seguro pode afetar a Companhia adversamente.

Não há como garantir que as apólices de seguro da Companhia serão adequadas ou suficientes para protegê-la contra todos os riscos a que está exposta. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que será capaz de manter suas apólices de seguro, renová-las a preços comercialmente razoáveis ou em termos que entenda ser adequados e/ou contratá-las junto às mesmas seguradoras ou seguradores similares com as quais atualmente contrata. Além disso, a Companhia está sujeita a riscos para os quais não conta com seguro, como guerra, furacões e outros eventos de força maior ou caso fortuito. A ocorrência de uma perda significativa que não esteja coberta por apólice de seguro, não seja indenizável ou seja parcialmente indenizável pode exigir que a Companhia comprometa recursos expressivos para cobrir tais perdas, o que pode afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para prevenir ou detectar violações da legislação aplicável ou das políticas internas por seus administradores, empregados e fornecedores, incluindo violações de leis e regulamentos de prevenção e combate à fraude, corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e infrações à concorrência. Violações ou alegações e investigações de violações de tais leis podem prejudicar a reputação da Companhia e resultar em um efeito material adverso em seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia, suas partes relacionadas e outras pessoas jurídicas nas quais investe estão sujeitas a leis e regulamentos de prevenção e combate à corrupção, fraudes e suborno, tais como, a título exemplificativo, a Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013, conforme alterada, que dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, a Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a Lei n.º 12.529/12 (Lei de Defesa da Concorrência), a Lei n.º 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro), assim como outras normas relacionadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode garantir que seus controles internos e procedimentos de conformidade serão suficientes para prevenir ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação aplicável ou políticas internas da Companhia por seus empregados, administradores, fornecedores e outros agentes, partes relacionadas e investidas ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Falhas em observar a Lei Anticorrupção, qualquer outra lei ou regulamento aplicável de combate à corrupção ou qualquer política interna relevante da Companhia, ou alegações ou investigações de possível conduta inapropriada envolvendo, em qualquer caso, a Companhia, suas partes relacionadas e outros acionistas, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas ou qualquer de seus respectivos empregados, particularmente qualquer membro da alta administração, acionistas, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas, fornecedores ou outros agentes podem resultar em penalidades, multas, sanções, perda de licenças de funcionamento ou danos significativos à reputação da Companhia, o que pode afetá-la material e adversamente.

A Companhia não pode prever se qualquer de seus atuais ou ex-acionistas, sociedades controladas, sob controle comum ou investidas ou outras partes relacionadas ou associadas à Companhia enfrentarão investigações formais ou se serão responsabilizados com relação à prática de qualquer conduta inapropriada associada a qualquer questão relacionada a leis e/ou regulamentos aplicáveis de combate à corrupção, o que pode prejudicar a reputação da Companhia, afetando adversamente e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Interrupções inesperadas nos equipamentos da Companhia podem gerar redução ou paralisação da produção.

Interrupções inesperadas no processo produtivo das principais plantas industriais da Companhia podem aumentar seus custos de produção e reduzir suas receitas e suas margens. Essas interrupções podem advir de (i) falhas imprevisíveis ou periódicas em equipamentos essenciais ao processo produtivo da Companhia, como parques reatores de resinas, plantas de formol e máquinas de corte e conformação de tubos; (ii) determinação de órgão da administração pública; e/ou (iii) eventos inesperados, como incêndios, explosões ou condições climáticas severas. A Companhia experimentou no passado e pode experimentar no futuro períodos de paralisações ou produção reduzida em suas instalações industriais. Interrupções do processo produtivo da Companhia podem afetar negativamente sua produtividade e seus resultados operacionais. Além disso, qualquer interrupção do processo produtivo pode exigir que a Companhia tenha de dispender recursos adicionais que podem ser expressivos para remediar o evento que motivou tal interrupção, o que pode reduzir o caixa disponível para o financiamento de suas operações e investimentos. Além disso, longas interrupções no processo produtivo da Companhia podem comprometer sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, resultando em perdas de negócio e afetando seus negócios, resultados operacionais, operações, fluxos de caixa e situação financeira.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informação da Companhia podem resultar em efeitos adversos em suas operações.

As operações da Companhia são altamente dependentes do desempenho de seus sistemas de informação, os quais são essenciais para diversas áreas críticas de suas operações, incluindo: (i) relatórios contábeis e financeiros; (ii) faturamento e cobrança; (iii) codificação e conformidade; (iv) suprimentos; e (v) planejamento e controle de produção. Além disso, a Companhia coleta e armazena informações comerciais proprietárias em seus sistemas, e pode ter acesso a informações confidenciais ou dados pessoais em alguns de seus negócios sujeitos às leis de privacidade e proteção de dados, regulamentos e controles impostos por clientes. Os sistemas de tecnologia da

4.1 Descrição dos fatores de risco

informação da Companhia podem tornar-se vulneráveis a ações externas e estão sujeitos a danos advindos de diferentes fontes, incluindo desastres naturais, falhas nas telecomunicações ou na rede, vírus, ataques cibernéticos e outras falhas de segurança, de modo que as medidas preventivas adotadas pela Companhia para evitar imprevistos que possam afetar seus sistemas de informação podem não ser suficientes.

Quaisquer falhas nos sistemas de informação da Companhia, incluindo ataques cibernéticos externos ou ações internas decorrentes de negligência e/ou má conduta de seus funcionários, podem resultar em interrupções, atrasos ou perda ou corrompimento de informações, incluindo informações contábeis, financeiras e de controle de produção. Indisponibilidades ou interrupções dos sistemas de informação também podem comprometer o sistema de cobrança da Companhia. Os custos para tratar as vulnerabilidades e/ou problemas mencionados anteriormente podem ser significativos e podem afetar as operações da Companhia. Qualquer desses fatores pode ter um efeito material adverso na situação financeira e resultados operacionais da Companhia e prejudicar sua reputação.

Um incidente de segurança cibernética pode resultar em paralisação de suas plantas industriais, divulgação indevida de informações confidenciais ou comprometimento de sistemas críticos de informação da Companhia, o que pode causar potenciais danos a clientes, expor a Companhia a obrigações de indenização de acordo com a legislação brasileira, prejudicar sua reputação e, consequentemente, afetar adversamente seus negócios.

A Companhia coleta e armazena em suas redes informações sensíveis, incluindo dados pessoais de clientes, colaboradores e terceiros em seus sistemas, informações sobre propriedade intelectual e informações privadas sobre seus negócios.

A manutenção segura dessas informações e da tecnologia é fundamental para as operações da Companhia. Ameaças de pessoas ou grupos mal-intencionados, novas vulnerabilidades e novos e avançados ataques a sistemas de informação resultam em riscos de incidentes de segurança cibernética, os quais têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos.

Não há garantias de que a Companhia não estará sujeita a incidentes de segurança cibernética que contornem suas medidas de segurança, impactem sua integridade, sua disponibilidade ou o sigilo de informações pessoais de seus clientes ou outras informações sujeitas às leis de sigilo, ou interfiram em seus sistemas de informação, dispositivos ou negócios.

À medida que ameaças cibernéticas continuem a evoluir, a Companhia pode ter de despender recursos adicionais significativos para continuar modificando ou aprimorando suas medidas de proteção e/ou investigando e remediando qualquer vulnerabilidade de segurança cibernética.

A ocorrência de qualquer desses eventos pode resultar em (i) danos a clientes; (ii) interrupções e atrasos nos negócios; (iii) perda, apropriação indevida, corrompimento ou acesso não autorizado a informações; (iv) litígio e potencial responsabilização de acordo com a legislação brasileira aplicável, incluindo as relativas à privacidade, segurança e defesa do consumidor; e (v) dano reputacional, o que pode ter um efeito material adverso na situação financeira e resultados operacionais da Companhia e prejudicar sua reputação.

Os negócios, práticas e políticas da Companhia estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e podem ser adversamente afetados pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, (Lei Geral de Proteção de Dados) ("LGPD"), em vigor desde 18 de setembro de 2020, regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e estabelece os princípios a serem observados por todos os setores da economia nas

4.1 Descrição dos fatores de risco

operações de tratamento de dados pessoais, independentemente da forma como o dado pessoal é coletado (ambiente eletrônico ou físico).

A LGPD estabelece direitos aos titulares de dados pessoais, hipóteses legais para o tratamento de dados pessoais, requisitos para obtenção de consentimento, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos de dados e a transferências internacional de dados. Ainda, a LGPD prevê sanções administrativas (vigentes desde 1º de agosto de 2021, em razão da Lei n.º 14.010/2020) para o descumprimento de suas disposições, a serem aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

Em relação às sanções administrativas, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, estará sujeita, de forma isolada ou cumulativa, à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R$50,0 milhões por violação; (iii) multa diária, limitada a R$50,0 milhões por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Além das sanções administrativas previstas na LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal normativa tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados pessoais atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente causar, bem como por aqueles eventualmente causados por quaisquer de suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações da LGPD.

Considerando o tratamento de dados pessoais pela Companhia, esta pode estar vulnerável a falhas na proteção dos dados pessoais, como vazamento de dados pessoais e outras informações, o que, de acordo com a LGPD, constituiria uma violação às suas disposições, consequentemente, sujeitando a Companhia a sanções administrativas (financeiras ou não) previstas na LGPD e nas demais leis vigentes aplicáveis à Companhia, prejudicando os resultados da Companhia e a sua reputação.

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com seu estatuto social, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, calculado e ajustado nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como a Companhia, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o conselho de administração informe à assembleia geral de acionistas que tal distribuição é incompatível com a

4.1 Descrição dos fatores de risco

situação financeira da Companhia. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia está sujeita a determinadas regras da legislação tributária em razão da inscrição de débitos fiscais em programas específicos de parcelamentos divulgados pelas autoridades tributárias. Caso a Companhia deixe de cumprir quaisquer dessas regras, os programas poderão ser rescindidos e os benefícios decorrentes deles cancelados.

A Companhia está inscrita em programas de parcelamento instituídos pelas autoridades fiscais competentes, referentes a débitos de tributos federais e estaduais, conforme descrito no item 4.7 deste Formulário de Referência.

Os programas de parcelamento fiscal aos quais a Companhia aderiu estabelecem como condição o cumprimento de determinados requisitos, inclusive em relação à regularidade do pagamento dos débitos sujeitos aos parcelamentos. Caso a Companhia não cumpra com as regras estabelecidas, os programas poderão ser rescindidos e os respectivos benefícios e descontos cancelados. O eventual inadimplemento poderá ocasionar também a imediata exigibilidade do valor remanescente do débito, com incidência dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, o que pode impactar os resultados operacionais e/ou financeiros da Companhia.

Decisões desfavoráveis à Companhia em procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais podem afetá-la negativamente.

A Companhia é parte de diversos procedimentos judiciais e administrativos de natureza cível, ambiental, tributária, previdenciária e trabalhista, com alguns envolvendo obrigações e/ou montantes relevantes. Além disso, a Companhia pode se envolver no futuro em novos e relevantes procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais. A Companhia não pode prever os respectivos resultados finais, que podem ser desfavoráveis aos seus interesses.

De acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Companhia constitui provisões contábeis apenas para procedimentos que apresentam probabilidade de perda provável. A Companhia não pode garantir que terá provisões para cobrir total ou parcialmente as perdas decorrentes de seus procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais. Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia que a impossibilitem de conduzir seus negócios na forma inicialmente planejada ou que eventualmente determinem desembolsos de montantes substanciais que não estejam adequadamente provisionados podem ter um efeito adverso nos negócios e situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia e determinadas controladas são partes em Termos de Ajustamento de Conduta perante o Ministério Público do Trabalho. Em caso de descumprimento das obrigações firmadas, a Companhia e determinadas controladas poderão ser condenadas ao pagamento de multas pelo descumprimento das obrigações, o que poderá ocasionar efeito adverso nos negócios e situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre Termos de Ajustamento de Conduta, ver item 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As existentes e potenciais novas ações legais podem demandar atenção da administração da Companhia, custos adicionais para sua defesa e, em determinadas situações, a constituição de provisões que podem afetar seus resultados financeiros. Além disso, a Companhia pode ter que constituir provisões contábeis para contingências judiciais em razão de outras questões, obrigando-a a dispor de recursos significativos. Decisões desfavoráveis aos interesses da Companhia em qualquer dos procedimentos judiciais, administrativos ou arbitrais dos quais seja parte podem afetá-la negativamente. Para mais informações sobre os procedimentos judiciais e/ou administrativos relevantes da Companhia, veja itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não ser capaz de executar com sucesso seu plano de negócios

A habilidade da Companhia em implementar seu plano de negócios, cujas principais iniciativas envolvem o crescimento e expansão da Companhia, depende de uma série de fatores, dentre os quais a capacidade da Companhia de identificar, avaliar e concluir novos investimentos, ou mesmo investir em ativos que não tenham o sucesso e/ou retorno esperados. Poderão, ainda, ocorrer problemas na estruturação e execução de tais investimentos. Caso a Companhia seja incapaz de implementar seu plano de negócios, seus resultados podem ser adversamente afetados, gerando baixos retornos ou perdas e, assim, prejudicando sua capacidade de gerar valor no longo prazo para seus acionistas.

Esses riscos poderão ser causados por diversos fatores, incluindo:

- a realização de investimentos que não contribuam para as estratégias de crescimento ou de geração de receita da Companhia;
- pagamento superior ao valor justo dos negócios em que a Companhia pretenda investir;
- a falha na identificação de todos os passivos, incluindo passivos contingentes, dos ativos imobiliários e empresas nas quais a Companhia venha a investir, tais como contingências civis, fiscais, ambientais, trabalhistas e previdenciárias e passivos resultantes de má conduta no passado, durante o processo de auditoria (*due diligence*) a ser conduzido;
- a insuficiência de recursos necessários disponíveis para executar o plano de negócios conforme planejado; e
- incapacidade de obter financiamento ou financiamento em condições favoráveis, ou de concluir os investimentos nas condições conforme previstas ou que atendam as expectativas de retorno da Companhia;

O mapeamento impreciso ou incorreto dos riscos acima poderá afetar a capacidade da Companhia de ter sucesso em seu plano de negócios.

Para maiores informações sobre o plano de negócios, consulte o item 2 deste Formulário de Referência.

Novos entrantes internacionais e verticalização de produção

A atratividade do setor de painéis de madeiras no Brasil pode suscitar a entrada de novos produtores internacionais e com maior escala, acirrando a concorrência e competitividade no setor, impactando o desempenho de vendas da Companhia no segmento químico. Adicionalmente, a possibilidade de verticalização, por parte de produtores de painéis de madeira, pode afetar a participação de mercado e a capacidade de crescimento da Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, que pode não estar disponível, estar em condições desfavoráveis ou desvantajosas ou ser obtido por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a ter de captar recursos adicionais no futuro, inclusive para fazer frente à sua estratégia de crescimento, que exige um maior volume de recursos, inclusive no que tange a

4.1 Descrição dos fatores de risco

necessidade de capital de giro. A Companhia não pode garantir que suas operações serão suficientes para financiar integralmente sua estratégia de crescimento. Caso a Companhia seja obrigada a buscar recursos nos mercados financeiro e de capitais, eles podem não estar disponíveis, ou estarem disponíveis em condições desfavoráveis ou desvantajosas, o que pode restringir o crescimento e desenvolvimento dos negócios da Companhia e afetar adversamente sua situação financeira e o resultado de suas operações.

A Companhia também pode recorrer a operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência de seus acionistas, o que pode resultar na diluição de sua participação no capital social da Companhia.

A Companhia pode apresentar receitas menores em caso de desaceleração de mercado.

Praticamente toda a receita da Companhia advém exclusivamente de suas operações no Brasil, que recentemente apresentou fracas condições macroeconômicas e que continua a enfrentar desafios. O agravamento das condições econômicas e das taxas de emprego no Brasil pode reduzir a produção e demanda dos produtos das Controladas da Companhia e, consequentemente, afetar adversa e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

b) Com relação ao controlador da Companhia

A Companhia não tem acionista controlador, nem grupo de controle definido.

c) Com relação aos acionistas da Companhia

Os acionistas da Companhia poderão tomar decisões de desinvestimento na Companhia a partir de interpretações acerca das mudanças políticas e econômicas no país, bem como no setor de atuação da Companhia, o que pode resultar na desvalorização da cotação das ações de emissão da Companhia.

As mudanças de percepção de acionistas sobre o país e o setor de atuação da Companhia, influenciadas, entre outros motivos, por mudanças político-econômicas no Brasil e de perspectivas quanto às áreas de atuação da Companhia no mundo, podem gerar movimentos de desinvestimento destes acionistas e por consequência gerar oscilações negativas no valor das ações de emissão da Companhia. O investimento ou desinvestimento em ações de emissão da Companhia por investidores relevantes podem levar a um efeito sobre a percepção do valor e do volume negociado das ações de nossa emissão no mercado. Investidores podem vir a estabelecer correlação entre a cotação das ações de nossa emissão e diversos ativos, entre eles, índices, títulos públicos ou outros investimentos de renda fixa ou variável, podendo a volatilidade desses ativos também impactar a cotação das ações de nossa emissão.

d) Com relação a controlada e coligadas da Companhia

Eventual processo de insolvência da Companhia ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação pode ser conduzido em bases consolidadas.

Eventual processo de insolvência da Companhia e/ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação pode, em determinadas situações, ser conduzido como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso ocorra, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores das sociedades nas quais detém participação.

e) Com relação aos fornecedores

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia é altamente depende de serviços públicos, em especial os de fornecimento de água energia elétrica e bombeiros, bem como de investimentos públicos em infraestrutura, principalmente em transporte terrestre rodoviário. Qualquer diminuição ou interrupção desses serviços ou redução dos investimentos públicos na manutenção e melhoria da malha rodoviária pode causar dificuldades na operação dos polos industriais e demais propriedades da Companhia e, consequentemente, afetar negativamente seus negócios.

Os serviços públicos, em especial os de fornecimento de água, energia elétrica e bombeiros, são fundamentais para o desenvolvimento regular das operações da Companhia. Qualquer diminuição ou interrupção desses serviços pode afetar as atividades da Companhia como todo, obrigando-a a buscar o fornecimento de tais serviços por prestadores de serviços alternativos, que podem não estar disponíveis ou estar disponíveis a custos mais elevados. Como exemplo, caso haja interrupção no fornecimento de energia elétrica, é necessária a contratação de empresas terceirizadas especializadas, o que geralmente representa um gasto adicional elevado para a Companhia e, consequentemente, um aumento significativo em suas despesas operacionais. Desse modo, qualquer interrupção ou redução na prestação dos serviços públicos essenciais à condução dos negócios da Companhia pode gerar efeitos adversos nas operações da Companhia, que, de acordo com a extensão da interrupção ou diminuição desses serviços públicos, pode aumentar expressivamente suas despesas operacionais ou dificultar, reduzir ou mesmo interromper o processo produtivo da Companhia e, consequentemente, afetá-la adversamente.

Adicionalmente, o principal modal de transporte utilizado pela Companhia é o modal rodoviário. A melhoria da infraestrutura de transporte rodoviário ou mesmo a manutenção da malha rodoviária existente é essencial para garantir a entrega de matérias-primas para as operações da Companhia, bem como os produtos para seus clientes. A piora na qualidade da malha rodoviária brasileira poderá dificultar as entregas dos produtos aos clientes, aumento de acidentes no transporte ou mesmo inviabilizar a estrutura logística de entregas da Companhia, o que pode afetar negativamente as atividades da Companhia, causando um efeito adverso relevante nas receitas da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada em caso de atrasos nas alfândegas.

Diversos insumos que a Companhia utiliza em suas operações são produzidos ou fabricados no exterior e importados por fornecedores que os revendem no mercado brasileiro. Greves nos locais de entrada, como portos e aeroportos, atrasos nas alfândegas ou inspeções da Receita Federal do Brasil ou da Polícia Federal podem afetar a disponibilidade de tais insumos, o que pode ter um efeito material adverso nas operações da Companhia.

Aumentos nos preços das matérias-primas ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

As matérias-primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, como metanol, ureia, aço, zinco, melamina e fenol, representaram, nos últimos três anos, cerca de 80% do custo de produção da Companhia. Os preços em questão são determinados por um conjunto de fatores, incluindo preços praticados internacionalmente, além da oferta, demanda e custos de transporte. Assim, a escassez dessas matérias-primas no mercado interno pode afetar adversamente a capacidade de produção da Companhia, assim como aumentos nos preços das matérias-primas podem reduzir as margens de lucro da Companhia.

Atrasos ou interrupções no fornecimento das matérias primas ou sua escassez podem afetar os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Diversas matérias primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, como, por exemplo, metanol, ureia, aço e zinco, por sua complexidade e sofisticação, são produzidas, fabricadas e distribuídas por um número limitado de fornecedores. Atrasos ou interrupções do fornecimento de tais matérias primas podem comprometer o processo produtivo da Companhia e consequentemente sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, além de aumentar seus custos de produção por ociosidade de suas plantas industriais. Além disso, um aumento significativo da demanda por determinadas matérias primas pode resultar em sua escassez e/ou em aumentos significativos de seus preços, aumentando, consequentemente, os custos com matérias primas da Companhia. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

f) Com relação aos clientes

A Companhia está sujeita ao risco de inadimplemento de seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de descumprimento, por seus clientes, de suas obrigações contratuais, incluindo suas obrigações pecuniárias. Caso não seja capaz de avaliar adequadamente o risco de inadimplemento de seus clientes, a Companhia pode sofrer com um aumento dos níveis de inadimplemento por parte de seus clientes, o que pode afetar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

g) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia

As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação, o que pode implicar maiores despesas ou obstrução de produção, de modo a afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia depende de autorizações e licenças emitidas pelo Poder Público para o desenvolvimento de suas atividades. A obtenção dessas licenças e autorizações está sujeita à outorga pelas autoridades governamentais competentes e à fiscalização de órgãos governamentais, tais como Ibama, Prefeituras, Corpo de Bombeiros e Polícia Federal, no que diz respeito à operação das instalações industriais da Companhia, uso do solo, proteção do meio-ambiente, tributação, dentre outros, que afetam as atividades de produção e certas negociações com clientes. Além disso, para o processo de licenciamento das instalações industriais da Companhia, que podem gerar impactos ambientais, é obrigatória a realização de investimentos e ações para compensar esses impactos, além de obrigar a Companhia a informar periodicamente o cumprimento de padrões de segurança ambiental e eventuais condicionantes estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes.

A Companhia é obrigada a manter e renovar de tempos em tempos licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais para desenvolver seus negócios. A Companhia não pode assegurar que estará sempre em conformidade com essas licenças e autorizações, nem que terá sucesso em manter, renovar ou obter quaisquer licenças e autorizações exigidas no futuro e/ou no prazo devido.

A falta ou o atraso na obtenção ou renovação de uma dessas autorizações ou licenças em tempo hábil por qualquer razão, inclusive (i) por ação do Ministério Público, (ii) por interrupção ou imposição de restrições ao funcionamento de nossas fábricas por imposição do Poder Público (inclusive em virtude da pandemia do COVID-19), e (iii) pelo não cumprimento de medidas socioambientais compensatórias e condicionantes de licenças, ou a violação ou o não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, podem levar à interrupção das atividades das Controladas, bem como à aplicação de outras penalidades e passivos tais como imposição de multas pecuniárias relevantes, ordens de correção (incluindo ordens para investigar e/ou limpar contaminação), interdição ou fechamento de unidades, cancelamento de licenças e

4.1 Descrição dos fatores de risco

revogação de autorizações, embargos e demais restrições às suas atividades, além de outras penalidades civis e criminais, que poderão nos afetar adversamente.

Em razão dessas penalidades, a Companhia pode sofrer atrasos e aumento de custos na implantação de novas instalações e/ou na manutenção e operação das atuais instalações, o que também pode causar um impacto adverso relevante sobre sua capacidade operacional e de geração de caixa.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita ao aumento de alíquotas existentes, à criação de novos tributos e à modificação do regime de tributação, assim como a mudanças na interpretação por autoridades fiscais da aplicabilidade sobre nossas operações de tributos e regimes de tributação. Tais alterações podem afetar nossa tributação e possíveis benefícios tributários, inclusive aqueles decorrentes da distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

A natureza dos negócios desenvolvidos pela Companhia é sensível a fortes intervenções governamentais ou legislativas que podem restringir as atividades de produção. Adicionalmente, o Poder Público pode editar novas normas mais rigorosas, adotar ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode acarretar no aumento de nossos custos para nos adequarmos a estas novas regras ou interpretações ou a abdicar de receitas e benefícios. Qualquer mudança nesse sentido por parte do Poder Público poderá afetar de maneira negativa os negócios e operações da Companhia, resultando em um efeito adverso sobre seus resultados. Como exemplo disso, temos os impactos observados pela Companhia, quando do anúncio da medida adotada pelos Estados Unidos da América, através da Seção 232 do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, que atingiu as indústrias de aço brasileiras pela aplicação das tarifas e cotas de importação existentes no dispositivo, ao atribuir limites ao volume de importação de aço proveniente do Brasil, ocasionando reflexos no plano de exportações da Apolo Tubulares S.A. e, consequentemente, afetando os negócios da Companhia, conforme descrito mais detalhadamente no item 7.7 deste Formulário de Referência.

h) Com relação aos países estrangeiros nos quais a Companhia atua

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não atua de forma relevante em países estrangeiros, razão pela qual entende não estar a quaisquer riscos relevantes relacionados.

i) Com relação a questões socioambientais

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação da Companhia de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

As atividades da Companhia estão sujeitas a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à conservação e proteção do meio ambiente. Dentre outras obrigações, a Companhia deve obter licenças ambientais e/ou dispensas formais de licenciamento para algumas de suas atividades, bem como deve observar normas relacionadas a padrões para o descarte de efluentes, controle de odores, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, utilização de produtos químicos controlados, exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas, uso de água e gerenciamento ambiental de áreas contaminadas.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de a Companhia reparar danos ambientais na esfera cível e sujeitá-la a sanções de natureza penal e administrativa (tanto a Companhia quanto seus administradores), o que pode afetar adversamente sua disponibilidade de caixa, sua imagem e reputação e seus resultados operacionais. Caso a legislação ambiental brasileira se torne mais rigorosa, a Companhia pode ser obrigada a despender recursos não previstos para adequar-se às regras impostas, o que poderá afetar sua disponibilidade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de recursos, resultando, consequentemente, em um impacto adverso no resultado financeiro da Companhia.

Adicionalmente, a legislação ambiental também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, podendo atribuir responsabilidade pessoal aos administradores e eventualmente a acionistas para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, a Companhia, seus acionistas e administradores poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a incidentes ambientais, de saúde, segurança e direitos humanos.

A viabilidade do negócio da Companhia está intrinsecamente ligada ao bem-estar do meio ambiente, dos trabalhadores e das comunidades em que atua. As atividades da Companhia envolvem o uso, manuseio, armazenamento, descarte e disposição de substâncias perigosas no meio ambiente e o uso de recursos naturais, resultando em riscos significativos e potenciais impactos adversos as pessoas e o meio ambiente, incluindo incêndio, explosão, vazamentos de gases tóxicos, derramamento ou infiltrações de substâncias poluentes ou outros materiais perigosos, bem como atividades envolvendo equipamentos móveis, veículos ou maquinários e outros incidentes e acidentes potencialmente fatais. Podem ocorrer incidentes devido a deficiências na identificação e avaliação de riscos ou na implementação de uma gestão de riscos robusta e, uma vez que esses riscos se materializam, eles podem resultar em impactos ambientais e sociais significativos, violações de direitos humanos, danos a ou destruição de instalações de produção, ferimentos, doença e mortes, envolvendo empregados, prestadores de serviços ou membros da comunidade circunvizinha às operações, bem como atrasos na produção, prejuízos financeiros e possível responsabilidade civil. Além disso, os empregados da Companhia podem estar expostos a doenças tropicais e contagiosas que podem afetar sua saúde e segurança. Não obstante as normas, políticas, controles e procedimentos de monitoramento da Companhia, suas operações permanecem sujeitas a incidentes ou acidentes, que podem afetar de maneira adversa seus negócios, suas partes interessadas, sua reputação ou os direitos humanos.

Parte das atividades que a Companhia exerce depende de licenças e autorizações ambientais e a não obtenção ou a obtenção intempestiva de tais licenças e autorizações pode afetar as atividades da Companhia

Algumas atividades desenvolvidas pela Companhia dependem de licenças e autorizações ambientais. A Companhia está em processo de renovação de parte dessas licenças e autorizações e deixou de observar o termo legal para apresentação de certos pedidos de renovação. Dessa forma, é possível que ocorra exercício de atividades sem as respectivas licenças ou autorizações, o que inclui o exercício de atividades com base em protocolos de renovação intempestivos, podendo resultar na aplicação de multas, outras sanções administrativas e sanções criminais. Além disso, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças e autorizações necessárias para sua operação. As atividades da Companhia podem ser afetadas caso ocorra a impossibilidade de operação de suas atividades, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Eventual descumprimento das condicionantes de licenças e autorizações ambientais pode afetar as atividades da Companhia

A obtenção de licenças e autorizações ambientais para determinadas atividades da Companhia, das quais sejam esperados impactos ambientais relevantes, incluindo a Licença de Operação – LO, podem exigir o atendimento de condicionantes complexas e onerosas para a Companhia.

A impossibilidade da Companhia em atender às exigências técnicas (condicionantes) estabelecidas por tais órgãos ambientais nas licenças e/ou autorizações ambientais poderão

4.1 Descrição dos fatores de risco

resultar na aplicação de multas, outras sanções administrativas e sanções criminais, podendo prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, o desenvolvimento das atividades da Companhia, resultando, consequentemente, em um impacto adverso no resultado financeiro da Companhia.

A escassez de recursos naturais e de energia pode afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos naturais como água e de energia, incluindo em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos e de energia. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos e de geração de energia. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses e outros fatores, como, por exemplo, insolvência, falência e liquidação, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser materialmente impactadas.

O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos e eventuais acidentes relacionados a descarte de resíduos podem resultar em multas e indenizações significativas pela Companhia e afetar sua imagem e reputação.

As instalações da Companhia geram resíduos potencialmente danosos, que necessitam de tratamento e descarte adequados. Esse processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes. A Companhia pode sofrer multas e sanções na esfera administrativa, por conta do descumprimento da legislação ambiental relacionada ao descarte de resíduos. Além disso, o descarte não adequado desses resíduos pode resultar em consequências para a Companhia, seus administradores ou prepostos também na esfera penal, caso resulte em um eventual acidente que venha a causar contaminação do meio ambiente e afete o bem-estar da população, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível e do comprometimento de sua imagem e reputação. Como o processo de descarte de resíduos está sujeito à fiscalização dos órgãos ambientais competentes, caso a Companhia deixe de observar os requisitos legais, elas podem sofrer autuações e multas, potencialmente impactando a sua obtenção das autorizações necessárias à condução de suas atividades.

Nesse sentido, a GPC Química, controlada da Companhia, encontra-se em processo de gerenciamento de áreas contaminadas em decorrência de episódio de contaminação no seu imóvel localizado à Avenida Brasil, n.º 3.666, parte, Benfica, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Nos termos da Licença Ambiental de Recuperação n.º IN003547 ("LAR"), a GPC Química se comprometeu a, dentre outras condições, realizar ações para limpeza, monitoramento e remediação do solo e da água subterrânea, bem como a tomar medidas de controle ambiental, como se abster de captar e utilizar águas subterrâneas e de lançar resíduos não tratados em corpos d'água. O não cumprimento das condições estabelecidas pela LAR pode sujeitar a GPC Química às sanções previstas na Lei Federal n.º 9.605/1998 e na Lei Estadual n.º 3.467/2000 e ao cancelamento da LAR.

Preocupações crescentes com as mudanças climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento dessas regulações.

Preocupações crescentes por parte dos governos com relação a mudanças climáticas podem resultar na imposição de regulamentações ambientais mais restritivas e consequentemente, na imposição de custos associados ao controle de emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE").

4.1 Descrição dos fatores de risco

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

j) Com relação a fatores macroeconômicos

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações de emissão da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. O mercado de valores mobiliários do Brasil é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais. Tais características de mercado podem limitar de forma significativa a capacidade dos nossos acionistas de vender ações de nossa emissão de que sejam titulares pelo preço e no momento em que desejarem, o que pode afetar de forma significativa o preço de mercado das ações de nossa emissão. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido ou mantido, o preço de negociação das ações de nossa emissão pode ser negativamente impactado. Além disso, o preço das ações distribuídas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado de nossas ações pode variar significativamente como resultado de vários fatores, muitos dos quais estão fora de nosso controle. O ingresso ou saída das ações de emissão da Companhia em índices de ações pode resultar em variações substanciais na participação de fundos passivos no capital da Companhia, através da aquisição ou venda de ações de nossa emissão. Movimentos relevantes de aquisição ou venda de ações de emissão da Companhia podem afetar de forma significativa o preço de mercado das ações de nossa emissão.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas, como o COVID-19, podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão adversa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Pandemias, epidemias ou surtos de doenças infecciosas podem ter um efeito adverso no mercado e economia global. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou a pandemia da COVID-19, doença causada por um novo coronavírus (SARS-CoV-2), que desencadeou severas medidas por autoridades governamentais ao redor do mundo com o objetivo de controlar sua disseminação, incluindo restrição ao fluxo de pessoas, com limitações a viagens e utilização de transportes públicos, quarentenas e lockdowns, fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais, interrupções na cadeia de suprimentos e redução de consumo de uma maneira geral. No Brasil, alguns Estados e Cidades seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e recomendação de isolamento social, que resultaram no fechamento de parques, shopping centers, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais, industriais e espaços públicos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Essas medidas, aliadas às incertezas provocadas pela pandemia do COVID-19, tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, ocasionando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 ao longo do mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3 foi adversamente afetada em razão da pandemia do COVID-19. Impactos semelhantes a esses podem voltar a ocorrer, provocando novas oscilações dos ativos negociados na B3.

Adicionalmente, qualquer mudança material na economia e no mercado de capitais global, incluindo o Brasil, pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de seus valores mobiliários, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e financiamento de suas operações, inclusive em termos aceitáveis.

O governo brasileiro exerceu e continua exercendo influência significativa na economia brasileira, o que pode afetar adversamente as atividades e o desempenho financeiro em geral da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente exerce influência significativa na economia brasileira, alterando ocasionalmente políticas e normas de forma significativa. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e implementar suas políticas e normas incluíram frequentemente, entre outros, aumentos das taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, controles cambiais, desvalorizações cambiais, controles de capital e limitações a importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as medidas e políticas que o governo brasileiro pode adotar no futuro. A Companhia, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas e normas brasileiras e por fatores econômicos gerais, incluindo:

- expansão ou contratação da economia brasileira;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- ambiente regulatório pertinente às atividades das Controladas da Companhia;
- taxas de câmbio e variações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiro, de capitais e creditício brasileiros;
- controles de importações e exportações;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior;
- alterações de leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- instabilidade econômica, política e social;
- reduções de salários e níveis econômicos;
- aumentos das taxas de desemprego;
- greves e normas trabalhistas;
- greves em portos, alfândegas, aeroportos e autoridades fiscais;
- alterações de normas pertinentes ao setor de transporte;
- escassez ou racionamento de energia e água;
- instabilidade de preços; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no ou que afetem o Brasil.

Incertezas com relação à implementação pelo Governo Federal de mudanças em políticas e normas que afetem esses ou outros fatores no futuro podem impactar o desempenho econômico, contribuir para incertezas econômicas no Brasil e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro e dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não pode prever as medidas que o Governo Federal tomará em resposta a pressões macroeconômicas ou outras condições econômicas. Qualquer desses fatores pode afetar adversamente as atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. As crises políticas ocorridas no Brasil afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas inapropriadas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional, incluem financiamento de campanhas e violações de práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção.

Questões que decorreram ou que podem decorrer das diversas investigações de corrupção e lavagem de dinheiro em curso no Brasil, a maior delas conhecida como Operação Lava-Jato, têm afetado e podem continuar afetando negativamente a economia, os mercados e os preços de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. A Companhia não pode prever o resultado de tais investigações, tampouco o respectivo impacto na economia ou no mercado de capitais brasileiros.

Na última eleição presidencial, de governadores, de deputados federais e de senadores, houve significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas com relação às medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco do Brasil e podem ter um efeito significativo e adverso nos negócios e resultados operacionais da Companhia e de suas Controladas.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não pode prever as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia.

Adicionalmente, o impasse entre o Governo Federal e o Congresso Nacional tem gerado incertezas com relação à implementação, pelo Governo Federal, de mudanças nas políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

A instabilidade da taxa de câmbio pode afetar os negócios, situação financeira, resultados operacionais, perspectivas e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A moeda brasileira tem sido historicamente volátil, sofrendo frequentes desvalorizações nas últimas três décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite a livre flutuação da taxa de câmbio no Brasil, tendo o Real experimentado frequentes e significativas variações em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Ao longo desse período, o governo brasileiro implementou uma série de planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e sistema de câmbio flutuante. Apesar de a desvalorização do Real, no longo prazo, estar

4.1 Descrição dos fatores de risco

geralmente associada ao índice de inflação no Brasil, a desvalorização do Real ocorrida em períodos menores resultou em variações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o dólar norte-americano e outras moedas. A Companhia não pode prever se o Banco Central do Brasil ou o governo brasileiro continuará a permitir que o Real flutue livremente ou intervirá no mercado cambial, retornando ao sistema de banda cambial ou outro. O Real pode se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano. Além disso, de acordo com a legislação brasileira, caso ocorra um desbalanceamento grave na balança de pagamentos brasileira ou haja razões substanciais que prevejam um desbalanceamento grave, podem ser impostas restrições temporárias com relação a remessas de recursos ao exterior. A Companhia não pode garantir que tais medidas não serão adotadas pelo governo brasileiro no futuro.

A desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e resultar em aumentos nas taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um tudo e, especificamente, os custos de insumos utilizados pelas Controladas da Companhia. Tal fator pode afetar adversamente a Companhia. Adicionalmente, em caso de uma desaceleração econômica, a desvalorização do Real em relação ao dólar norte-americano pode resultar em uma redução do consumo, pressões deflacionárias e redução do crescimento da economia como um todo. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras pode resultar em uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira. De acordo com as circunstâncias, a desvalorização ou valorização do Real pode afetar material e adversamente o crescimento da economia brasileira e os negócios da Companhia.

A maior parte das receitas da Companhia é denominada em Reais. No entanto, determinados insumos utilizados pelas Controladas da Companhia são importados, o que os torna, portanto, sujeitos às variações de preços decorrentes de flutuações da taxa de câmbio.

A inflação e determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la historicamente afetaram de forma adversa a economia brasileira. Altos níveis de inflação no futuro podem afetar adversamente a Companhia e o preço de mercado das ações de sua emissão.

Ao longo de sua história, o Brasil experimentou taxas de inflação extremamente elevadas. A alta da inflação, as políticas adotadas para combatê-la e incertezas com relação a uma possível intervenção governamental no futuro contribuíram para um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro em diversos momentos.

O Brasil pode experimentar altos níveis de inflação no futuro, o que pode levar o governo brasileiro, em resposta a pressões inflacionárias, a intervir na economia e introduzir políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e os negócios da Companhia e de suas Controladas. No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva, com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, resultando em volatilidade das taxas de juros. Como exemplo, a taxa básica de juros no Brasil variou de 6,50% a.a., em janeiro de 2019, para 13,75% a.a., em dezembro de 2022, de acordo com o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM).

Caso o Brasil experimente inflações ou deflações substanciais no futuro, a Companhia e suas Controladas podem ser adversamente afetadas. Tais pressões também podem afetar a capacidade da Companhia e de suas Controladas de acessar mercados financeiros internacionais e resultar em políticas que podem afetar adversamente a economia brasileira e a Companhia. Além disso, as Controladas da Companhia podem não ser capazes de ajustar os preços que cobram de seus clientes com o fim de compensar os impactos da inflação em seus custos e despesas, resultando em aumento de seus custos e despesas e redução de sua margem operacional líquida.

Mudanças nas políticas fiscais e legislação tributária podem afetar adversamente a Companhia e suas Controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Governo Federal tem frequentemente implementado e pode continuar implementando mudanças em suas políticas fiscais, incluindo alterações de alíquotas, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, recolhimento de contribuições temporárias. Algumas dessas medidas podem resultar em aumentos de tributos que podem afetar negativamente os negócios da Companhia, como a redução de isenções de imposto sobre lucros e dividendos. Aumentos de tributos também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços praticados pela Companhia, restringir a capacidade delas de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, o que pode afetá-las adversamente, caso não sejam capazes de repassar integralmente aos seus clientes por meio dos preços que cobra por seus produtos os custos adicionais associados a tais mudanças na política fiscal.

Na data deste Formulário de Referência, o Congresso Nacional considera uma ampla reforma tributária, que inclui mudanças dramáticas do sistema tributário nacional, com a eliminação ou unificação de determinados tributos, como PIS, COFINS, ICMS e ISS, e a possibilidade de criação de novos tributos, incluindo tributos sobre operações financeiras. Há outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que buscam revogar isenções fiscais sobre lucros distribuídos e dividendos e alterar ou revogar leis relacionadas aos juros sobre capital próprio, conforme o caso. Aprovações dessas propostas legislativas relacionadas a questões tributárias podem impactar as obrigações tributárias da Companhia, que, por sua vez, podem ter um efeito material adverso em sua situação financeira e resultados operacionais e afetar sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Insucesso do governo brasileiro de implementar reformas críticas para aprimorar o sistema tributário e previdenciário brasileiro, a legislação trabalhista e outras áreas-chave para a vitalidade macroeconômica brasileira podem afetar adversamente a Companhia.

A rigidez legislativa, particularmente nos mercados de bens e trabalho, continua a impactar negativamente a competitividade e produtividade da economia brasileira e dificultar a alocação de recursos ao seu mais eficiente uso. Tributos distorcidos sobre o consumo, tributação sobre investimentos e ausência de flexibilidade no mercado de trabalho brasileiro são entraves para um crescimento contínuo e robusto da economia brasileira. Adicionalmente, o arcabouço legal e administrativo com base no qual indivíduos, empresas e governos interagem permanece onerado por restrições burocráticas. Além disso, o baixo nível de confiança nas autoridades públicas e no Estado de Direito continua a impor desafios adicionais. Não há garantias que o governo brasileiro implementará reformas adequadas, endereçando tais impedimentos, com o fim de um maior crescimento econômico, o que, como resultado, pode afetar a Companhia adversamente.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem ter um efeito adverso relevante na economia global, nas cadeias de suprimentos e em preços de insumos e commodities, podendo prejudicar os negócios da Companhia e o preço de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores a acontecimentos nesses países pode resultar em um efeito adverso no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissão de emissores brasileiros. Tais eventos podem incluir disputas comercias, como a disputa recente entre os Estados Unidos e a China e que foi recentemente expandida a outros países, incluindo o Brasil, após o anúncio do Presidente dos Estados Unidos com relação à aplicação de novas tarifas a produtos siderúrgicos exportados do Brasil, ou disputas entre os Estados Unidos e o Irã. Crises em outros países da América Latina e de economia emergente ou as políticas econômicas de outros países, em especial dos Estados Unidos e países da União Europeia, podem reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários

4.1 Descrição dos fatores de risco

de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia. Tal fator pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das operações das Controladas da Companhia no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos pode afetar adversamente os negócios e o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa a economia e o mercado de capitais do Brasil, como (i) oscilações no preço de mercado de emissores brasileiros; (ii) indisponibilidade de crédito; (iii) redução do consumo; (iv) desaceleração da economia; (v) instabilidade cambial; e (vi) pressão inflacionária. Além disso, as instituições financeiras podem não estar dispostas a renovar, estender ou conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis, ou não serem capazes ou não estarem dispostas a honrar seus compromissos. Qualquer desses acontecimentos pode prejudicar a negociação das ações de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e o financiamento de suas operações no futuro, seja em termos aceitáveis ou absolutos.

Portanto, o Brasil está sujeito a acontecimentos que incluem, por exemplo: (i) a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos; (ii) o conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que desencadeou a invasão pela Rússia em determinadas áreas do território ucraniano, dando início a uma crise militar e geopolítica com reflexos mundiais; (iii) a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China; e (iv) crises na Europa e em outros países, que afetam a economia global, que estão produzindo e/ou poderão produzir uma série de efeitos que afetam, direta ou indiretamente, os mercados de capitais e a economia brasileira, incluindo as flutuações de preços e títulos de empresas cotadas, menor disponibilidade de crédito, deterioração da economia global, flutuação em taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

A concentração bancária no Brasil pode prejudicar a disponibilidade e o custo do crédito.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária 2019, divulgado pelo Banco Central do Brasil, em 2020, os cinco maiores bancos brasileiros — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica, Itaú e Santander — concentravam 77,6% dos ativos totais, o que fez com que o Brasil figurasse no grupo de países com os sistemas bancários mais concentrados do mundo. A título de comparação, em 2006, a concentração era de 60%.

Essa concentração pode afetar a concorrência, com possíveis efeitos sobre taxas bancárias e outros preços. Adicionalmente, um eventual problema de relacionamento com um dos bancos pode afetar a capacidade de financiamento da Companhia e de suas Controladas.

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações de emissão da Companhia, envolve frequentemente um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissores em determinados outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, incluindo:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode garantir que haverá um mercado líquido, o que pode limitar a capacidade do respectivo investidor de vender as ações ordinárias de sua emissão pelo preço e no momento desejados.

Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou seu eventual sucessor pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade dos acionistas de venderem seus ativos ao preço e momento desejados. Além disso, o preço das ações alienadas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais além do controle da Companhia.

Qualquer rebaixamento da classificação de risco do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pela Standard and Poor's, Moody's e Fitch – as três principais agências de rating dos Estados Unidos. A Standard and Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de "BBB-" para "BB+" em setembro de 2015, que foi rebaixada para o "BB" em fevereiro de 2016, e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora da situação de crédito. Em janeiro de 2018, a Standard and Poor's rebaixou a classificação do Brasil de "BB" para "BB-". Em dezembro de 2015, a Moody's classificou a dívida soberana do Brasil como Baa3, que foi revista em fevereiro de 2016 para Ba2, com perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração do endividamento brasileiro do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o "BB+", com perspectivas negativas, em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento no Brasil e recessão pior do que a esperada, e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o "BB", com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil novamente para "BB-", com base, entre outras razões, no déficit fiscal, aumento da dívida pública e incapacidade do governo brasileiro de implementar as reformas necessárias para melhorar as contas públicas. A Fitch também rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para "BB-", com perspectiva negativa, em maio de 2020, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiros e os riscos de piora para ambas as dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre a duração e intensidade da pandemia de COVID-19.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do Real em relação ao dólar norte-americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com as políticas que vierem a ser adotadas pelo governo brasileiro.

Na data deste Formulário de Referência, a classificação de crédito soberana do Brasil é avaliada abaixo do grau de investimento pela Standard and Poor's, Moody's e Fitch. Como resultado, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores,

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem resultar em novos rebaixamentos. Qualquer novo rebaixamento das classificações de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Interrupções inesperadas nos equipamentos da Companhia podem gerar redução ou paralisação da produção.

Interrupções inesperadas no processo produtivo das principais plantas industriais da Companhia podem aumentar seus custos de produção e reduzir suas receitas e suas margens. Essas interrupções podem advir de (i) falhas imprevisíveis ou periódicas em equipamentos essenciais ao processo produtivo da Companhia, como parques reatores de resinas, plantas de formol e máquinas de corte e conformação de tubos; (ii) determinação de órgão da administração pública; e/ou (iii) eventos inesperados, como incêndios, explosões ou condições climáticas severas. A Companhia experimentou no passado e pode experimentar no futuro períodos de paralisações ou produção reduzida em suas instalações industriais. Interrupções do processo produtivo da Companhia podem afetar negativamente sua produtividade e seus resultados operacionais. Além disso, qualquer interrupção do processo produtivo pode exigir que a Companhia tenha de dispender recursos adicionais que podem ser expressivos para remediar o evento que motivou tal interrupção, o que pode reduzir o caixa disponível para o financiamento de suas operações e investimentos. Além disso, longas interrupções no processo produtivo da Companhia podem comprometer sua capacidade de honrar com suas obrigações perante seus clientes, resultando em perdas de negócio e afetando seus negócios, resultados operacionais, operações, fluxos de caixa e situação financeira.

A Companhia pode apresentar receitas menores em caso de desaceleração de mercado.

Praticamente toda a receita da Companhia advém exclusivamente de suas operações no Brasil, que recentemente apresentou fracas condições macroeconômicas e que continua a enfrentar desafios. O agravamento das condições econômicas e das taxas de emprego no Brasil pode reduzir a produção e demanda dos produtos das Controladas da Companhia e, consequentemente, afetar adversa e materialmente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Aumentos nos preços das matérias-primas ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

As matérias-primas utilizadas pela Companhia em suas atividades, como metanol, ureia, aço, zinco, melamina e fenol, representaram, nos últimos três anos, cerca de 80% do custo de produção da Companhia. Os preços em questão são determinados por um conjunto de fatores, incluindo preços praticados internacionalmente, além da oferta, demanda e custos de transporte. Assim, a escassez dessas matérias-primas no mercado interno pode afetar adversamente a capacidade de produção da Companhia, assim como aumentos nos preços das matérias-primas podem reduzir as margens de lucro da Companhia.

Novos entrantes internacionais e verticalização de produção

A atratividade do setor de painéis de madeiras no Brasil pode suscitar a entrada de novos produtores internacionais e com maior escala, acirrando a concorrência e competitividade no setor, impactando o desempenho de vendas da Companhia no segmento químico. Adicionalmente, a possibilidade de verticalização, por parte de produtores de painéis de madeira, pode afetar a participação de mercado e a capacidade de crescimento da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de inadimplemento de seus clientes.

A Companhia está sujeita ao risco de descumprimento, por seus clientes, de suas obrigações contratuais, incluindo suas obrigações pecuniárias. Caso não seja capaz de avaliar adequadamente o risco de inadimplemento de seus clientes, a Companhia pode sofrer com um aumento dos níveis de inadimplemento por parte de seus clientes, o que pode afetar sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas Controladas estão expostas envolvem, principalmente, (i) riscos de taxas de juros, (ii) riscos cambiais, (iii) riscos de liquidez e (iv) riscos de crédito, conforme abaixo destacados.

a) Riscos de taxas de juros

Os empréstimos contraídos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia e suas controladas poderão incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de juros que impactem seus fluxos de caixa e aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzam o ganho com suas aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos em moeda doméstica consolidado da Companhia totalizava R$ 245,5 milhões, dos quais R$ 33,2 milhões estão indexados à Taxa TJLP e R$ 212,3 milhões estão indexados à Taxa CDI.

Em linha com a Instrução CVM n° 475/08, o risco de mercado relacionado à taxa de juros foi cotejado estimando-se um cenário provável de variação das taxas CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022		
	Cenário real	Cenário I	Cenário II
Exposição de passivos a taxa de juros			
Passivos, líquidos, atrelados à TJLP	33.153	33.153	33.153
Passivos, líquidos, atrelados ao CDI	245.520	245.520	245.520
Taxa em 31 de dezembro de 2022			
TJLP	6,78%	8,47%	10,17%
CDI	12,39%	15,49%	18,59%
Taxa estimada conforme cenários de stress			
TJLP	7,46%	9,32%	11,18%
CDI	13,63%	17,04%	20,44%
Diferença entre as taxas			
TJLP	0,68%	0,85%	1,02%
CDI	1,24%	1,55%	1,86%
Aumento do passivo	3.267	4.083	4.900

b) Riscos cambiais

Decorrem da possibilidade da Companhia e suas Controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em dólar, no montante de R$ 23,1 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em R$ de instrumentos atrelados a moeda estrangeira		
Ativos		
Contas a receber em USD	**21.946**	39.127
Importações em andamento em USD	**2.084**	13.004
Passivos		
Empréstimos em USD		
Indexados ao USD	**(17.834)**	(50.340)
Contas a pagar em USD	**(29.295)**	(32.624)
Exposição líquida	**(23.098)**	(30.833)

Em linha com a Instrução CVM n° 475/08, segue demonstrada abaixo análise de sensibilidade relativa à exposição cambial líquida ao dólar americano em relação ao real. Para o cenário I, foi considerada a cotação de R$ 5,739 por US$ 1,00, aumento de 10% sobre a cotação de 31 de dezembro de 2022. Para o cenário II, foi considerada a cotação de R$ 4,696 por US$ 1,00, redução de 10% sobre a cotação de 31 de dezembro de 2022.

	Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022		
	Real	**Cenário I - aumento de 10%**	**Cenário II - redução de 10%**
Exposição cambial líquida (indexada ao USD)	(23.098)	(23.098)	(23.098)
Taxa do US$ em 31 de dezembro de 2022	5,218	5,218	5,218
Taxa cambial estimada conforme cenários de stress		5,739	4,696
Diferença entre as taxas		0,522	(0,522)
Ganho (perda)		(2.310)	2.310

c) Riscos de liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com suas obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como o saldo de fornecedores, empréstimos, financiamentos, salários, provisões e encargos sociais a recolher e outros passivos.

Adicionalmente, a administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Totais
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores - terceiros	**65.022**	**384**	**1.536**	**2.305**	**14.313**	**83.560**
Empréstimos - terceiros	**52.696**	**54.928**	**73.449**	**14.650**	**122.973**	**318.696**
Passivo de arrendamento	**1.289**	**1.289**	**6.311**	**2.861**		**11.750**
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	**20.509**	**18.038**	**29.631**	**37.372**	**5.255**	**110.805**
	139.516	**74.639**	**110.927**	**57.188**	**142.541**	**524.811**
Em 31 de dezembro de 2021						
Fornecedores - terceiros	100.102	412	1.153	1.713	14.913	118.293
Empréstimos - terceiros	102.556	84.251	113.085	31.693	28.079	359.664
Passivo de arrendamento	1.516	1.137	6.067	4.966		13.686
Impostos e contribuições a recolher - parcelamento	21.695	20.466	49.960	30.679	12.816	135.616
	225.869	106.266	170.265	69.051	55.808	627.259

d) Riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes da inadimplência de seus clientes, de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa ou contrapartes de seus instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas estão expostas a tais riscos em suas atividades operacionais (principalmente em relação às contas a receber de clientes) e de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros, o que pode afetar negativamente as operações, condição financeira e resultados operacionais.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela administração, bem como a utilização de limites de crédito é monitorada regurlamente.

A Companhia aplica a abordagem simplificada para registrar provisões para perdas estimadas de crédito conforme estabelecido pelo IFRS 9, permitindo o uso da provisão de perda esperada ao longo da vida útil para todas as contas a receber e ativos relacionados a contratos com clientes.

Seguem abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 referentes a valores acumulados em diversos exercícios e a provisão de perda determinada, conforme indicado a seguir:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	A vencer	Vencidos até 180 dias	Vencidos acima de 180 dias	Total
Em 31 de dezembro de 2022				
Taxa de perda esperada	**0,9**	**0,3**	**66,7**	**1,8**
Valor bruto - Contas a receber	**280.088**	**26.052**	**4.857**	**310.998**
Provisão para perdas esperadas	**(2.424)**	**(78)**	**(3.241)**	**(5.743)**
Em 31 de dezembro de 2021				
Taxa de perda esperada	1,3	0,3	65,5	2,3
Valor bruto - Contas a receber	228.383	25.881	4.394	258.658
Provisão para perdas esperadas	(3.051)	(87)	(2.878)	(6.016)

A movimentação da perda esperada para as contas a receber está demonstrada conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**6.016**	4.678
Adições, líquidas, na estimativa de perdas esperadas	**17**	1.626
Valores recuperados	**(290)**	(288)
Saldo final	**5.743**	6.016

e) Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefício às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Seguem abaixo os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	**31/12/2022**	31/12/2021
Empréstimos e Financiamentos	**19.406**	17.959	**296.507**	335.509
Impostos Parcelados	**1.169**	1.177	**110.805**	135.616
Caixa e Equivalentes de Caixa	**(2.764)**	(2.854)	**(198.753)**	(97.947)
Dívida Líquida	**17.811**	16.282	**208.559**	373.178
Patrimônio Líquido	**570.700**	437.742	**688.017**	529.733
Índice de Alavancagem Financeira	**3,12%**	3,72%	**30,31%**	70,45%

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas Controladas eram partes em processos judiciais e administrativos relativos a questões legais e administrativas de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental.

Para fins deste item 4.4. do Formulário de Referência, foram considerados como processos individualmente relevantes aqueles que possam vir a impactar: (i) de forma negativa o patrimônio ou os negócios da Companhia e/ou suas Controladas, pelo critério de materialidade; ou (ii) negativamente a imagem ou a operação da Companhia e/ou suas Controladas.

Com relação à materialidade, foram considerados processos com contingência passiva com valor superior a 5% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2022, constante das demonstrações financeiras, auditadas e aprovadas pela assembleia geral ordinária da Companhia, realizada em 28 de abril de 2023 , no valor de R$ 570.700.000,00 (quinhentos e setenta milhões e setecentos mil reais), ou seja, materialidade superior a R$ 28.535.000,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e trinta e cinco mil reais).

A Companhia e suas Controladas são partes em aproximadamente 480 (quatrocentas e oitenta) ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais.

Nessa mesma data estava provisionado no Balanço da Companhia o valor de R$ 24.612.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e doze mil reais) para fazer face às perdas prováveis, sem prejuízo das ações e processos cujas perdas não são passíveis de estimativa de valor.

Processos Administrativos

(i) Tributários:

1 – Processo administrativo n.º 16045.720026/2016-67	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal – Ribeirão Preto.
b. instância	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
c. data de instauração	14/09/2016.
d. partes do processo	Impugnante: Apolo Tubulars S.A. Impugnada: Secretaria da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 39.520.556,11 em dezembro de 2022.
f. principais fatos	Impugnação a Auto de Infração lavrado para cobrança de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF relativamente aos anos-calendário de 2010 a 2013, bem como de multa isolada pela suposta falta de recolhimento das estimativas do IRPJ relativas aos meses de outubro de 2012 e janeiro de 2013, além de multa de lançamento de ofício proporcional de 150% e juros de mora.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de 1ª Instância: Em 29/03/2017 foi julgada parcialmente procedente a impugnação apresentada, afastando o agravamento da multa de ofício (reduzindo o percentual da multa de lançamento de ofício proporcional de 150% para 75%) com relação ao IRPJ, CSLL e IRRF, relativamente à parte das despesas objeto da autuação.
h. estágio do processo	Aguarda-se distribuição e julgamento do Recurso Voluntário no CARF.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode impactar negativamente o patrimônio da Apolo Tubulars S.A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item "e".
l. valor provisionado, se houver	Não há.

2 – Processo administrativo n.º 10711.721861/2021-03	
a. juízo	Delegacia da Receita Federal – Ribeirão Preto.
b. instância	1ª Instância Administrativa.
c. data de instauração	06/12/2021.
d. partes do processo	Impugnante: Apolo Tubulars S.A. Impugnada: Secretaria da Receita Federal do Brasil.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 35.081.007,43 em dezembro de 2022.
f. principais fatos	Impugnação ao Auto de Infração visando a cobrança de suposta diferença de Imposto de Importação - II, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI Vinculado à Importação, PIS-Importação, COFINS-Importação, todos acrescidos de multa de ofício de 75% e juros de mora, além de multa equivalente a 100% da diferença entre o preço declarado e o preço arbitrado de luvas de aço carbono importadas, objetos da Declaração de Importação 21/1680351-8.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão de 1ª Instância: Em 24 de outubro de 2022 foi julgada procedente a Impugnação apresentada, cancelando integralmente o crédito tributário em discussão.
h. estágio do processo	Aguarda-se distribuição e julgamento do Recurso de Ofício no CARF.
i. chance de perda	Remota.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode impactar negativamente o patrimônio da Apolo Tubulars S.A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item "e".
l. valor provisionado, se houver	Não há.

(ii) Ambientais:

1 – Inquérito Civil n.º 0701.22.001770-4	
a. juízo	Ministério Público.
b. instância	01ª Promotoria de Justiça de Uberaba/MG.
c. data de instauração	27/04/2023.
d. partes do processo	Autor: Ministério Público 1ª Promotoria de Justiça de Uberaba. Ré: GPC Química.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 243.356,96 em janeiro de 2023 (decorrente do somatório da multa diária aplicada, a qual encontrava-se suspensa em janeiro de 2023).
f. principais fatos	Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir do Auto de Infração nº 3245/2022, lavrado por emissões acima do limite permitido pela legislação vigente.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. estágio do processo	Em tratativas para eventual celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”).
i. chance de perda	Provável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo em referência é considerado individualmente relevante, uma vez que aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente à GPC Química, pode afetar negativamente a imagem e operação da GPC Química e/ou da Companhia.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item "e" e/ou celebração de TAC.
l. valor provisionado, se houver	R$ 243.356,96.

Processos Judiciais

(i) Cíveis:

1 – Processo n.º 0162135-63.2014.8.19.0001	
a. juízo	6ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	15 de maio de 2014.
d. partes do processo	Autora/Reconvinda: GPC Química S.A. Ré/Reconvinte: Companhia Ultragaz S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	(a) R$ 86.273.000,00 em dezembro/2022 (ação principal); (b) Não é possível quantificar o valor na atual fase processual da reconvenção.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória buscando reaver os prejuízos causados pela Ré Ultragaz à GPC Química em razão do descumprimento do Contrato de Fornecimento de Dimetil Éter e Outras Avenças (por ter a Ultragaz deixado de cumprir com as aquisições mínimas do produto que havia sido contratualmente estipulada), celebrado entre as partes em novembro de 2007. Em 20 de outubro de 2014 a Ultragaz apresentou Reconvenção para requerer o pagamento de indenizações por alegados danos materiais, lucros cessantes e danos morais, bem como multas contratuais decorrentes do suposto inadimplemento do contrato pela GPC Química. Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 12 de julho de 2023.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A.
h. estágio do processo	Aguardando sentença de primeira instância.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode afetar negativamente o patrimônio da GPC Química e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios. No caso de êxito da ação, a GPC Química receberá o valor pleiteado.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de improcedência da ação principal, a GPC Química não receberá os recursos referidos no item "e", alínea "a", acima, podendo ser condenada, ainda, ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência. Em caso de procedência da reconvenção, a GPC Química pode ser condenada ao pagamento total ou parcial das

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	verbas pleiteadas pela Reconvinte Ultragaz, as quais não podem ser quantificadas na atual fase processual.
l. valor provisionado, se houver	Não há.

2 – Processo n.º 5002042-17.2017.4.04.7008	
a. juízo	1ª Vara Federal de Paranaguá/PR.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	21 de julho de 2005.
d. partes do processo	Autor: Instituto GT3 – Grupo de Trabalho do Terceiro Setor. Ré: GPC Química S.A., Sociedad Naviera Ultragas Ltda., Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, Arauco do Brasil S.A., Cattalini Terminais Marítimos S.A., Hexion Química do Brasil Ltda., Instituto Água e Terra – IAT/PR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Methanex Chile AS, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro e União.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 71.811.556,35, em dezembro/2022.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública buscando a reparação dos danos ambientais decorrentes da explosão do Navio NT Vicuña, em 15 de novembro de 2004, no Porto de Paranaguá/PR, que resultou no derramamento de óleo combustível, óleos lubrificantes e carga a bordo no meio ambiente. A Autora requereu (i) a implementação de todos os meios necessários para a limpeza e recuperação da área degradada; (ii) o monitoramento da área degrada às expensas dos Réus; e (iii) a condenação dos Réus ao pagamento de indenização pelos danos ambientais e morais suportados. A GPC Química foi incluída no polo passivo do processo na qualidade de adquirente da carga transportada no Navio NT Vicuña. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça, em 25 de outubro de 2017, no âmbito do julgamento dos Recursos Especiais n.º 1.596.081/PR e 1.602.106/PR, pela sistemática dos Recursos Representativos de Controvérsia, fixou a tese de que as empresas adquirentes da carga transportada pelo Navio Vicunã no momento de sua explosão, no Porto de Paranaguá/PR, em 15 de novembro de 2004, não respondem pela reparação dos danos alegadamente suportados por pescadores da região atingida, haja vista a ausência de nexo causal a ligar tais

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	prejuízos (decorrentes da proibição temporária da pesca) à conduta por elas perpetrada (mera aquisição pretérita do metanol transportado). O trânsito em julgado foi certificado em ambos os recursos repetitivos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Em 26 de abril de 2021, foi proferida sentença de improcedência dos pedidos em face da GPC Química e outros réus. Por outro lado, alguns Réus foram condenados de forma subsidiária e solidária a reparar danos ambientais havidos. Embargos de Declaração: Em 1º de agosto de 2021 foram julgados parcialmente procedente para retificar apenas o erro material no tocante à equívoco na grafia do nome da GPC Química.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento das Apelações interpostas em 06/12/2021.
i. chance de perda	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode afetar negativamente o patrimônio da GPC Química e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Não há.

3 – Processo n.º 5003296-25.2017.4.04.7008	
a. juízo	1ª Vara Federal de Paranaguá/PR.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	15 de janeiro de 2009.
d. partes do processo	Autora: Associação dos Proprietários de Barcos de Turismo e Transporte do Estado do Paraná. Ré: GPC Química S.A., Naviera Ultranav Ltda., Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, Arauco do Brasil S.A., Cattalini Terminais Marítimos S.A., Chubb Seguros Brasil S.A., Hexion Química do Brasil Ltda., Estado do Paraná, Instituto Água e Terra – IAT/PR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e União.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.000,00 (valor de alçada em indenização a ser arbitrada).
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Reparação de Danos buscando o ressarcimento pelos danos materiais suportados por donos de 27 embarcações, em razão da proibição de atividades de recreio e pesca na Baía de Paranaguá, imposta pelo Instituto Ambiental do Paraná e pelo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	IBAMA, em razão do derramamento de óleo combustível, óleos lubrificantes e carga a bordo do Navio NT Vicuña que explodiu em 15 de novembro de 2004. A GPC Química foi incluída no polo passivo do processo na qualidade de adquirente da carga transportada no Navio NT Vicuña. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça, em 25 de outubro de 2017, no âmbito do julgamento dos Recursos Especiais nº 1.596.081/PR e 1.602.106/PR, pela sistemática dos Recursos Representativos de Controvérsia, fixou a tese de que as empresas adquirentes da carga transportada pelo Navio Vicunã no momento de sua explosão, no Porto de Paranaguá/PR, em 15 de novembro de 2004, não respondem pela reparação dos danos alegadamente suportados por pescadores da região atingida, haja vista a ausência de nexo causal a ligar tais prejuízos (decorrentes da proibição temporária da pesca) à conduta por elas perpetrada (mera aquisição pretérita do metanol transportado). O trânsito em julgado foi certificado em ambos os recursos repetitivos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença: Em fevereiro de 2022, foi declarada a prescrição da pretensão de reparação civil perseguida na ação e extinguindo o feito com julgamento do mérito.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação interposto pela autora em março de 2022.
i. chance de perda	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual decisão contrária pode afetar negativamente o patrimônio da GPC Química S/A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento de eventual indenização em valor a ser fixado em sede de liquidação de sentença, na hipótese de condenação da GPC Química S.A..
l. valor provisionado, se houver	Não há.

(ii) Tributários:

1 – Processo Judicial nº 0521948-25.2007.4.02.5101	
a. juízo	2ª Vara Federal de Execuções Fiscais do Rio de Janeiro.
b. instância	1ª instância.
c. data de instauração	25/10/2007.
d. partes do processo	Exequente: União Federal. Ré: Apolo Tubos e Equipamentos S/A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 36.877.057,58 em outubro de 2007.
f. principais fatos	Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social – COFINS – e Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, consubstanciados nas Certidões de Dívida Ativa n.º 70.3.07.000068-85, 70.6.07.010747-97 e 70.7.07.000926-24, respectivamente, todas relativas ao processo administrativo n.º 15374-001.965/2006-42. Execução suspensa desde 2015 em razão de adesão a parcelamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão: Em 22 de janeiro de 2015 foi determinada a suspensão da Execução Fiscal tendo em vista a adesão ao parcelamento noticiada nos autos pela Apolo Tubos.
h. estágio do processo	Parcelamento, aderido em 2015.
i. chance de perda	Prejudicado ante a adesão a parcelamento da Lei n.º 11.941/2009.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Eventual não cumprimento do parcelamento pode afetar negativamente o patrimônio da Apolo Tubos e Equipamentos S/A. e, indiretamente, da Companhia e/ou seus negócios.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Cobrança do saldo devedor atualmente de R$ 16.341.260,38, acrescido de todas as reduções concedidas no parcelamento especial, devidamente corrigidas
l. valor provisionado, se houver	Não há.

(iii) Ambiental:

1 – Processo Judicial n.º 0004362-46.2023.8.16.0025	
a. juízo	1ª Vara Cível de Araucária/PR.
b. instância	1ª Instância.
c. data de instauração	08/05/2023.
d. partes do processo	Promovente: Ministério Público de Araucária. Promovidas: GPC Química S/A e Hidropel Hidrogeologia e Perfurações Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.137.200,00 em maio de 2023.
f. principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública buscando a reparação por danos causados ao meio ambiente, tendo em vista alegada ocorrência de poluição em corpo hídrico causada pela perfuração de um poço artesiano realizada pela Hidropel nas dependências da GPC Química, na qual utilizava-se o produto químico Lauril Eter Sulfato de Sódio.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	N/A.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. estágio do processo	Em 24/05/223 a GPC Química foi citada. Aguardando início do prazo para apresentação de defesa.
i. chance de perda	Provável
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	O processo em referência é considerado individualmente relevante, uma vez que aborda matéria que, caso decidida desfavoravelmente à GPC Química e/ou à Companhia, pode afetar negativamente sua imagem e patrimônio.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor referido no item “e”.
l. valor provisionado, se houver	Não há.

Processos Trabalhistas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos trabalhistas que fossem considerados materialmente relevantes.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, o valor provisionado para os processos individualmente relevantes descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência era de R$ 243.356,96, cabendo ressaltar que foi provisionado no presente exercício (2023) o valor de R$ 1.137.200,00, relativamente ao Processo Judicial n.º 0004362-46.2023.8.16.0025.

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não há processos relevantes que não tenham sido previamente revelados.

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas aderiram a programas de parcelamentos ordinários e especiais nos âmbitos federal e estadual para o pagamento de tributos em cobrança administrativa e judicial, sendo que determinadas adesões contaram com decisões judiciais e administrativas favoráveis para garantir a adesão. Alguns destes parcelamentos contemplaram prejuízos fiscais acumulados os quais ainda requerem homologação perante à RFB / PGFN. Em 31 de dezembro de 2022, os saldos devedores totais desses parcelamentos eram de R$ 79,5 milhões no âmbito federal e de R$ 31,4 milhões no âmbito estadual.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos e gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos e riscos de mercado. Contudo, a Companhia vivencia riscos operacionais ligados às atividades de suas controladas. A fim de gerir tais situações, a Administração da Companhia e de suas controladas atua de forma a dirimir os impactos em questão, sempre em consonância aos poderes estabelecidos nos respectivos Estatutos Sociais.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não se aplica, já que a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

As principais práticas de controles internos da Companhia e de suas controladas se dão de forma a assegurar o fiel cumprimento das normas e atribuições de poderes estabelecidas nos respectivos Estatutos Sociais, incluindo a adoção de Programa de Integridade e Conformidade e Código de Ética e Conduta.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observadas as deliberações tomadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, além das disposições legais e estatutárias pertinentes.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Gerência de Finanças e Controles em conjunto com a Auditoria Externa.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O ambiente de controles internos foi avaliado por uma auditoria independente e os tópicos foram elencados em Relatório Circunstanciado. A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relacionados às demonstrações financeiras e concluiu que os controles internos fornecem conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação e elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados efetivos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os diretores da Companhia, na busca pelo aprimoramento contínuo de seus processos de controle, avaliaram as recomendações com base na relevância, na probabilidade e na possível magnitude de distorções reportadas pelo auditor independente e consideraram que os planos de ação definidos estão adequados para a correta implementação.

5.3 Programa de integridade

a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados pela Companhia, aplicáveis a todos os Administradores, Empregados e Terceiros, bem como quaisquer outros que atuem em nome da Companhia, que mantenham ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia, visando assegurar que os negócios sejam conduzidos à luz das normas legais, da ética e integridade, seguindo as melhores práticas de governança são:

i) **Código de Ética e Conduta:** cuja finalidade é orientar quanto à conduta esperada daqueles que atuam em nome da Companhia e reforçar que a Companhia não é conivente com práticas de suborno ou corrupção;
ii) **Leis Anticorrupção:** Todas as Leis Brasileiras ou Estrangeiras, incluindo, mas não limitada ao Código Penal Brasileiro, Lei da Empresa Limpa (Lei 12.846/2013) e seu respectivo Decreto Regulamentador (11.129/2022), Foreign Corrupt Practices Act - FCPA, Sarbanes-Oxley Act, UK-Anti Bribery Act, entre outras;
iii) **Departamento de *Compliance*:** responsável pela investigação e tratamento de potenciais descumprimentos de disposições legais, regulamentos, políticas e códigos internos, fraude ou erro daqueles que exercem atividades para ou em nome da Companhia;
iv) **Treinamento de *Compliance:*** realizado periodicamente para 100% de seus empregados/administradores, com o objetivo de incentivar a adesão ao Programa de *Compliance*, bem como prevenir, detectar ou remediar potenciais ocorrências de violações ao Código de Ética e Conduta ou legislação correlata;
v) ***Due Diligence* de Terceiros**: para contratação de fornecedores ou prestadores de serviços deve ser realizada pesquisa prévia a fim de identificar a existência de inconformidades capazes de inviabilizar a contratação;
vi) **Canal de Denúncia**: a Companhia possui Canal de Denúncia terceirizado e independente, garantido o anonimato se assim o denunciante desejar, disponível 24 horas.

Ademais, os riscos são reavaliados periodicamente e os procedimentos e as práticas adaptados conforme necessário.

ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Compete ao Departamento de Compliance, instituído pela Diretoria Executiva da Companhia, monitorar a eficiência e o funcionamento da efetividade do Programa de Compliance, apresentando aos membros do Conselho de Administração da Companhia relatórios periódicos acerca da origem, quantidade, natureza, classificação do risco e diagnóstico das denúncias recebidas pela Companhia e/ou sociedades por ela controladas, com resumo dos fatos relatados, a penalidade aplicada quando cabível e justificativa correlata.

iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5.3 Programa de integridade

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;*

A Companhia possui Código de Ética e Conduta formalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021, o qual se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, bem como terceiros que atuem em nome da Companhia ou que mantenham, ou queiram manter, relações comerciais com a Companhia.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;*

Os treinamentos de *compliance* são aplicados anualmente a todos os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretoria e empregados.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;*

As sanções disciplinares aplicáveis estão previstas no Item 9 do Código de Ética e Conduta e na legislação vigente, podendo ser aplicada advertência por escrito, suspensão, destituição, término do vínculo empregatício ou da relação contratual de negócios, conforme o caso.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

O Código de Ética e Conduta da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de junho de 2021 e pode ser consultado no website da Companhia.

b) se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui canal de denúncia terceirizado e independente, disponível 24 horas, acessível tanto para empregados quanto para terceiros, sendo garantido o anonimato se assim o denunciante desejar. Os canais de denúncia (link e telefone de acesso) estão disponíveis no site da Companhia.

O Departamento de *Compliance* é o órgão competente para apuração dos fatos relatados na denúncia.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

A Companhia e seus administradores não cometeram fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

5.3 Programa de integridade

d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

As práticas da Companhia voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública e contra o público em geral estão descritas no Código de Ética e Conduta da Companhia.

5.4 Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, bem como em suas práticas de gerenciamento dos mesmos.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia julga não haver outras informações relevantes acerca de gerenciamento de riscos e controles internos.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

ANDREA PALHARES VASCONCELOS

016.694.037-26	Brasil	Sim	Não	16/05/2023	
Não					
3.249.615	3,683	0	0,000	3.249.615	3,457

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Antônio Eduardo Peixoto de Castro Palhares

016.694.067-41	Brasil	Sim	Não	31/01/2023	
Não					
959.535	1,087	0	0,000	959.535	1,021

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Antônio Joaquim Peixoto de Castro

986.324.697-20	Brasil	Sim	Não	31/01/2023	
Não					
968.455	1,098	0	0,000	968.455	1,030

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S/A

92.702.067/0587-80	Brasil	Não	Não	16/08/2021	
Não					
0	0,000	737.985	12,786	737.985	0,785

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

00.360.305/0001-04	Brasil	Não	Não	30/11/2021	
Não					
0	0,000	470.355	8,149	470.355	0,500

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CAMILA MARIA LODI PALHARES

083.569.457-71	Brasil	Sim	Não	12/03/2024	
Não					
763.864	0,866	0	0,000	763.864	0,813

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

CELINA CORREA PEIXOTO DE CASTRO PALHARES

016.694.077-13	Brasil	Sim	Não	31/01/2023	
Não					
1.198.655	1,358	0	0,000	1.198.655	1,275

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

CESAR AUGUSTO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES

013.050.107-79	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
150	0,000	0	0,000	150	0,000

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

EDUARDO DE FARIA

797.748.227-49	Brasil	Não	Não	20/10/2022	
Não					
6.497.500	7,363	0	0,000	6.497.500	6,911

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

Emílio Salgado Filho

629.291.947-15	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
808.635	0,916	0	0,000	808.635	0,860

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

Gurguéia Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento Exterior

36.021.733/0001-50	Brasil	Não	Não	28/04/2023	
Não					
8.298.800	9,405	300.000	5,198	8.598.800	9,146

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

HEITOR DIAS PALHARES NETO

024.093.007-07	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
541.810	0,614	0	0,000	541.810	0,576

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

Imobiliária Mondesir S/A

42.267.534/0001-29	Brasil	Não	Não	31/01/2023	
Não					
7.113.731	8,062	16.275	0,282	7.130.006	7,584

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

João Carlos Peixoto de Castro Palhares

094.484.117-15	Brasil	Sim	Não	16/05/2023	
Não					
900	0,001	0	0,000	900	0,001

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

João Pedro Silva Salgado

119.137.477-78	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
90.000	0,102	0	0,000	90.000	0,096

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

JORGE PAULO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES

016.694.097-67	Brasil	Sim	Não	16/05/2023	
Não					
3.266.025	3,701	0	0,000	3.266.025	3,474

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

JULIANA MARIA LODI PALHARES

053.787.557-35	Brasil	Sim	Não	12/03/2024	
Não					
763.864	0,866	0	0,000	763.864	0,813

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARCELO PRADEZ DE FARIA STALLONE

712.450.067-20	Brasil	Não	Não	31/01/2023	
Não					
7.464.400	8,459	0	0,000	7.464.400	7,940

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

MARIA CANDIDA BEHRING PALHARES

198.164.987-58	Brasil	Sim	Não	12/03/2024	
Não					
763.864	0,866	0	0,000	763.864	0,813

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MARIA HELENA PALHARES SALGADO

003.474.267-00	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
3.126.960	3,544	0	0,000	3.126.960	3,326

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

MONICA BEHRING PALHARES

008.979.207-67	Brasil	Sim	Não	12/03/2024	
Não					
249.498	0,283	0	0,000	249.498	0,265

Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
TOTAL	0	0.000		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES FILHO					
016.694.057-70	Brasil	Sim	Não	16/05/2023	
Não					
3.252.195	3,686	0	0,000	3.252.195	3,459
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Pedro Henrique Silva Salgado					
108.678.247-00	Brasil	Sim	Não	27/10/2022	
Não					
120.000	0,136	0	0,000	120.000	0,128
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
TAQUARI PARTICIPAÇÕES S/A					
53.536.132/0001-07	Brasil	Não	Não	07/01/2022	
Não					
0	0,000	1.003.922	17,394	1.003.922	1,068
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
0	0,000	365.381	6,330	365.381	0,389
OUTROS					
38.743.274	43,906	2.877.887	49,861	41.621.161	44,271
TOTAL					
88.241.730	100,000	5.771.805	100,000	94.013.535	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	8.805
Quantidade acionistas pessoa jurídica	501
Quantidade investidores institucionais	59

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

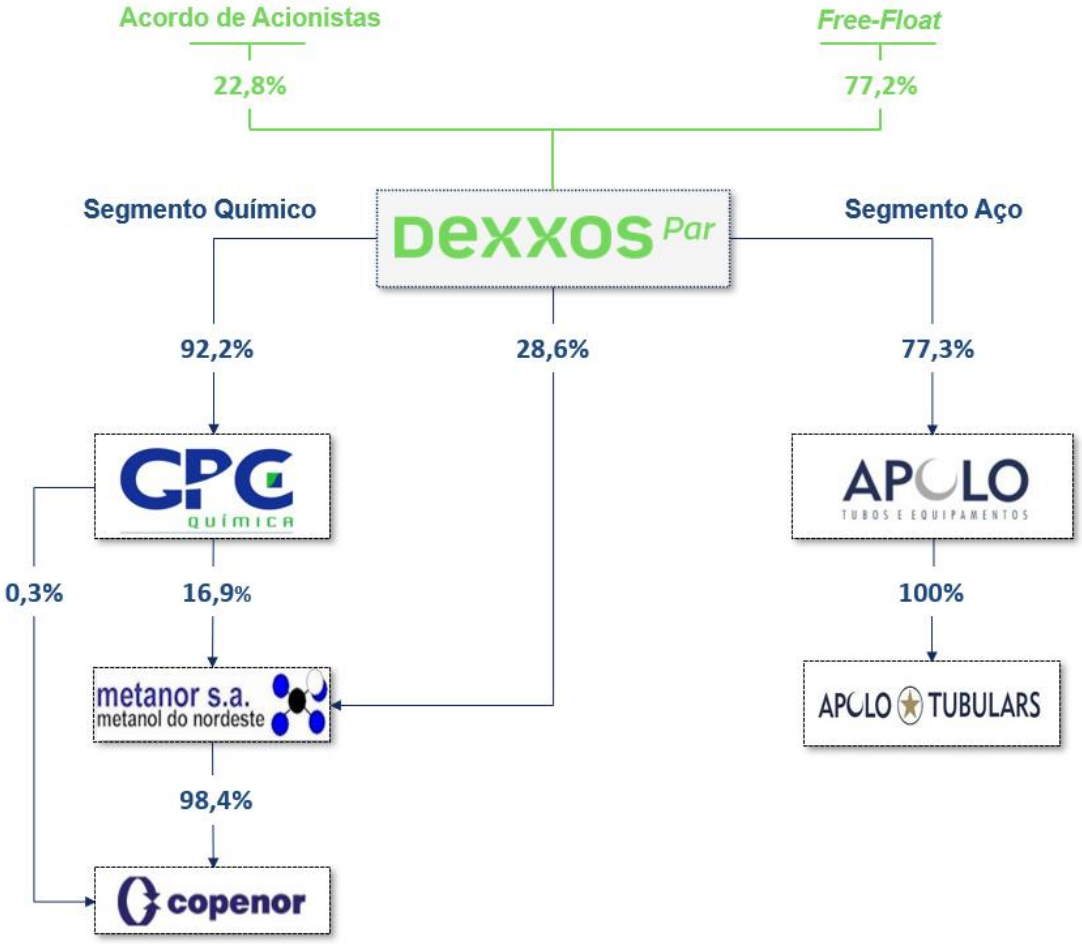
Quantidade ordinárias	88.241.730	100,000%
Quantidade preferenciais	5.406.424	93,670%
Total	93.648.154	99,611%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S/A	33.017.088/0001-03	48,74
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	16.234.627/0001-47	0,01
GPC QUÍMICA S.A.	90.195.892/0001-16	90,72
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	16.234.171/0001-15	28,614

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Organograma da Companhia com visão do capital votante:



6.6 Outras informações relevantes

Esclarecimentos adicionais ao Item 6.1

Após o decurso do prazo de vigência do Acordo de Acionistas da Companhia, celebrado em 27 de outubro de 1997 e aditado em 11 de abril de 2002 ("Acordo de Acionistas Original"), sem a sua renovação, os acionistas Andrea Palhares Vasconcelos, Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares, Emílio Salgado Filho, Heitor Dias Palhares Neto, João Carlos Peixoto de Castro Palhares, Jorge Paulo Peixoto de Castro Palhares, Maria Helena Palhares Salgado, Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares Filho, João Pedro Silva Salgado e Pedro Henrique Silva Salgado, celebraram novo acordo de acionistas em 27 de outubro de 2022 ("Acordo de Acionistas Vigente"), arquivado na sede da Companhia. Posteriormente aderiram ao Acordo de Acionistas Vigente os acionistas: i) Antônio Eduardo Peixoto de Castro Palhares, Antônio Joaquim Peixoto de Castro e Celina Correa Peixoto de Castro Palhares, pelo Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas celebrado em 31 de janeiro de 2023; e ii) Camila Maria Lodi Palhares, Juliana Maria Lodi Palhares, Maria Cândida Behring Palhares e Mônica Behring Palhares, pelo Termo de Adesão ao Acordo de Acionistas celebrado em 01 de março de 2024 ("Acionistas Aderentes"). Os atuais signatários do Acordo de Acionistas Vigente, considerando os Acionistas Aderentes, são titulares de aproximadamente 22,81% das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Esclarecimentos adicionais ao Item 7.3

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 10372.100137/2017-45 – PAS CVM RJ 2014/0591.

Com efeito, a referida condenação decorre do seguinte ato: o Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, por alegada infração de deliberar sobre regras em relação às quais tinha interesse próprio. Em razão dos atos mencionados, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional o Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares foi condenado ao pagamento de multa no valor total de R$100.000,00 (cem mil reais).

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado no âmbito do Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 – PAS CVM RJ 2017/1158.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional , por alegada infração de (i) votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2015, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); e por (ii) convocação e realização intempestiva da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social de 2015 condenado à receber advertência.

6.6 Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 19957.003052/2018-02 – PAS CVM RJ 2018/2150.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2016, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Com exceção do descrito acima neste item, não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração da Companha ocorre conforme o Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia, onde se define que o Conselho de Administração será composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujo Presidente e Vice-Presidente serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração na sua primeira reunião após a Assembleia Geral que elegeu seus membros.

Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

Adicionalmente, em caso de vacância (i) de qualquer cargo no Conselho de Administração adotar-se-á o procedimento previsto no Artigo 150 da Lei 6.404/76, e (ii) do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o cargo o Vice-Presidente.

b) Informar se há mecanismos de avaliação de desempenho

A Companhia não dispõe de mecanismos de avaliação de desempenho de conselhos, órgãos e comitês.

c) Informar regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Todas as operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e de estrito interesse da Companhia em sua realização, sempre em conformidade com a Lei 6.404/76.

A Companhia não adota um mecanismo específico para tratar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas na Lei 6.404/76. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo.

d) Relação de membros de cada órgão da administração:

a. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Identidade autodeclarada	Masculino	Feminino	Não-binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	3	0	0	0	2
Diretoria	2	0	0	0	0
Conselho Fiscal	4	0	0	0	0

b. Número total de membros, identidade autodeclarada de cor ou raça

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Identidade autodeclarada	Branco	Amarelo	Preto	Pardo	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	3	0	0	0	0	2
Diretoria	1	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal	4	0	0	0	0	0

c. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável.

d. Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não aplicável.

e. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A administração avalia constantemente a evolução dos mercados onde atua e da demanda de seus clientes, visando adequar e atualizar da maneira mais eficiente a sua capacidade instalada, sempre na busca pelo melhor retorno ao investimento realizado e em conformidade com as exigências ambientais para atender futuras necessidades de mercado.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	2
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**9**	**0**	**0**	**2**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	1	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 11	**0**	**8**	**0**	**0**	**0**	**0**	**3**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o estatuto social da Companhia. As atribuições do Conselho de Administração observam as disposições do Estatuto Social, conforme abaixo descrito, e de Regimento Interno próprio, aprovado em 16 de junho de 2021.

Conforme disposto no artigo 11 do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia será composto por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, cujo Presidente e Vice-Presidente serão eleitos pelo próprio Conselho de Administração na sua primeira reunião após a Assembleia Geral que elegeu seus membros. Ademais, os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo admitida a reeleição.

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação por carta-convite com aviso de recebimento, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência salvo manifesta urgência, devendo a convocação em qualquer caso indicar, além do local, data e hora da reunião, a matéria que será objeto de deliberação.

As reuniões do Conselho de Administração serão validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos seus membros em exercício e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião. Neste caso, os conselheiros que participarem remotamente da reunião deverão confirmar seu voto, antecipadamente ou em até 2 (dois) dias úteis após a realização da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico, dirigidos ao Presidente do Conselho de Administração, por meio de concordância expressa com a redação da ata que será assinada a posteriori, ou por meio da assinatura da ata da reunião em questão.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas e presididas pelo Presidente do Conselho ou, em sua falta, por seu substituto conforme o Parágrafo Sétimo do Estatuto Social da Companhia.

As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros do colegiado presentes à reunião, cabendo a quem presidir a reunião, além do voto pessoal, o de desempate. As reuniões do Conselho de Administração serão lavradas em atas no livro próprio.

Em caso de ausência ou impedimento eventual do Presidente do Conselho de Administração, o mesmo será substituído, primeiramente, pelo membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente e, na falta de tal indicação, pelo Vice-Presidente do Conselho ou, na ausência ou impedimento eventual deste, pelo membro do Conselho de Administração indicado pela maioria dos demais membros do Conselho de Administração presentes.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Em caso de vacância de qualquer cargo no Conselho de Administração adotar-se-á o procedimento previsto no Artigo 150 da Lei 6.404/76.

Em caso de vacância no cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o cargo o Vice-Presidente.

Adicionalmente, compete ao Conselho de Administração, órgão colegiado, responsável por definir a estratégia geral dos negócios da Companhia, além das matérias de sua competência legal e das previstas em outros dispositivos do Estatuto Social, suas funções estão previstas nos termos do Artigo 11 do Estatuto Social da Companhia.

b. **de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O emissor não possui política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome: Alberto Braune Barcellos Filho **CPF:** 667.475.707-15 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 28/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Alberto Braune Barcellos Filho é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de vasta experiência, exerceu funções de diretoria e gerência nas áreas Administrativa, Gestão Imobiliária, Controles e Planejamento.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		29/04/2024	Não	28/04/2023

Nome: CARLOS ROBERTO MAGALHÃES **CPF:** 341.865.307-34 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 15/05/1954

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Roberto Magalhães é presidente do conselho fiscal da Companhia. Executivo com mais de 40 anos de experiência, atuou na área de controladoria de empresas como BP British Petroleum e grupo Bungeamp;Borns. Atulmente é presidente do Conselho Fiscal da Dexxos Participações S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	28/04/2021

Nome: CID GABRIEL FERREIRA DE SAMPAIO **CPF:** 094.484.707-20 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/02/1945

Experiência Profissional: O Sr. Cid Gabriel Sampaio é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de vasta experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas como a Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	28/04/2021

Nome: Cid Nascimento Silva **CPF:** 267.467.787-20 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 29/10/1949

Experiência Profissional: O Sr. Cid Nascimento Silva é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado com job-leader em diversos projetos ligados ao setor de óleo e gás.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	28/04/2021

Nome: Frederico Átila Silva Neves **CPF:** 595.166.407-10 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 24/12/1957

Experiência Profissional: Nascido em 24 de dezembro de 1957, em 1980 graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em 1984 concluiu o curso de mestrado em Administração de Empresas na COPPEAD/UFRJ. Realizou diversos cursos de especialização nas áreas contábil e tributária e curso de extensão em direito processual tributário. Foi Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Mills Estruturas e Serviços S.A., onde atuou entre 1999 e 2015 e conduziu a abertura de capital no Novo Mercado, emissões públicas de debêntures e liderou a implantação do SAP. Foi Controller da SC Johnson, onde trabalhou entre 1989 e 1999 e anteriormente Gerente de Tesouraria no Montrealbank e Supervisor Financeiro da Swedish Match Brasil. Desde 2016 vem prestando consultoria e participando de operações de M&A em empresas de diferentes segmentos. Foi CFO da Greenpeople Indústria e Comércio de Alimentos de 2019 a 2020. Foi presidente do conselho fiscal da Smartcoat Serviços em Revestimento S.A., controlada pela Priner S.A., no período 2020/21 e desde 2022 é presidente do conselho fiscal da Westwing Comércio Varejista S.A., ambas listadas no Novo Mercado. Foi membro do conselho consultivo da HIRSA Sistemas de Automação e Controle.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/06/2023	29/06/2025	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		29/06/2023	Não	29/06/2023

Nome: George Abi-Rihan Cordeiro **CPF:** 665.172.817-20 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 07/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. George Abi-Rihan Cordeiro atua como Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Companhia. Executivo com mais de 30 anos de experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas como Unipar e Supervia. Atualmente é Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Dexxos Participações S.A., além de controller das empresas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2022	13/05/2025	Diretor de Relações com Investidores		13/05/2022	Não	19/10/2020

Nome: José Joaquim Geraldo Neto **CPF:** 044.084.117-87 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 26/12/1942

Experiência Profissional: O Sr. José Geraldo Neto é membro efetivo do conselho fiscal da Companhia. Executivo de grande experiência, foi gerente administrativo financeiro da GPC Química S.A., além de Diretor Superintendente da Meta Adm. e Serviços S/C LTDA. Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	06/05/2013

Nome: JULIO CEZAR CHIBATT **CPF:** 030.625.728-92 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 11/03/1961

Experiência Profissional: O Sr. Julio Cezar Chibatt é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado como controller de diversas empresas como Apolo Tubulars S.A. e Cheminova Brasil Ltda.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	28/04/2021

Nome: MARIO CRISTIANO BENFORD LEAL **CPF:** 785.716.937-49 **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 22/12/1959

Experiência Profissional: O Sr. Mario Cristiano Leal é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, tendo atuado como diretor financeiro da empresa Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2024	Não	28/04/2021

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho **CPF:** 832.328.697-34 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 18/07/1946

Experiência Profissional: O Sr. Omar Carneiro da Cunha Sobrinho é vice-presidente do conselho de administração da Companhia. Formado em Economia pela Universidade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, foi Presidente de empresas como Shell Brasil S.A., Billiton Metais S.A. e AT&T Brasil Ltda. É membro do Conselho de Administração da Energisa S/A desde 1998, além de ter ocupado diferentes cargos em empresas como Brookfield Incorporações S.A. e Grupo Libra. Adicionalmente, é Diretor Amcham Brasil (filial Rio) e membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/06/2023	29/06/2025	Vice Presidente Cons. de Administração Independente		29/06/2023	Não	11/01/2022

Nome: PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES **CPF:** 006.684.277-87 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 28/09/1946

Experiência Profissional: O Sr. Paulo Cesar Palhares é presidente do conselho de administração da Companhia. Executivo de vasta experiência, foi Diretor Presidente da Dexxos Participações S.A., membro do Conselho de Administração da Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A., além de diretor de diversas empresas como a Alplan S/A, Ind. Com. Chapas de Madeira, Apolo Produtos de Aço S.A. e GPC Ind. Com. Ltda. Atualmente é Presidente do Conselhos de Administração da Dexxos Participações S.A. e da GPC Química S.A., além de Vice Presidente do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/06/2023	29/06/2025	Presidente do Conselho de Administração Independente		29/06/2023	Não	29/11/2009

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Processos Administrativos	Processo Eletrônico 10372.100137/2017-45 – PAS CVM RJ2014/0591. Processo encerrado.

Processos Administrativos	Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 - PAS CVM RJ2017/1158. Processo encerrado.
Processos Administrativos	Processo Eletrônico 19957.003052/2018-02 - PAS CVM RJ2018/2150. Processo encerrado.

Nome: RAFAEL ALCIDES RAPHAEL **CPF:** 071.006.197-85 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/01/1976

Experiência Profissional: O Sr. Rafael Alcides Raphael atua como Diretor Presidente da Companhia. Executivo com mais de 25 anos de experiência, exerceu funções de alta gerência em empresas nacionais e multinacionais como Unisys e Koch Industries. Atualmente é Diretor Presidente das empresas Dexxos Participações S.A., GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/05/2022	13/05/2025	Diretor Presidente / Superintendente		13/05/2022	Não	13/05/2019

Nome: ROGERIO DA GAMA AZAMBUJA **CPF:** 606.663.827-00 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 17/09/1960

Experiência Profissional: O Sr. Rogério Azambuja é membro suplente do conselho fiscal da Companhia, possui formação em engenharia civil pela UFF e MBA em Finanças e Marketing pela PUC/RJ, tendo atuado na área financeira e na gestão de unidades de negócio nos segmentos de engenharia, petróleo, alimentação, varejo, transporte, logística, saúde e lazer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2024	Até a realização da AGO de 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		29/04/2024	Não	29/04/2024

7.4 Composição dos comitês

Nome: Aline de Freitas Santos da Costa **CPF:** 071.693.777-80 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 28/01/1993

Experiência Profissional: Gerente Administrativo e de Recursos Humanos da Controlada GPC Química S.A

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/2023	29/06/2024	COMITÊ ESG		29/06/2023	Não	25/05/2022

Nome: Andressa Leandro Siqueira **CPF:** 054.213.797-60 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 09/05/1982

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/2023	29/06/2024	COMITÊ ESG		29/06/2023	Não	25/05/2022

Nome: CARLOS EDUARDO DE SÁ BAPTISTA **CPF:** 100.638.977-68 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/12/1944

Experiência Profissional: O Sr. Carlos Eduardo de Sá Baptista é membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia. Executivo com mais de 40 anos de experiência no setor metalúrgico, possui vasto conhecimento de operação, implantação e montagem de projetos industriais, tendo sido diretor das empresas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. Atualmente, além de membro efetivo do Conselho de Administração da Dexxos Participações S.A., é Diretor Vice-presidente da ABITAM (Associação Brasileira da Indústria de Tubos e Acessórios de Metal), bem como membro do Conselho de Administração da Apolo Tubulars S.A. e da GPC Química S.A.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/2023	29/06/2024	COMITÊ ESG		29/06/2023	Não	25/05/2022

Nome: CESAR AUGUSTO PEIXOTO DE CASTRO PALHARES **CPF:** 013.050.107-79 **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 24/02/1970

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/05/2022	05/06/2023	COMITÊ ESG		25/05/2022	Não	25/05/2022

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
PAULO CESAR PEIXOTO DE CASTRO PALHARES	006.684.277-87	GPC PARTICIPAÇÕES S.A.	02.193.750/0001-52	
Presidente de Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares	006.684.437-15	APOLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S/A	33.017.088/0001-03	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

Observação

O Sr. Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares também é Presidente do Conselho de Administração da controlada GPC Química S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. O Sr. Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares também é membro do Conselho de Administração das controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubulars S.A.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, até a presente data, não existe nenhuma relação subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia mantém uma apólice de seguro de responsabilidade civil de Administradores e Diretores ("Seguro de D&O"), tendo como objetivo o ressarcimento a possíveis despesas incorridas pelos administradores da Companhia e de suas Controladas em decorrência de omissões ou atos culposos praticados no exercício de suas funções, conforme termos estabelecidos no clausulado da referida apólice.

O limite máximo de garantia relativo à apólice vigente é de R$ 20.000.000,00, sua vigência compreende o período entre 08/06/2022 e 08/06/2023 e sua abrangência é mundial.

Estão cobertos pelo Seguro de D&O, os administradores e principais executivos da Companhia, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas pelos mesmos, no melhor interesse da Companhia.

Os eventos que envolvam dolo ou má-fé por parte dos segurados estão excluídos do âmbito de cobertura do Seguro D&O.

Ademais, a Companhia busca sempre proporcionar a seus administradores condições para que atuem com a segurança necessária ao correto desempenho de suas atribuições e visando o melhor interesse da Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 10372.100137/2017-45 – PAS CVM RJ 2014/0591.

Com efeito, a referida condenação decorre do seguinte ato: o Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, por alegada infração de deliberar sobre regras em relação às quais tinha interesse próprio. Em razão dos atos mencionados, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional o Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares foi condenado ao pagamento de multa no valor total de R$100.000,00 (cem mil reais).

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado no âmbito do Processo Eletrônico 19957.002277/2017-52 – PAS CVM RJ 2017/1158.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional , por alegada infração de (i) votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2015, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); e por (ii) convocação e realização intempestiva da assembleia geral ordinária relativa ao exercício social de 2015 condenado à receber advertência.

Conforme descrito no item 7.3 deste Formulário de Referência, o Sr. Paulo Cesar Palhares foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no âmbito do Processo Eletrônico 19957.003052/2018-02 – PAS CVM RJ 2018/2150.

O Sr. Paulo César Peixoto de Castro Palhares, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, após julgamento de recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, por alegada infração de votar, indiretamente, pela aprovação das suas contas como administrador da Companhia referente ao exercício de 2016, foi condenado ao pagamento de multa pecuniária no valor total de R$315.000,00 (trezentos e quinze mil reais).

Com exceção do descrito acima neste item, não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui Política de Remuneração de Administradores formalizada. A prática de remuneração dos administradores adotada pela Companhia tem como objetivos (i) alinhar os interesses dos administradores e os objetivos da Companhia; (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração concedida aos administradores.

b) composição da remuneração:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao recebimento de remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, observado o limite global da remuneração determinado em Assembleia Geral Ordinária.

Os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis ao recebimento de remuneração variável através do PLIP.

Diretoria Não-Estatutária

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Diretores Não-Estatutários. Contudo, quando nomeados, os Diretores Não-Estatutários farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal fazem jus a uma remuneração fixa mensal e não eram elegíveis ao recebimento de benefícios e remuneração variável.

Comitês

8.1 Política ou prática de remuneração

Na Data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía Comitês instalados. Contudo, quando instalado, os membros dos Comitês farão jus apenas a uma remuneração fixa mensal.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

As remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária são definidas pelo próprio Conselho de Administração, após a aprovação da remuneração global dos administradores em Assembleia Geral.

A remuneração fixa é estabelecida com base no grau de responsabilidade do cargo ou função, nas experiências e qualificações individuais requeridas para o cargo ou função e nos valores médios adotados por sociedades que atuem no mesmo setor que a Companhia, sendo calculada em parcelas fixas mensais baseando-se em estudos de mercado. Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia. Não há parâmetros fixos definidos pela Companhia para a remuneração individual, contudo, é considerada a experiência profissional, o grau de responsabilidade de cada cargo e os valores médios competitivos ao mercado de trabalho para definição da remuneração fixa.

A remuneração variável dos diretores estatutários é estabelecida no Programa de Incentivo de Longo Prazo ("PILP") com base em metas e nos resultados da Companhia. A Companhia tem como objetivo reter profissionais qualificados através de metas correlacionadas com os resultados obtidos ao longo do ano vigente, considerando, ainda, a antecipação de pagamento em determinados eventos estabelecidos no PILP. A remuneração variável prevê o pagamento de remuneração variável com base na valorização das ações da Companhia ao longo do tempo.

(iii) Com que frequência e de que forma o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

Embora a Companhia não possua uma política formal de remuneração, o alinhamento da estrutura de remuneração às estratégias da Companhia é reavaliado periodicamente pela administração, sendo que as diretrizes adotadas pela Companhia em sua prática de remuneração, bem como os montantes a serem pagos, são discutidos pelo menos uma vez ao ano no Conselho de Administração, no âmbito da apreciação da proposta de remuneração da administração.

c) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total;

(i) ***Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles***

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não-Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	94%	100%	11%		
Remuneração Variável			86%		
Benefícios	6%		3%		
Cessação do Exercício do Cargo					
Remuneração Baseada em Ações					
Outros					
TOTAL	100%	100%	100%		

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não-Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	94%	100%	12%	-	-
Remuneração Variável	-	-	85%	-	-
Benefícios	6%	-	3%	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não-Estatutária**	**Comitês**
Remuneração Fixa Mensal	94,9%	100%	100%	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-	-
Benefícios	5,1%	-	-	-	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-

8.1 Política ou prática de remuneração

Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	-	-

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Remuneração fixa é determinada com base na prática de mercado, funções desempenhadas pelo administrador e dedicação ao cargo, tendo por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos administradores da Companhia, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do negócio da Companhia.

A remuneração variável tem por objetivo reter o pessoal qualificado e estimular a criação de valor de longo prazo para a Companhia pelo compartilhamento de resultados corporativos, quando e se tais resultados forem verificados.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, um membro da Diretoria Estatutária da Companhia renunciou à remuneração pertinente ao cargo, uma vez que este membro já é remunerado pelas contratadas pelos serviços prestados para controladas da Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária que recebam remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos por cargos desempenhados na Companhia.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Na hipótese de ocorrência de um evento de liquidez e/ou de uma alienação de ativos relevantes da Companhia, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos lotes anuais ainda pendentes de concessão aos Beneficiários.

Nos termos do PILP (i) Evento de Liquidez significa a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos: (x) o encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R$100.000.000,00 (cento milhões de reais), ou (y) a alienação do controle societário da Companhia, conforme descrito no Formulário de Referência; e (ii) Alienação de Ativos Relevantes significa a alienação de

8.1 Política ou prática de remuneração

participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia.

Somente os Beneficiários que prestem serviços diretamente para a Companhia ou para a sociedade por ela controlada na qual tenha ocorrido a Alienação de Ativos Relevantes terão direito a antecipação da concessão de Ações Virtuais.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	909.000,00	197.000,00	100.000,00	1.206.000,00
Benefícios direto e indireto	69.000,00	51.100,00	0,00	120.100,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.716.060,00	0,00	1.716.060,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	978.000,00	1.964.160,00	100.000,00	3.042.160,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	908.839,32	185.400,00	99.602,28	1.193.841,60
Benefícios direto e indireto	59.959,68	44.404,32	0,00	104.364,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.369.659,38	0,00	1.369.659,38
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	968.799,00	1.599.463,70	99.602,28	2.667.864,98

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	782.997,58	216.000,00	99.602,28	1.098.599,86
Benefícios direto e indireto	47.000,00	44.000,00	0,00	91.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.483.580,25	0,00	1.483.580,25
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2022-CVM/SEP, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	829.997,58	1.743.580,25	99.602,28	2.673.180,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	2,00	3,00	10,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	803.000,00	193.000,00	85.000,00	1.081.000,00
Benefícios direto e indireto	43.000,00	0,00	0,00	43.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	846.000,00	193.000,00	85.000,00	1.124.000,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	2,00	3,00	**10,00**
N° de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	**2,00**
Esclarecimento	Membros da Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.		Membros da Administração não possuem remuneração variável, conforme aprovado em Assembleia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1716060,00	0,00	**1.716.060,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1716060,00	0,00	**1.716.060,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

O PILP estabelece as condições para a concessão pela Companhia de incentivos financeiros vinculados à valorização das ações de emissão da Companhia ("Ações Virtuais") a determinados diretores, colaboradores, empregados e/ou funcionários da Companhia, suas subsidiárias, coligadas e controladas ("Beneficiários"). A concessão das Ações Virtuais far-se-á por meio de Termos de Adesão a serem celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, que fixarão os termos e as condições de concessões ("Termo de Adesão").

A concessão das Ações Virtuais não confere, sob qualquer hipótese, aos Beneficiários o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente.

Nenhuma disposição do PILP ou do Termo de Adesão confere a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como diretor e/ou empregado da Companhia, nem interfere, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do diretor.

b) Data de aprovação e órgão responsável

Em 4 de janeiro de 2021, o PILP foi aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia e, em 28 de abril de 2021, foi aprovado pela assembleia geral.

c) número máximo de ações abrangidas

O PILP não estabelece qualquer limite para a outorga de Ações Virtuais aos Beneficiários, visto que as Ações Virtuais não conferem ao seu titular a condição de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, em especial a titularidade, o direito de voto ou outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável tendo em vista que o PILP é um plano de Ações Virtuais que não efetua a outorga de opções e, consequentemente, nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

e) condições de aquisição de ações

O PILP prevê que o direito do Beneficiário de efetivamente receber as Ações Virtuais e o consequente incentivo financeiro será sempre condicionado ao Beneficiário permanecer como empregado, prestador de serviços ou administrador da Companhia durante todo o Prazo de Carência de cada Lote Anual, estabelecido no Termo de Adesão, e na data prevista para o efetivo pagamento do Incentivo Financeiro. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será não onerosa e ocorrerá após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável.

h) forma de liquidação

Após o término do Prazo de Carência de cada Lote Anual estabelecido em cada um dos Termos de Adesão, a Companhia realizará o pagamento do incentivo financeiro em dinheiro ao Beneficiário, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do término do Prazo de Carência.

O incentivo financeiro corresponderá ao valor equivalente à diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência por ação, multiplicada pela quantidade de Ações Virtuais concedidas ao Beneficiário nos termos do respectivo Termos de Adesão.

O Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência. O Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O direito ao recebimento do incentivo financeiro nos termos do PILP será automaticamente extinto, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o distrato do Termo de Adesão; (ii) em razão do descumprimento de qualquer condição estabelecida pelo Conselho de Administração e prevista no Termo de Adesão; (iii) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (iv) nas hipóteses de desligamento descritas no item abaixo.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em casos de desligamento por iniciativa dos Beneficiários (e.g., pedido de demissão, recusa em recondução ao cargo ou renúncia) ou desligamento por iniciativa da Companhia por justo motivo, durante o Prazo de Carência, o Beneficiário perde automaticamente o direito à todas as Ações Virtuais e ao correspondente incentivo financeiro, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia, por não recondução ao cargo, destituição do cargo ou rescisão do contrato de trabalho sem justo motivo ou em caso de invalidez permanente ou falecimento do Beneficiário durante o Prazo de Carência, o Beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, terão direito a 50% das Ações Virtuais e do respectivo incentivo financeiro referentes aos lotes anuais cujo prazo de carência ainda não tenha se encerrado.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses da Companhia serão mais bem atendidos dessa forma, estabelecer regras específicas e diferenciadas, em caso de rescisão, falecimento, invalidez ou aposentadoria dos Beneficiários.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	**10,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	**10,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	**10,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00	**10,00**
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	**0,00**
Esclarecimento	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	Informações adicionais constam no item 8.4.	**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2020:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2021:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções outorgadas aos Diretores estatutários em 2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

Opções previstas para serem outorgadas aos Diretores estatutários em 2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Data da outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício da opção	-	-
Prazo de restrição à transferência de ações	-	-
Valor justo da ação na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo na data da outorga	-	-
Observações:		

8.7 Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Em relação às opções ainda não exercíveis		
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Em relação às opções exercíveis		
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022

Plano de Incentivo a Longo Prazo		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nr. total de membros incluídos no Plano	-	-
Nr. de membros remunerados	-	-
Quantidade de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

Considerando que não há a entrega efetiva de ações da Companhia no PILP, não há diluição potencial em caso de outorga de todas as Ações Virtuais aos Beneficiários.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Exercício social corrente em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2021:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

Exercício social encerrado em 31/12/2020:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não Aplicável	Não Aplicável

8.10 Outorga de ações

A Companhia possui PILP através do qual outorga Ações Virtuais para os Beneficiários. As Ações Virtuais outorgadas são entregues através do pagamento de incentivo financeiro vinculado à valorização das ações de emissão da Companhia, e o PILP não confere aos Beneficiários, sob qualquer hipótese, o direito de se tornar e/ou a condição de acionistas da Companhia, nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiários em razão das Ações Virtuais concedidas nos termos do PILP e todo e qualquer pagamento realizado aos Beneficiários nos termos do PILP será única e exclusivamente em moeda corrente. Maiores informações sobre o PILP foram descritas na seção 8.4 deste Formulário de Referência.

As informações sobre as Ações Virtuais outorgadas no âmbito do PILP são indicadas abaixo:

Outorgas previstas para o exercício social corrente em 31/12/2023:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	115.950
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	830.202

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais previstas para outorga.
** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2022:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	86.963
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	622.652

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.
** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 31/12/2021:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais

8.10 Outorga de ações

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	2
Nº de membros remunerados	-	2
Data da Outorga	-	04/01/2021
Quantidade de ações outorgadas*	-	57.975
Prazo máximo para entrega das ações **	-	1 ano da outorga dentro PILP de 5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	7,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	415.101

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.
** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

Outorgas realizadas em 2020:

Plano de Incentivo a Longo Prazo – Ações Virtuais		
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Data da Outorga	-	-
Quantidade de ações outorgadas*	-	-
Prazo máximo para entrega das ações **	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das ações na data da outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	-

* Foi considerada a quantidade de Ações Virtuais outorgadas.
** Foi considerado o prazo máximo de pagamento dos incentivos financeiros vinculados às Ações Virtuais.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	0	86.963	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,16	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	22,91	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.369.667,25	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.		Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00
Nº de ações	0	57.975	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	7,16	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	32,75	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	-1.483.580,25	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.		Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	2,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.	Conforme aprovado em Assembleia, Membros da Administração não receberam ações como forma de remuneração. Informações complementares estão descritas no item 8.4.

8.12 Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

O PILP prevê que a concessão das Ações Virtuais aos Beneficiários será realizada a título não oneroso em cinco lotes anuais, sendo certo que nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Ações Virtuais outorgadas, e observará os termos e condições do PILP, em especial Prazo de Carência.

Dessa forma, uma vez encerrados os Prazos de Carência de cada lote anual, a Companhia pagará o Incentivo Financeiro ao Beneficiário no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data do término do respectivo Prazo de Carência.

Para fins do cálculo do Incentivo Financeiro, (i) o Valor do Preço de Mercado será a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento dos 90 pregões imediatamente anteriores ao término do Prazo de Carência; e (ii) o Valor de Referência será determinado em cada Termo de Adesão pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, sempre no melhor interesse da Companhia e dos seus acionistas.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Ano	Prazo de vida da Parcela (em dias)	Volatilidade diária esperada no valor da ação (%)	Taxa de juros livre de ricos (% a.a.)	Preço médio ponderado da ação	Preço de exercício	Valor de despesa a apropriar durante a vigência (R$ mil)
2021	361	5,26%	2,00%	21,34	7,16	1.483
2022	365	4,98%	9,00%	28,91	7,16	1.369
2023	365	4,61%	5,93%	19,77	7,16	1.716

* Valores de preço da ação demonstrados no quadro acima não consideram o desdobramento de ações de proporção 1:3 ocorrido em ago/21.
** Valores de preço da ação referentes às ações ordinárias (DEXP3) de emissão da Companhia.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Na hipótese de ocorrência (i) (a) de um encerramento, com a publicação de Aviso de Encerramento, de uma oferta pública primária de novas ações de emissão da Companhia, cujo valor total de colocação no mercado seja igual ou superior a R$100.000.000,00, ou (b) a alienação do controle societário da Companhia ("Evento de Liquidez"); e/ou (ii) de uma alienação de participação acionária da Companhia em sociedades por ela controladas, desde que a referida alienação de ações represente a alienação do controle societário da sociedade investida pela Companhia ("Alienação de Ativos Relevantes"), a concessão de Ações Virtuais será antecipada da seguinte forma:

(i) na ocorrência de um primeiro Evento de Liquidez ou de uma primeira Alienação de Ativos Relevantes, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário; e

(ii) na ocorrência de novo Evento de Liquidez ou de nova Alienação de Ativos Relevantes, após o Evento de Liquidez ou da Alienação de Ativos Relevantes referidos no item (i) acima, será antecipada a concessão de 50% (cinquenta por cento) das Ações Virtuais referentes aos Lotes Anuais ainda pendentes de concessão ao Beneficiário.

8.12 Precificação das ações/opções

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o Preço de Mercado aplicável aos Lotes Anuais antecipados será o valor por ação da Companhia apurado com base na média ponderada da cotação das ações ordinárias da Companhia, no fechamento dos 15 (quinze) pregões imediatamente anteriores e 15 (quinze) pregões imediatamente posteriores à data do anúncio ao mercado pela Companhia da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes ou da ocorrência do Evento de Liquidez, conforme o caso.

No caso de um Evento de Liquidez ou de uma Alienação de Ativos Relevantes, o pagamento do Incentivo Financeiro referente às Ações Virtuais antecipadas será realizado em até 30 dias, contados da data do fechamento ou liquidação do Evento de Liquidez ou do aviso ao mercado pela Companhia a respeito da operação que resultou na Alienação de Ativos Relevantes.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A projeção do PILP não determina a volatilidade esperada. Ademais, o Conselho de Administração e/ou o Comitê não poderão garantir, sob qualquer hipótese, um ganho mínimo aos Beneficiários. Na hipótese de o cálculo da diferença entre o Preço de Mercado e o Valor de Referência resultar em um valor negativo, nenhum valor será devido ao Beneficiário a título de Incentivo Financeiro.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outra característica incorporada. Todas as características importantes do PILP estão descritas e consideradas nos itens anteriores.

8.13 Participações detidas por órgão

31/12/2022	Companhia Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do capital social total
Administradores	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Conselho Fiscal	Companhia	Ações Ordinárias e Preferências	0	0,000%
Total	-	-	0	0,000%

8.14 Planos de previdência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não confere plano de previdência privada aos membros de seu conselho de administração e aos seus diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5.00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	15.450,00	15.000,00	18.136,94	30.229,14	30.229,14	30.229,14	2.766,73	2.766,73	2.766,73
Valor da menor remuneraçãoReal	15.000,00	7.500,00	9.068,47	10.507,47	10.507,47	10.507,47	2.766,73	2.766,73	2.766,73
Valor médio da remuneraçãoReal	15.262,50	7.500,00	9.068,47	18.934,15	15.437,89	15.437,89	2.766,73	2.766,73	2.766,73

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos preestabelecidos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Conforme descrito no item 7.7 do Formulário de Referência, a Companhia mantém um seguro D&O para seus administradores, tendo por finalidade respaldar as decisões tomadas pelos mesmos, no melhor interesse da Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

ÓRGÃO	2023 (previsão)	2022	2021	2020
Conselho de Administração	-	-	47%	50%
Conselho Fiscal	-	-	-	-
Diretoria	-	-	-	-

8.18 Remuneração - Outras funções

Não aplicável, tendo em vista que os administradores não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam na Companhia.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais não foram reconhecidas remunerações recebidas por administradores e membros do conselho fiscal em função do exercício do cargo no emissor.

Remuneração prevista em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Controladores diretos e indiretos	–	–	–	–
Controladas	R$ 2.634.210,92	R$ 2.991.837,00	–	R$ 5.626.047,92
Sociedades sob controle comum	–	–	–	–

Remuneração recebida em função do exercício do cargo desempenhado em controladas

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Controladores diretos e indiretos	–	–	–	–
Controladas	R$ 3.717.445,22	R$ 2.330.053,39	–	R$ 6.047.498,61
Sociedades sob controle comum	–	–	–	–

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Controladores diretos e indiretos	–	–	–	–
Controladas	R$ 3.400.293,28	R$ 3.513.028,45	–	R$ 6.913.321,73
Sociedades sob controle comum	–	–	–	–

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Controladores diretos e indiretos	–	–	–	–
Controladas	R$2.213.000,00	R$1.778.000,00	–	R$3.991.000,00
Sociedades sob controle comum	–	–	–	–

8.20 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	010723	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda	Juridica	07.326.840/0001-98
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
10/07/2018	10/07/2018	
Descrição dos serviços prestados		
Serviço de auditoria independente.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Honorários de auditoria no valor de R$ 150.000,00 anuais.		
Justificativa da substituição		
A substituição da Mazars Auditores Independentes como auditores independentes da Companhia ocorreu em função do fim do prazo de vigência do contrato celebrado com a mesma.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

Código CVM do Auditor	002879	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0002-01
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
22/04/2021	22/04/2021	
Descrição dos serviços prestados		
Auditoria independente e revisão completa das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas (GPC Química, Apolo Tubos e Apolo Tubulars) correspondentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, bem como revisão das informações trimestrais da Companhia a partir do trimestre findo em 31 de março de 2021 até o trimestre a findar em 30 de setembro de 2023.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Honorários de auditoria no valor de R$ 767.970,00 (setecentos e sessenta e sete mil, novecentos e setenta reais) referente ao exercício social de 2022. Prestação de serviço de revisão de Escrituração Contábil Fiscal no valor de R$ 36.601,44 (trinta e seis mil, seiscentos e um reais e quarenta e quatro centavos) referente ao exercício social de 2022.		
Justificativa da substituição		
N/A		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
N/A		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

A Companhia adota práticas de governança que visam a evitar conflitos de interesse e preservar a independência e objetividade dos auditores independentes contratados de acordo com os princípios de que o auditor não deve (i) auditar seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais na Companhia; e (iii) promover os interesses da Companhia. A Companhia solicita, ainda, aos seus auditores independentes que realizem todos os procedimentos internos para assegurar a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

A administração da Companhia entende que os serviços descritos nos itens 9.1 e 9.2 deste Formulário de Referência são serviços de auditoria e consultoria que não afetam a independência e objetividade do auditor independente contratado.

Para os serviços prestados durante o exercício de 2022, a administração da Companhia verificou que não há qualquer implicação no princípio de independência e não foram identificados potenciais conflitos de interesse.

9.4 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não foram prestadas nas seções anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	13	68	0	0	0
Não-liderança	101	649	0	0	0
TOTAL = 831	**114**	**717**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': A Companhia não conduziu até esta data quaisquer questionários/censo solicitando que os funcionários declarem sua cor ou raça.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	81
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	750
TOTAL = 831	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**831**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	48	31
Não-liderança	154	435	161
TOTAL = 831	**156**	**483**	**192**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	58	23	0
Não-liderança	0	0	0	556	194	0
TOTAL = 831	**0**	**0**	**0**	**614**	**217**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	82	532	0	0	0
Sul	32	185	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 831	**114**	**717**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': A Companhia não conduziu até esta data quaisquer questionários/censo solicitando que os funcionários declarem sua cor ou raça e identifiquem sua localização geográfica.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	614

Sul	0	0	0	0	0	0	217
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 831	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**831**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	110	339	165
Sul	46	144	27
Exterior	0	0	0
TOTAL = 831	**156**	**483**	**192**

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) Nº de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não possui trabalhadores terceirizados.

A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pelas controladas da Companhia em 31/12/2022:

Empresa	Localização Geográfica	Atividade desempenhada	Total de funcionários	Industrial	Comercial e Vendas	Administrativo e Financeiro
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	Rio de Janeiro / RJ	Segmento Aço	17	0	9	8
Apolo Tubulars S.A.	Lorena / SP	Segmento Aço	41	13	0	28
GPC Química S.A.	Araucária / PR Uberaba / MG Rio de Janeiro / RJ	Segmento Químico	102	60	0	42

(c) Índice de Rotatividade

Considerando a sua característica de *holding*, a Companhia não possui empregados e, consequentemente, não possui Índice de Rotatividade.

As informações a seguir evidenciam os Índices de Rotatividade das controladas GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubulars S.A. em 31/12/2022:

Apolo Tubos e Equipamentos S.A. – 0,82%

Apolo Tubulars S.A. – 2,80%

GPC Química – 1,31%

(d) Exposição do emissor e passivos e contingências trabalhistas

Exposições relevantes e passivos e contingências trabalhistas estão descritas no item 4.4 deste Formulário de Referência.

10.2 Alterações relevantes

Não houve alterações relevantes nas práticas de Recursos Humanos da Companhia e de suas empresas controladas nos últimos três anos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) Política de salários e remuneração variável

Apesar da Companhia não possuir funcionários, dada suas características de holding, as suas Controladas adotam política de salários correspondente aos salários praticados pelo mercado brasileiro, de forma a atrair, manter e motivar seus funcionários. A remuneração é composta por salário mensal, férias e décimo-terceiro, em linha com o estabelecido pela Consolidação das Leis Trabalhistas ("CLT").

Adicionalmente, as Controladas da Companhia efetuam os devidos reajustes salariais de acordo com a legislação trabalhista, à data-base dos acordos ou convenções coletivas aplicáveis.

As Controladas da Companhia adotam Programa de Avaliação de Desempenho – PAD, com o objetivo de avaliar o alcance de metas pré-estabelecidas por parte dos funcionários, podendo prover ao funcionário bonificação anual em decorrência do alcance das metas. Além disso, as Controladas da Companhia concedem Participação nos Lucros e Resultados para seus empregados, nos termos previstos em acordos coletivos.

As Controladas da Companhia buscam, ainda, oferecer aos seus colaboradores uma expectativa de crescimento profissional, a promoção da retenção de talentos com perfil necessário para atender às suas necessidades, a criação de critérios transparentes e equânimes para gestão de remuneração e de carreira, o acompanhamento da competitividade das práticas salariais internas e externas e o aumento da atratividade de profissionais, contando com estrutura de cargos padronizada na operação e organizada em faixas salariais alinhadas ao modelo de negócio.

b) Política de benefícios

As Controladas da Companhia adotam política de benefícios compatível com as praticadas pelo mercado brasileiro, destacando-se: assistência médica, transporte, auxílio alimentação, assistência odontológica, convênio farmácia, empréstimos consignados, seguro de vida, auxílio creche, reembolso de medicamentos, abonos por aposentadoria, auxílio educação e cesta básica.

Os benefícios variam de acordo com cada Controlada da Companhia, e conforme acordos coletivos firmados com os sindicatos das categorias de empregados em cada localidade.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos funcionários não-administradores

Não aplicável, visto que a Companhia não concede plano de remuneração baseado em ações para funcionários não administradores.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Não aplicável considerando que a emissora não possui empregados, somente administradores.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Apesar da Companhia não possuir funcionários, dada suas características de holding, suas Controladas, ao longo dos anos, vêm mantendo bom relacionamento com os seus empregados e respectivos sindicatos.

Como consequência, não há histórico de paralisações e greves em unidades das controladas da Companhia no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

As Controladas da Companhia participam de negociações de novas convenções coletivas e acordos coletivos, tendo abertura para negociações diretas com os sindicatos.

As Controladas da Companhia obedecem a todas as fiscalizações e conciliações trabalhistas, de modo que buscamos atender às eventuais reclamações dos empregados no sindicato profissional com o objetivo de minimizar qualquer tipo de conflito entre as partes, mantendo uma relação respeitosa e transparente.

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido mencionadas nas demais Seções deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

As operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas são sempre realizadas observando preço e condições usuais de mercado, de modo a não gerar qualquer benefício ou prejuízo para a Companhia, suas Controladas ou para quaisquer outras partes. A Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia não possui política formal de transações com partes relacionadas, sendo adotadas as práticas descritas acima.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GPC Química S.A.	02/01/2012	0,00	24.291.791,72	N/A	N/A	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

Todas as operações da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e de estrito interesse da Companhia em sua realização, sempre em conformidade com a Lei 6.404/76.

A Companhia não adota um mecanismo específico para tratar conflitos de interesse, aplicando-se à hipótese práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas na Lei 6.404/76. Entende-se por negócios celebrados em conflito de interesses aqueles não celebrados em condições normais de mercado, havendo benefício à parte relacionada e possibilidade de nos causar dano ou prejuízo.

O acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido. Em especial, o artigo 115 da Lei 6.404/76 normatiza o exercício ao direito de voto dos acionistas em assembleia geral, bem como regula a responsabilidade do acionista na sociedade.

Ao Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, caso seja instalado, são submetidas as decisões acerca de todas as nossas operações, conforme competência descrita pelo nosso Estatuto Social vigente. Assim, todas as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho de Administração, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As operações e negócios da Companhia e de suas Controladas com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho da Companhia e de suas Controladas e levam sempre em consideração as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação, taxas de juros de mercado, quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nas demais Seções deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
11/01/2022		178.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
88.241.730	5.771.805	94.013.535

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia é sediada no Brasil e mantém valores mobiliários admitidos à negociação no mercado de capitais brasileiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias e preferenciais da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob os códigos “DEXP3” e “DEXP4”, respectivamente.

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além dos citados acima.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, tendo em vistas que, nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

Não há outra informação relevante que não tenha sido mencionada nas demais seções deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Rafael Alcides Raphael	Diretor Presidente	Registrado	
George Abi-Rihan Cordeiro	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

DECLARAÇÃO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Eu, Rafael Alcides Raphael, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da carteira de identidade n.º 10.623.696-1, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/ME sob o n.º 071.006.197-85, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, na qualidade de **Diretor Presidente da Dexxos Participações S.A.**, com sede na Rua do Passeio, 70 - 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, regularmente inscrita no CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52 com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0016624-6 ("Companhia") para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declaro que, na data deste formulário de referência: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Rafael Alcides Raphael
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eu, George Abi-Rihan Cordeiro, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade, n.º 05.506.852-2, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o n.º 665.172.817-20, com endereço comercial na Rua do Passeio, 70 - 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, na qualidade de **Diretor Executivo e de Relações com Investidores da Dexxos Participações S.A.**, com sede na Rua do Passeio, 70 - 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20021-290, regularmente inscrita no CNPJ/ME nº 02.193.750/0001-52 com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0016624-6 ("Companhia") para fins do item 13.1 do formulário de referência da Companhia, declaro que, na data deste formulário de referência: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação das atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

George Abi-Rihan Cordeiro
Diretor Executivo
e de Relações com Investidores